

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PPGCS – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS**

**EXPERIÊNCIAS DE MOBILIDADE SOCIAL EM BAIROS DA
“NOVA CLASSE MÉDIA” DE CAMPINA GRANDE, PARAÍBA:
UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL**

DIEGO ROCHA GUEDES DE ALMEIDA

**CAMPINA GRANDE – PB
AGOSTO DE 2019**

DIEGO ROCHA GUEDES DE ALMEIDA

**EXPERIÊNCIAS DE MOBILIDADE SOCIAL EM BAIROS DA
“NOVA CLASSE MÉDIA” DE CAMPINA GRANDE, PARAÍBA:
UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal de Campina Grande
para a obtenção do título de Doutor em
Ciências Sociais.**

**Orientador: Prof. Dr. Luís Henrique
Hermínio Cunha**

**CAMPINA GRANDE – PB
AGOSTO DE 2019**

A447e

Almeida, Diego Rocha Guedes de.

Experiências de mobilidade social em bairros da “nova classe média” de Campina Grande, Paraíba: uma perspectiva multidimensional / Diego Rocha Guedes de Almeida. – Campina Grande, 2019.

161 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2019.

"Orientação: Prof. Dr. Luís Henrique Hermínio Cunha".

Referências.

1. Sociologia Urbana. 2. Teoria Sociológica. 3. Experiências de Mobilidade Social. 4. Marcadores de Classe. 5. Abordagem Multidimensional da Mobilidade. I. Cunha, Luís Henrique Hermínio. II. Título.

CDU 316.334.56(043)

DIEGO ROCHA GUEDES DE ALMEIDA

**EXPERIÊNCIAS DE MOBILIDADE SOCIAL EM BAIROS DA
“NOVA CLASSE MÉDIA” DE CAMPINA GRANDE, PARAÍBA:
UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Aprovada em: 02/08/2019

Banca Examinadora

Professor Doutor Luís Henrique Hermínio Cunha
(Orientador)

Professora Doutora Ramonildes Alves Gomes (PPGCS/UFCG)
(Examinadora interna)

Professor Doutor Roberto de Sousa Miranda (PPGCS/UFCG)
(Examinador interno)

Professora Doutora Marcionila Fernandes (PPGDR/UEPB)
(Examinadora externa)

Professor Doutor José Luciano Albino Barbosa (PPGDR/UEPB)
(Examinador externo)

Ata da Sessão Pública de Defesa de Tese de Doutorado do aluno Diego Rocha Guedes de Almeida do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Ao segundo dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às 09:00 horas, no Auditório Fábio Freitas - CH/UFCG, campus de Campina Grande, reuniu-se, na forma e termos dos artigos 63, 64 e 65 do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação "Stricto Sensu" da UFCG, Resolução nº 02/2006 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG, a Banca Examinadora, composta pelos professores, Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha - PPGCS/UFCG, na qualidade de Presidente e Orientador, Dra. Ramonildes Alves Gomes (PPGCS/UFCG - examinadora interna), Dr. Roberto de Sousa Miranda (PPGCS/UFCG - examinador interno), Dra. Marcionila Fernandes (PPGDR/UEPB - examinadora externa) e Dr. José Luciano Albino Barbosa (PPGDR/UEPB - examinador externo), na qualidade de Membros Titulares, para julgamento da Tese de Doutorado do aluno Diego Rocha Guedes de Almeida, intitulada "EXPERIÊNCIAS DE MOBILIDADE SOCIAL EM BAIROS DA 'NOVA CLASSE MÉDIA' DE CAMPINA GRANDE, PARAÍBA: uma perspectiva multidimensional". A sessão pública foi aberta pelo professor Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha. Após a apresentação dos integrantes da Banca Examinadora, o candidato iniciou a exposição do seu trabalho, sendo este seguido das arguições dos examinadores. O professor Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha convidou a professora Dra. Marcionila Fernandes para iniciar a arguição e os professores Dr. José Luciano Albino Barbosa, Dra. Ramonildes Alves Gomes e Dr. Roberto de Sousa Miranda prosseguiram com as arguições. Em seguida, a banca examinadora solicitou a retirada da Assembleia para, em sessão secreta, avaliar o candidato. Após análise da Banca Examinadora foi atribuído o conceito aprovado, conforme o artigo 65 da Resolução 02/2006 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG. Nada mais havendo a tratar, eu, Rinaldo Rodrigues da Silva, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, assino com os membros da Banca Examinadora.

Campina Grande, 02 de agosto de 2019

Este documento compare
com seu original.

Rinaldo Rodrigues da Silva
Secretário Acadêmico
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
UACSI/CH/UFCG-SIAPE: 1116121

Rinaldo Rodrigues da Silva
Secretário Acadêmico

Luis Henrique Cunha
Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha
Orientador e Presidente da Banca

Ramonildes Alves Gomes
Dra. Ramonildes Alves Gomes
Membro Titular

Roberto de Sousa Miranda
Dr. Roberto de Sousa Miranda
Membro Titular

Marcionila Fernandes
Dra. Marcionila Fernandes
Membro Titular

José Luciano Albino Barbosa
Dr. José Luciano Albino Barbosa
Membro Titular

Diego Rocha Guedes de Almeida
Diego Rocha Guedes de Almeida
Aluno

DEDICATÓRIA

A todas as horas de leitura, ao tempo dedicado em sala de aula como discente e docente, as noites em claro com dúvidas e incertezas.

A todos (as) pesquisadores (as) que arduamente trilharam os caminhos do aperfeiçoamento acadêmico como bolsistas!

Aos jovens doutores e doutoras das Ciências Sociais que, assim como eu, venceram esta etapa de sua formação profissional, a construção de uma tese de doutorado.

A todos (as) nós Sociólogos e Sociólogas, o mundo social precisa do nosso ofício! Nestes anos eu aprendi que sim, a Sociologia é um esporte de combate! Por tanto, dedico este trabalho, este tempo de produção do conhecimento a toda a egrégora da sociologia que estar por vir, dedico a força que é necessária para resistir as adversidades de uma profissão que categoricamente desafia tudo que se pretende estático.

AGRADECIMENTOS

Ao final de uma trajetória de dez anos na UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, fecho este ciclo com muita emoção, humildade e agradecimento a todos e todas que estiveram presentes em minha trajetória acadêmica.

A UFCG por ter me concedido um curso de graduação em Ciência Sociais que marcou minha vida, uma experiência intensa com aqueles e aquelas que considero grandes mestres da ciência, meus professores e professoras que admiro e respeito.

Ao CNPQ pela oportunidade de ter sido bolsista PIBIC, projeto este que despertou a temática sociológica que desenvolvo até o presente trabalho de doutorado, e sobretudo mostrou-me os desafios e adversidades da pesquisa de campo.

Ao PPGCS, programa que marcou a minha vida com a oportunidade de me tornar Mestre e Doutor, cursos estes que hoje refletem o que eu sou como profissional.

A CAPES, por ter tornando realidade o sonho de um filho de uma família pobre, o sonho de ser um professor Doutor. Obrigado pelo incentivo por meio de bolsas de estudo que sustentaram e sustentam não apenas a mim, mas a tantos outros que tiveram a oportunidade de se dedicar integralmente a este ofício.

Aqueles e aquelas que em sala de aula me ensinaram mais que o conteúdo de suas disciplinas, mas me ensinaram o que eu queria ser como profissional: Prof.^a Dr.^a. Mércia Rangel Batista, professora da primeira aula que tive no curso de graduação em Ciências Sociais,

na disciplina Introdução à Antropologia, tive o orgulho de ser seu aluno; Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho, Prof.^a Dr.^a Elizabeth Lima, Prof. Dr. Jesus Izquierdo Villota, Prof. Dr. Rodrigo de Azeredo Grunewald, Prof. Dr. Gonzalo Adrián Rojas, Prof. Dr. Mário Henrique Guedes Ladosky e Prof. Dr. Gabriel Correia, sou grato por tudo que vocês me ensinaram.

Sou grato aos professores que na reta final deste trabalho contribuíram fortemente para o aperfeiçoamento do mesmo nas etapas de seminário de tese e qualificação, os professores Dr. Mário Henrique Guedes Ladosky, grato por contribuir com sua larga experiência do estudo das classes sociais, e o professor Dr. Roberto de Sousa Miranda que atento aos diversos detalhes do texto sem dúvidas me ensinou um pouco mais, mesmo que em pouco tempo, com novos olhares sobre a pesquisa e produção do conhecimento.

Ao meu professor orientador Dr. Luís Henrique Hermínio Cunha, que ao longo destes dez anos me moldou enquanto profissional, por quem tenho a mais profunda admiração, respeito, carinho e honra por ter sido seu aluno e orientando, tudo que sou como profissional, professor e pesquisador devo as oportunidades e ensinamentos por ele concedidos, e por este motivo sempre terem o que aprender com a sua experiência e genialidade.

A professora Doutora Ramonildes Alves Gomes (PPGCS/UFCG), a professora Doutora Marcionila Fernandes (PPGDR/UEPB) e ao Doutor José Luciano Albino Barbosa (PPGDR/UEPB) por atenderem ao chamado para compor a banca de avaliação desta tese, sou extremamente grato pela disposição e contribuições.

Assim, no ano de 2019, sob a hostilidade de um governo com fortes tendências fascistas eu concluo o longo percurso do doutorado em Ciências Sociais, agradecendo por fim aquele que tornou um sonho como este e tantos outros possíveis em um país marcado pela miséria e desigualdade social, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ti também dedico esta caminhada, Lula Livre!

“Eu digo frequentemente que a sociologia é um esporte de combate, um meio de defesa pessoal. Basicamente, você pode usá-la para se defender, sem ter o direito de utilizá-la para ataques covardes.”

– Pierre Bourdieu, 2001

RESUMO

Este trabalho aborda o fenômeno da mobilidade social registrado nas duas primeiras décadas do Século XXI no Brasil a partir das experiências de ascensão social vivenciadas por 22 famílias residentes em sete bairros da “nova classe média” em Campina Grande, Paraíba, caracterizados pela passagem de bairros populares para lugar de moradia da classe média. Buscou-se tratar o tema a partir de uma perspectiva multidimensional, borrando as fronteiras dos marcadores tradicionais de mobilidade social encontrados na literatura sociológica, enfatizando as experiências de mobilidade vivenciadas ao longo das trajetórias de vida dos indivíduos e famílias. A pesquisa aqui apresentada é tanto teórica quanto empírica. De um lado, empreende um debate sobre as adequações realizadas por pesquisadores brasileiros das teorias sobre a mobilidade social desenvolvidas no norte global. De outro lado, revela experiências diversas de mobilidade social ascendente, bem como as elaborações realizadas em torno destas experiências pelas pessoas que as vivenciaram, considerando, assim, os contextos materiais e simbólicos que dão sentido a ideia de “viver bem” entre aqueles que compõem o universo empírico investigado. Ao flexibilizar operacionalmente os modelos teóricos utilizados para refletir sobre mobilidade social no Brasil contemporâneo, esta tese insere-se no debate sobre os significados das transformações sociais ocorridas no Brasil pós-democratização política, que correm o risco de ser obscurecidos pelos debates críticos realizados em torno da noção de “nova classe média”. A crítica sociológica deve, sem dúvida, ressaltar o caráter ideológico de certas formulações pretensamente científicas. Mas não ao preço de tornar invisíveis processos sociais relevantes, como a mudança na vida das famílias que esta tese traz à tona.

PALAVRAS-CHAVE: Experiências de Mobilidade Social; Marcadores de Classe; Abordagem Multidimensional da Mobilidade.

ABSTRACT

This work addresses the phenomenon of social mobility recorded in the first two decades of the 21st century in Brazil from the experiences of social ascension lived by 22 families living in seven neighborhoods of the "new middle class" in Campina Grande, Paraíba, characterized by the passage of neighborhoods popular for middle class dwelling places. We sought to treat the theme from a multidimensional perspective, blurring the boundaries of the traditional markers of social mobility found in sociological literature, emphasizing the experiences of mobility experienced throughout the life trajectories of individuals and families. The research presented here is both theoretical and empirical. On the one hand, it undertakes a debate on the adequacy made by Brazilian researchers of the theories on social mobility developed in the global north. On the other hand, it reveals diverse experiences of upward social mobility, as well as the elaborations made around these experiences by the people who experienced them, thus considering the material and symbolic contexts that give meaning to the idea of "living well" among those who compose it. the empirical universe investigated. By making operationally the theoretical models used to reflect on social mobility in contemporary Brazil, this thesis fits into the debate on the meanings of social transformations that occurred in Brazil after political democratization, which risk being obscured by the critical debates around of the notion of "new middle class". Sociological criticism must undoubtedly underscore the ideological character of certain allegedly scientific formulations. But not at the price of making relevant social processes invisible, such as the change in family life that this thesis brings to light.

KEYWORDS: Experiences of Social Mobility; Class Markers; Multidimensional Approach to Mobility.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	16
INTRODUÇÃO.....	17
1. <i>O problema dos marcadores de mobilidade social na primeira década dos anos 2000.....</i>	<i>27</i>
2. <i>Análises das experiências de mobilidade social e seus aspectos multidimensionais</i>	<i>31</i>
3. <i>O desenho da pesquisa.....</i>	<i>35</i>
CAPÍTULO 1: BORRANDO AS FRONTEIRAS DE CLASSE: A ÊNFASE NAS EXPERIÊNCIAS DE MOBILIDADE.....	38
1.1 <i>Historiando os marcadores tradicionais de mobilidade social.....</i>	<i>40</i>
1.2 <i>Wright e Goldthorpe: influências das análises de mobilidade social no Brasil.....</i>	<i>46</i>
1.3 <i>Experiências de mobilidade social medidas por pontos de partida e pontos de chegada e o “cleft habitus”.....</i>	<i>59</i>
1.4 <i>Elementos norteadores da análise multidimensional de experiências de mobilidade.....</i>	<i>62</i>
CAPÍTULO 2: O MOVIMENTO ENTRE AS CLASSES SOCIAIS NA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL DO BRASIL: NOTAS PARA A COMPREENSÃO DA MOBILIDADE SOCIAL MULTIDIMENSIONAL.....	67

<i>2.1 Classes sociais e mobilidade social no Brasil: Quatro décadas de continuidades e contrapontos no debate.....</i>	<i>69</i>
<i>2.2 As dinâmicas da reprodução dos privilégios: Da ralé às mentalidades do atraso em Souza.....</i>	<i>76</i>
<i>2.3 Sobre “as ideias fora do lugar”: uma análise dos marcadores e aspectos sui generis de classe, mobilidade e desigualdade no Brasil.....</i>	<i>83</i>
<i>2.4 Iphone ou Xiaomi? Entre a função e o status: o consumo como forma de comunicação no país da “nova classe média”.....</i>	<i>86</i>
<i>2.5 Experiências de mobilidade e sua estrutura multidimensional.....</i>	<i>98</i>
<i>2.6 O desenvolvimento dos habituses nas experiências de mobilidade social.....</i>	<i>100</i>
CAPÍTULO 3: ASPECTOS MULTIDIMENSIONAIS DAS EXPERIÊNCIAS DE MOBILIDADE SOCIAL: FLEXIBILIZANDO FRONTEIRAS DE CLASSE E ESTRATIFICAÇÃO.....	108
<i>3.1 Sobre a compreensão das classes sociais a partir das experiências de mobilidade social.....</i>	<i>118</i>
<i>3.2 Estratégias de mobilidade social.....</i>	<i>125</i>
<i>3.3 Capital cultural e reprodução das estratégias de mobilidade social.....</i>	<i>122</i>
<i>3.4 Historiando o processo de formação urbana e social dos bairros da “nova classe média” de Campina Grande.....</i>	<i>130</i>
<i>3.5 A análise da mobilidade social com foco nas experiências.....</i>	<i>138</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	154
ANEXOS.....	157

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – MAPEAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS DESTA PESQUISA

QUADRO 2 - TIPOLOGIAS DA CLASSE TRABALHADORA SEGUNDO WRIGHT EM 1976

QUADRO 3 - TIPOLOGIAS DA CLASSE TRABALHADORA SEGUNDO WRIGHT EM 1989

QUADRO 4 - MAPA SINTÉTICO DOS MODELOS DE MOBILIDADE SOCIAL ASCENDENTE

QUADRO 5 – MAPA DOS BAIRROS VISITADOS NA PESQUISA É AMOSTRAGEM DOS COLABORADORES

QUADRO 6 – MAPEAMENTO DO DIRECIONAMENTO DA RENDA DAS FAMÍLIAS

QUADRO 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS INDIVÍDUOS MAIORES DE 18 ANOS NAS FILIAÇÕES RELIGIOSAS

INTRODUÇÃO

Quando chegamos aqui, passamos por muitas dificuldades, mas eu acho que naquela época as coisas eram sofridas para todo mundo mesmo. Hoje também é, mas naquela época, não sei, as coisas eram piores. Mas enfrentamos tudo com muita dignidade. Para mim sempre o objetivo maior foi que meus filhos estudassem, para que eles sofressem menos, e por isso eu vejo que eu tenho muitas vitórias. Ver meus mais velhos formados e os mais novos no caminho dos estudos é a minha maior conquista. (Regina, artesã, 56 anos, família 11¹, entrevista realizada no dia 14 de junho de 2018)

Eu tenho um gasto grande por mês com educação para os meninos, mas sei que eles estudam na melhor escola da cidade, dentro do que eu considero melhor. Eles têm que estudar, progredir, o que eu puder dar de melhor a eles eu vou dar. (Kleber, filho de Regina, família 17, oficial da polícia civil, 37 anos, entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2018)

No ano de 1987, Regina² retorna à cidade de Campina Grande, Paraíba, onde nasceu, após ter morado oito anos no interior do estado de Pernambuco. Filha de um lanterneiro e uma dona de casal, numa família de 17 filhos, Regina havia saído de sua cidade natal pelo fato de seu marido (falecido no ano de 2017) ter conseguido um emprego como representante comercial de um frigorífico. Com a perda do emprego, Regina, seu marido e três filhos, menores de idade, retornaram para Campina Grande e usaram as economias guardadas para comprar uma casa no bairro do Presidente Médici, que em meados da década de 1990 era um bairro popular, ao lado da residência da mãe, que ajudou financeiramente na aquisição da moradia. O esposo desenvolveu um estado grave de depressão ao retornar a Campina Grande e não conseguiu mais nenhum emprego estável, fazendo até o fim da vida alguns *bicos* que não eram suficientes para sustentar sua família, que no final da década de 1990 cresceu ainda mais, com o nascimento de mais dois filhos.

Regina, artesã, filiou-se a uma comitiva de artesãs da cidade e passou a vender seus produtos para sustentar sua família, na falta da renda de seu marido. Para ela, sua maior conquista foi fazer com que seus filhos estudassem,

¹ Esta é uma referência aos números das famílias entrevistadas para esta pesquisa, em um total de 22. Ainda na introdução deste trabalho está posto um quadro com o mapeamento das características das 22 famílias.

² Os nomes dos participantes desta pesquisa foram alterados com a finalidade de preservar suas identidades.

pois via nos estudos uma forma dos membros da sua família melhorarem de vida. Dos 5 filhos, os três mais velhos são formados, Angela³ formou-se em Letras em uma universidade pública do Mato Grosso do Sul no ano de 2016, Thiago (família 14) formou-se em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba no ano de 2017 e Kleber formou-se em Ciências da Computação também no ano de 2017. E, por fim, os dois filhos mais jovens de Regina seguem o mesmo caminho de especialização com vistas na educação do ensino superior, sua filha⁴ de 21 anos estuda Farmácia na Universidade Estadual da Paraíba e o seu filho mais jovem, Alexandre de 15 anos cursa o ensino médio, bolsista numa escola privada.

Regina vive da sua produção enquanto artesã, passou nos últimos oito anos pelo impacto positivo da inserção do capital mobilizado pelo microcrédito do Banco do Nordeste, que já faz parte do seu planejamento financeiro anual. Sobre isso, Regina relata que este incentivo foi essencial para que tivesse condições de realizar o sonho de reformar a sua casa, investir em mais materiais para sua produção e, usando as palavras da nossa entrevistada, “*viver com mais dignidade*”.

Kleber, filho de Regina, lembra dos esforços de sua mãe para que ele e seus irmãos tivessem condições de estudar, e, na falta de condições materiais para ajudar seus filhos nos estudos, segundo Kleber, o “*incentivo sempre estava lá, ela dizia que tínhamos que estudar para ter uma vida melhor do que a que ela teve quando tinha nossa idade*” (entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2018). No ano de 2007 Kleber foi aprovado em concurso público para policial civil, segundo ele, ser um servidor público lhe deu a possibilidade de realizar sonhos como se casar, galgar sua independência financeira e poder ajudar financeiramente sua família. Sobre o momento em que Kleber foi aprovado no concurso público, ele diz:

Os tempos eram outros, era concurso direto, foi um tempo em que você não via tanta gente desempregada ou passando aperto como a gente vê agora. Eu me lembro que na época que eu fiz esse concurso eu me inscrevi para polícia, para os correios e para o Banco do Brasil. Hoje a

³ Primogênita de Regina, não consta no quadro das famílias desta pesquisa pois não reside na cidade de Campina Grande desde o ano de 2013.

⁴ A filha mais jovem de Regina não está presente no quadro das famílias analisadas nesta tese.

peessoa não pode nem pagar a inscrição direito, meu irmão foi fazer um agora para o ministério de alagoas, não sei quantas mil pessoas correndo para uma vaga e a inscrição quase R\$ 300,00, isso é um absurdo. (Kleber, família 17, oficial da polícia civil, 37 anos, entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2018)

Kleber mora em sua casa própria comprada no ano de 2013, e relata que foi a estabilidade do seu emprego que o deu confiança para comprar sua casa e assumir as prestações do financiamento, em suas palavras, *“faça chuva ou faça sol meu emprego está lá”*.

As trajetórias de Regina e Kleber remetem, em termos sociológicos, à diversos temas caros às investigações sobre mobilidade social: formas de trabalho, condições de moradia, renda, educação, ocupação profissional, são alguns destes pontos. Na literatura clássica sobre mobilidade social (SOUZA, 2010; POCHMANN, 2012; SCALON, 2011), experiências de mobilidade intergeracional como estas expressas nas vidas de Regina e Kleber são reduzidas a dimensões privilegiadas na análise, isoladas e deslocadas das vivências concretas e imediatas em que as mudanças ocorreram, lidas sob a perspectiva única, e problemática para esta tese, de marcadores de mobilidade social. Ao final, estes estudos, trabalhando com dados quantitativos, oferecem um diagnóstico importante do ponto de vista de macrodinâmicas sociais, sobre o ritmo e a densidade dos processos de mobilidade social em diferentes momentos e sociedades, mas, incorrem no risco de promoverem uma visão reducionista acerca da complexidade das experiências de mobilidade social, vividas e significadas pelas pessoas.

Quando o foco analítico recai sobre um marcador privilegiado para apreender processos de mobilidade social – seja renda, nas análises de Neri (2008); seja trabalho, nas obras de Souza (2010) e Pochmann (2012); seja educação, nos estudos de Scalon (2011,2012), corre-se o risco de negar os processos de mobilidade, entendidos aqui como mudanças de vida em sua forma mais ampla. Assim, dois problemas devem ser considerados: 1) que os esforços teóricos sobre a mobilidade não deem conta das experiências de mobilidade dos indivíduos; e 2) que os quadros empíricos revelados pelas teorias não sejam reconhecidos pelas pessoas comuns em suas vidas cotidianas como processos de mobilidade, seja em termos de afirmação deste processo ou de negação.

Assim, esta tese adota uma perspectiva multidimensional na análise de experiências de mobilidade social, permitindo que diferentes marcadores sejam incorporados na análise de maneira mais fluída, de modo que possam transitar entre as experiências de vida para compreendê-las e não para negá-las.

Os riscos acima apontados não são abstratos. A análise sociológica sobre processos de mobilidade social no Brasil ao longo do Século XXI parece ter sofrido os efeitos problemáticos da rigidez dos marcadores na compreensão do fenômeno, produzindo, como efeito, seja a negação de qualquer transformação na estrutura de estratificação social brasileira, seja minimizando seus efeitos do ponto de vista das relações entre as diferentes classes.

Esta tese constitui-se, portanto, como um esforço dentro do campo de ação da sociologia para a proposição de novos olhares sobre os processos de mobilidade social, sabendo que a literatura clássica e contemporânea sobre o tema enfatiza, principalmente, a análise dos marcadores de mobilidade. Optou-se pela ampliação do debate em termos do seu caráter multidimensional, captado pelas vivências daqueles que vivenciaram experiências de mobilidade social, a partir dos anos 2000. Por multidimensional, nesta tese, compreende-se as lógicas diversas do mundo social dos indivíduos que pode ser percebido a partir das suas experiências, ou seja, na contramão de uma perspectiva unidimensional que irá elencar um marcador como fundamental para ler os processos de mobilidade, permitiu-se reconhecer marcadores diferentes em situações igualmente diferenciadas, reconhecendo como eles operam em maior ou menor intensidade de acordo com as construções simbólicas e materiais das pessoas em suas trajetórias.

A experiência de vida de Regina é um exemplo do que se buscou dizer como análise multidimensional. É possível pensar que em uma perspectiva unidimensional de mobilidade, elencando um aspecto de sua trajetória como fundamental na definição dos possíveis avanços sociais que ela teve durante sua trajetória, como aspectos relativos ao mundo do trabalho por exemplo, esta experiência em termos da afirmação da existência da mobilidade social, fosse negada. No entanto, quando analisadas de forma ampla as várias dimensões de sua experiência pode-se alcançar uma resposta diferente. Questionada sobre o que de fato melhorou na sua vida nos últimos 20 anos, Regina ressalta o que

elege como vitórias, neste caso em questão, o fato dos filhos terem tido acesso à educação formal, dos mais velhos já possuírem ensino superior completo e os mais novos seguirem o mesmo caminho. Estas experiências falam sobre dinâmicas sociais de movimentação, ou estratégias que na grande maioria das vezes são silenciadas pela literatura sociológica tradicional sobre a mobilidade social.

É preciso reconhecer a importância do uso dos marcadores de mobilidade social, eles apontam para focos centrais da sociologia, como o trabalho e o capital econômico por exemplo, mas, buscou-se nesta tese não limitar ou reduzir as experiências dos indivíduos envolvidos nesta pesquisa a estes marcadores, e sim flexibilizar seus usos, compreender que eles podem ou não estar presentes nas experiências de mobilidade social, e que novos marcadores também podem ser identificados nas pesquisas.

Assim, pensar a mobilidade social de maneira multidimensional, é buscar flexibilizar a forma pela qual se interpretam as fronteiras entre as classes sociais, sem que com isso sejam negados seus conflitos e disputas na dimensão do poder, de forma que a definição dos marcadores relevantes para descrever e explicar processos de mobilidade, podem se modificar de acordo com o lugar social e as experiências daqueles que as vivenciam, sem que esta modificação implique na negação dos processos de mobilidade. Pretendeu-se com isto, de forma mais ampla, superar o equívoco de transportar uma certa forma ou modelo de se pensar a mobilidade social, que é a transposição de valores sociais de um espaço para outro por meio dos marcadores, ou seja, percebendo que fatores como trabalho estável, renda ou educação formal, por exemplo, expressam valores sociais diferentes em lugares sociais diferentes, e por este motivo podem ou não ser um objetivo de vida das pessoas. Assim, pode-se concluir, por exemplo que alguém que lutou durante sua trajetória para investir em um negócio próprio, não se preocupando com sua progressão no campo da educação, considerando como uma conquista, avanço ou melhoria de vida pode ser negado enquanto processo de mobilidade social por uma pesquisa que leve em consideração o marcador da educação formal como maneira de medir a mobilidade.

Um exemplo claro e breve com relação à migração de marcadores de análise de mobilidade entre espaços sociais e simbólicos, pode ser percebido nas experiências de formação da educação formal. Este é um ponto forte das análises de mobilidade social tradicionais, porém esta pesquisa mostrará que existem aspectos que devem ser levados em consideração em termos de diferença de percepção, tanto de impacto como de percepção simbólica e valorização, na posse de um diploma de nível superior adquirido por uma pessoa que já vem de uma família em que seus membros valorizam a educação formal e a posse do mesmo diploma por uma pessoa que vem de uma família que não se constituiu em sua experiência com membros que tenham galgado trajetórias no âmbito da educação formal, sendo este, por exemplo, o primeiro a se formar em sua linhagem. Nos dois casos, o marcador de mobilidade social é exatamente o mesmo, assim, a presença da posse de um diploma pode indicar que houve mobilidade social, mas, as vivências, as formas de reprodução desse habitus, os impactos simbólicos na estrutura familiar destes dois indivíduos serão completamente diferentes. O que dizer sobre a mesma experiência agora vivenciada por uma pessoa negra? Por uma pessoa transexual? Se pensarmos apenas em termos de marcadores fixos de mobilidade social.

Para os fins desta tese, foi importante dividir a literatura acadêmica sobre mobilidade social em dois grupos, de um lado, as investigações clássicas sobre o tema, e, de outro, os esforços teóricos realizados a partir dos anos 2000. Esta divisão justifica-se pela necessidade de conhecer mais de perto quais foram as bases da discussão sobre a mobilidade social, com ênfase na percepção da discussão em torno da legitimidade de seus marcadores e, em um segundo momento, para perceber como o enrijecimento destas análises feitas com uso de marcadores fixos acabaram por negar as mudanças sociais que ocorreram no Brasil, que ganharam grande visibilidade tanto nas grandes mídias como no meio acadêmico pelo que conveniu-se chamar de ascensão da nova classe média.

É preciso pontuar também que esta é uma investigação que dá continuidade a um trabalho que teve início no ano de 2011, com a finalidade de analisar as experiências de famílias que tinham as características do que se chamava naquele momento, seguindo a classificação proposta por Neri (2008),

de “nova classe média”. Tema este que foi aprofundado a partir de 2013, já com uma pesquisa em nível de mestrado, que incorporava ao debate à análise das experiências de mobilidade social, não mais focadas no embate em torno da classificação do fenômeno, mas, sobretudo, destacando uma forma particular de experiência de mobilidade, que foi classificada neste trabalho como “mobilidade social sem mobilidade espacial”, ou seja, indivíduos que não mudam o lugar de residência mesmo quando experimentam mobilidade social ascendente, produzindo modificações também no próprio bairro (ALMEIDA, 2015).

A pesquisa empírica que fundamenta esta tese englobou um universo de 22 famílias, que foram mapeadas, a priori, por dois aspectos importantes para o enquadramento das mesmas, o primeiro aspecto levado em consideração para o mapeamento das famílias foi o bairro onde residem, pois de forma mais externa o mesmo já demonstrara algumas informações previamente absorvidas sobre os moradores, como por exemplo, o valor das casas com relação à venda e alugueis, que automaticamente apontava para o segundo ponto que era a renda média das famílias daquela localidade.

Todos os bairros que foram mapeados nesta tese passaram por um processo de transformação nos últimos 20 anos que os transformaram de bairros populares a espaços da classe média da cidade, isso usando como referência aspectos como a renda, o preço dos imóveis e a estrutura urbana dos bairros. Mesmo que estes dois dados sejam em certa medida superficiais eles foram úteis para, dentro do quadro geral de bairros da cidade, dá um norte sobre por onde começar o mapeamento das famílias. É preciso dizer que houve sim um número de residências visitadas nestes bairros em que as pessoas não se enquadravam naquilo que se buscou estudar como tema desta tese, ou seja não haviam experimentado mobilidade social nas últimas duas décadas.

Para que fosse possível aprender dados como renda e composição geral do universo familiar foram utilizados surveys⁵, um relativo às características gerais da família e outro com questões individuais para cada membro. No decorrer da aplicação dos surveys estabeleceu-se uma relação com as famílias que possibilitou a incursão de uma investigação participante no cotidiano destes indivíduos.

⁵ Encontram-se nos anexos deste trabalho.

No quadro 01 estão dispostas as características gerais das 22 famílias investigadas durante o curso de construção desta tese, com a finalidade de apresentar características que irão servir de suporte para as interpretações dos processos de mobilidade. Os nomes dos indivíduos nas tabelas são fictícios com o intuito de preservar suas identidades.

Desta forma será possível acompanhar onde estão locados os indivíduos citados ao longo do trabalho, compreender como estes elaboram determinadas escolhas e demandas com relação a vida social, buscando construir um perfil de mobilidade que vai desde elementos mais sólidos e fixos como emprego e renda até elementos mais fluídos que irão remeter à diversidade de experiências de mobilidade dentro de um contexto multidimensional.

Os bairros que foram foco desta pesquisa são: Presidente Médici, Cruzeiro, Novo Cruzeiro, Liberdade, Palmeira Imperial, Dinamérica e Malvinas. Neste grupo, os bairros do Cruzeiro e Presidente Médici já faziam parte da pesquisa que teve início no ano de 2013 em nível de mestrado, e a justificativa para escolha destes foi a ascensão dos mesmos com relação a sua infraestrutura urbana, com a especificidade, constatada no resultado final deste trabalho no ano de 2015, de que houve um processo de mobilidade social dos residentes do bairro sem que houvesse mobilidade espacial no âmbito da cidade.

Buscou-se neste trabalho trazer para o debate as formas pelas quais os indivíduos que compõe o quadro desta pesquisa dão significado as suas experiências de mobilidades social, sobre quais são os marcadores que surgem da análise de suas experiências e como estes são percebidos em atuação na sua vida cotidiana. Partiu-se do pressuposto que os indicadores de mobilidade social devem ser fluídos, e que não devem se impor sobre a realidade empírica como uma norma colonizadora da pesquisa.

	MEMBROS	OCUPAÇÃO	ESCOLARIDADE	RENDA	RENDA PER CAPITA	RENDA TOTAL
F1	Ana Maria / 60 Anos João Carlos / 57 Anos Rafael / 23 Anos	Vendedora Autônoma Restaurador de Móveis Prestador de Serviço na prefeitura	Ensino fundamental incompleto Ensino fundamental incompleto Ensino médio	R\$ 800,00 R\$ 1.200,00 R\$ 700,00	R\$ 900,00	R\$ 2.700,00
F2	Joana / 57 Anos Marcos / 50 Anos João / 14 Anos	Cozinheira Ajudante de pedreiro Estudante	Ensino fundamental incompleto Ensino fundamental incompleto Ensino fundamental em curso	R\$500,00 R\$998,00 NIP	R\$499,00	R\$1.498,00
F3	Pamela / 26 Anos Joaquim / 28 Anos Livia / 16 Anos	Supervisora de Callcenter Gerente de Supermercado Estudante	Superior completo(Psicologia/UEPB) Ensino médio completo Pré-escolar em curso	R\$ 1.450,00 R\$ 2.100,00 NIP	R\$ 1.183,33	R\$ 3.550,00
F4	Pablo / 31 Anos Regina / 68 Anos Paula / 15 Anos	Radiologista Pensionista NIP	Técnico em Radiologia Ensino Médio NIP	R\$1.800,00 R\$ 2.100,00 NIP	R\$1.300,00	R\$ 3.900,00
F5	Rogério / 51 Anos Ana / 53 Anos Guilherme / 13 Anos Junior / 19 Anos Vera / 73 Anos	Microempresário NIP Estudante NIP NIP	Ensino fundamental incompleto Ensino fundamental incompleto Ensino fundamental em curso Ensino médio NIP	R\$ 4.300,00 NIP NIP NIP R\$ 1.100,00	R\$ 1.080,00	R\$ 5.400,00
F6	Soneide / 52 Anos Felix / 58 Anos Luis / 23 Anos Amauri / 19 Anos	Diretora de escola particular Funcionário público Estudante Estudante	Superior completo (Pedagogia/UVA) Técnico em mecânica de automóveis Superior em curso (Farmácia/UEPB) Ensino médio	R\$ 2.100,00 R\$ 2.300,00 NIP NIP	R\$ 1.100,00	R\$ 4.400,00
F7	Matheus / 32 Anos Joana / 8 Anos Regina / 25 Anos	Servidor Público Estudante Caixa de mercado	Superior completo (Administração UEPB) Ensino médio (em curso) Ensino médio completo	R\$ 2.100,00 NIP R\$ 1.250,00	R\$ 1.116,66	R\$ 3.350,00
F8	Alberto / 30 Anos Joana / 31 Anos Helene / 27 Anos	Microempresário Auxiliar de enfermagem Estudante	Ensino médio completo Técnico em enfermagem Superior completo (Biomédicina/Nassau)	R\$ 4.000,00 R\$ 2.000,00 NIP	R\$ 2.000,00	R\$ 6.000,00
F9	Josenildo / 41 Anos Simone / 29 Anos Carlos / 17 Anos	Entregador Repositora de mercado Estudante	Ensino médio completo Técnico em enfermagem Ensino médio (em curso)	R\$ 3.000,00 R\$ 998,00 NIP	R\$ 1.332,66	R\$ 3.998,00
F10	Alba / 82 Anos Carlos / 54 Anos Eduardo / 51 Anos José / 49 Anos Lourdes / 56 Anos Anita / 61 Anos Carla / 53 Anos	Aposentada NIP NIP Moto-táxi Pensionista NIP NIP	Ensino fundamental Ensino médio Ensino médio Ensino fundamental incompleto Ensino fundamental NIP NIP	R\$ 1.100,00 NIP NIP R\$900,00 R\$1.200,00 NIP NIP	R\$ 457,14	R\$ 3.200,00
F11	Regina / 56 Anos Felipe / 15 Anos	Auxiliar de enfermagem Estudante	Ensino médio completo Ensino médio em curso	R\$ 1.800,00 NIP	R\$ 900,00	R\$ 1.800,00

	MEMBROS	OCUPAÇÃO	ESCOLARIDADE	RENDA	RENDA PER CAPITA	RENDA TOTAL
F12	Diana /54 Anos Claudio /50 Anos Pedro /19 Anos Milena /24 Anos	Comerciante Motorista de aplicativo Estudante Estudante bolsista PIBIC	Ensino médio Ensino médio Graduando História (UEPB) Graduando Letras (UEPB)	R\$ 1.200,00 R\$ 1.800,00 NIP NIP	R\$ 750,00	R\$ 3.000,00
F13	Rafaela /67 Anos Regina /27 Anos Diego /24 Anos	Aposentada Vendedora NIP	Ensino médio Ensino médio Ensino médio	R\$ 1.200,00 R\$ 998,00 NIP	R\$ 732,66	R\$ 2.198,00
F14	Thiago /32 Anos Angélica /36 Anos João /5 Anos	Funcionário público NIP NIP	Superior completo (Direito/UEPB) Superior completo (Administração/UEPB) NIP	R\$ 2.700,00 NIP NIP	R\$ 900,00	R\$ 2.700,00
F15	Paulo /42 Anos Marcela /28 Anos Denys /12 Anos	NIP Professora NIP	Superior completo (Direito/UEPB) Superior completo (Pedagogia/UEPB) Estudante	NIP R\$ 3.000,00 NIP	R\$ 1.000,00	R\$ 3.000,00
F16	Marcio /30 Anos Rafael /29 Anos Erica /12 Anos Norma /19 Anos	Frentista de posto de gasolina Estudante bolsista NIP Secretária	Ensino médio Superior em curso (enfermagem Nassau) Estudante Ensino médio	R\$ 1.200,00 R\$ 450,00 NIP R\$ 998,00	R\$ 648,50	R\$ 2.598,00
F17	Reginaldo /38 Anos Gabriela /36 Anos Heitor /8 Anos Sandra /4 Anos	Oficial de Polícia Secretaria NIP NIP	Superior completo (Contabilidade/UEPB) Superior completo (Administração/UEPB) Estudante Estudante	R\$ 6.000,00 R\$ 1.200,00 NIP NIP	R\$ 1.800,00	R\$ 7.200,00
F18	Jessé /27 Anos Manuel /08 Anos Daniel /12 Anos	Motorista de aplicativo NIP NIP	Técnico em radiologia Estudante Estudante	R\$ 2.100,00 NIP NIP	R\$ 700,00	R\$ 2.100,00
F19	Sandra /58 Anos Gabriel /30 Anos	Empregada domestica Caixa	NIP Superior em curso (Direito/Facisa)	R\$ 1.200,00 R\$ 1.800,00	R\$ 1.500,00	R\$ 3.000,00
F20	Helena /32 Anos Gabriela /34 Anos Clarissa /11 Anos	Professor (escola pública) Professora (escola pública) NIP	Superior completo (Química/UEPB) Superior completo (Química/UEPB) Estudante	R\$ 4.100,00 R\$ 2.000,00 NIP	R\$ 2.033,33	R\$ 6.100,00
F21	Heitor /30 Anos Martha /26 Anos	Professor (cursinho) Enfermeira	Superior completo (História/UEPB) Superior completo (Enfermagem/UEPB)	R\$ 4.500,00 R\$ 3.800,00	R\$ 4.150,00	R\$ 8.300,00
F22	Jessica /38 Anos Raissa /12 Anos Glauber /30 Anos	Cozinheira NIP Motorista de aplicativo	Ensino fundamental Ensino fundamental em curso Ensino médio	R\$ 998,00 NIP R\$ 2.000,00	R\$ 999,33	R\$ 2.998,00

	Presidente Médici		Malvinas
	Cruzeiro		Palmeira Imperial
	Novo Cruzeiro		Dinamérica
	Liberdade		

Neste escopo, os bairros do Novo Cruzeiro e Palmeira Imperial seguiram o mesmo fluxo, e por serem bairros circunvizinhos ao Cruzeiro e ao Presidente Médici foi possível perceber as modificações na paisagem urbana durante o próprio processo de pesquisa ainda em nível mestrado. Já os bairros da Liberdade e Dinamérica ganharam lugar nesta tese por serem, por diversas vezes, citados pelos moradores dos bairros em que a pesquisa já vinha sendo realizada, como “bons” bairros para se morar, nos termos dos moradores, e eram sempre vistos como uma possibilidade acessível para uma possível mobilidade dentro da malha urbana da cidade. Por fim, o bairro das Malvinas foi incluído nesta pesquisa por se tratar do maior bairro da cidade de Campina Grande, com um visível investimento da iniciativa privada com relação a construção civil em todos os níveis. O detalhamento maior sobre os bairros e suas histórias podem ser vistos no capítulo 3 desta tese, no tópico intitulado Historiando o processo de formação urbana e social dos bairros da “nova classe média” de Campina Grande.

Esta tese busca: a) repertoriar as compreensões sobre as categorias de mobilidade social e classes que foram operacionalizadas; b) oferecer alguns insights para a investigação de processos de transformação das estruturas de estratificação social que minimizem os efeitos de reificação e substancialização tão comuns à produção sobre o tema nas ciências sociais; e c) propor um modelo mais flexível de análise da mobilidade social aqui chamado de mobilidade social multidimensional. E, assim, contribuir para reacender o interesse sobre o que ocorreu no Brasil na primeira década do Século XXI e a partir daí, também, tirar lições teóricas e metodológicas para a sociologia das classes e da estratificação social.

Desta forma, pensar a mobilidade social a partir de uma estrutura conceitual multidimensional é reelaborar as formas pelas quais os processos de mobilidade

são analisados e categorizados a partir de experiências específicas de classe que irão delimitar as fronteiras analíticas deste processo, estabelecendo parâmetros específicos, utilizando-se da pesquisa empírica. Estas fronteiras, do que são as classes sociais e de quais são de fato os marcadores da mobilidade dos indivíduos entre estes estratos, não podem ser enrijecidas ao ponto de negar o fenômeno da mobilidade no século XXI. Assim sendo, percebe-se que só é possível compreender quais são os aspectos que compõe a mobilidade social a partir da apreensão de experiências concretas, materiais e simbólicas de mobilidade, e da redefinição permanente destas fronteiras entre as classes e os grupos sociais em contextos particulares. A maneira pela qual se pensa a mobilidade social no Brasil deve ser reelaborada para que a Sociologia possa refletir sobre os processos que se desenvolvem nos mecanismos de estratificação social.

1. O problema dos marcadores de mobilidade social na primeira década dos anos 2000

A mobilidade social é um tema que está indiscutivelmente associado a um dos objetos de pesquisa mais relevante da sociologia, as classes sociais. Dos autores clássicos aos contemporâneos, as formas pelas quais as pessoas se dividem em grupos e criam esquemas para justificar e organizar estas divisões e/ou hierarquias é um ponto difusor de várias outras questões das Ciências Sociais. Dentro dos estudos das classes sociais, as análises com relação à mobilidade versam justamente sobre o movimento dos indivíduos entre estes estratos sociais, suas experiências, seus pontos de partida e chegada, os impactos e repercussões desta movimentação, que pode apresentar-se em vias materiais ou simbólicas.

Não se pretende adotar um posicionamento com relação aos marcadores de mobilidade social, tomando-os como determinantes em termos da construção de uma fronteira fixa que delimite os momentos em que ocorreu ou não a mobilidade social, mas, diálogos com a literatura que por quatro décadas, tomando como ponto de partida o trabalho de Sorokin (1959) e indo até os anos 2000, ocupou-se, mesmo que de maneira periférica, com a demarcação de

modelos de análise por meio de marcadores. Ocupação dentro dos postos de trabalho, formas do trabalho, formas de dominação, classes sociais, são alguns dos marcadores utilizados para medir e verificar experiências de mobilidade social. No entanto, quando se dialoga com o momento histórico demarcado para construção desta pesquisa depara-se com um severo problema de aplicação destas teorias à realidade, quando uma situação social relativamente complexa em que ocorreu intensa mobilidade social, que envolveu aspectos que não cabiam nos quadros teóricos já estabelecidos, acabou sendo negada em sua forma, função e repercussão.

Pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, sobretudo da economia e ciências sociais, passaram a defender que países como Brasil, México, China e Índia tinham se tornado ou estavam em vias de se tornar “sociedades de classe média” (LA CALLE & RUBIO 2012; FARRELL, GERSCH & STEPHENSON, 2006). As implicações teóricas, empíricas e também políticas destas afirmações têm sido, desde então, objeto de intenso debate acadêmico, particularmente no âmbito das Ciências Sociais. A literatura crítica produzida como reação à imagem de sociedades afluentes, que superaram a pobreza e distribuem melhor as riquezas (SOUZA, 2012; SCALON, 2012; POCHMANN 2012), num contexto de hegemonia de receituários neoliberais de globalização, denunciou não apenas a persistência, mas também o aumento das desigualdades sociais em escala planetária. Nas discussões que se seguiram a partir do ano de 2010, a questão fundamental não era apenas se o Brasil teria se tornado ou não um país de nova classe média, mas o fato de que esta afirmação passava a questionar diversos modelos daquilo que se pensava como mobilidade social no país no final da primeira década dos anos 2000.

É preciso compreender que a mobilidade social, enquanto fenômeno de movimento dos indivíduos de um estrato social para outro, sempre esteve presente no Brasil. E que a questão não é se há ou não mobilidade social, mas sim como suas dinâmicas de fato funcionam. Pastore (2001) denuncia que estudos de mobilidade social não são “flashes” de curto prazo. Ao contrário, eles se aproximam de “filmes” que procuram captar a dinâmica e a evolução das sociedades através de décadas, levando à reflexão sobre o fator histórico e dinâmico da mobilidade social.

Assim, esta tese propõe uma problematização da substancialização das características das classes com relação às suas fronteiras, em um escopo metodológico em que a pesquisa situada historicamente deve compreender quais são os elementos que em um determinado momento e espaço social caracterizam uma fronteira entre classes.

Para esta tarefa, foi preciso estabelecer um diálogo com os marcadores principais das pesquisas sobre a mobilidade social tradicional, que na primeira década dos anos 2000, apresentaram-se nas pesquisas sobre tema, a saber Souza (2012), que é um grande representante deste momento da pesquisa, fragmentadas em três grandes dimensões: trabalho, renda e capital cultural.

Na dissertação de mestrado que antecedeu o trabalho desta tese, este defendido no ano de 2015, momento de ebulição do debate pós anos 2000, lidou-se com a reorganização destes marcadores, e procurou posicionar-se com relação à uma análise de trajetória de mobilidade social que priorizasse as vivências e visões de mundo dos indivíduos, chegando à conclusão, naquele momento, que de fato havia uma nova classe média, conectada, sobretudo, à reorganização de um status social com relação às classes médias tradicionais, em que o aumento da renda proporciona ao indivíduo o acesso à experiências sociais novas que passam a exercer impactos igualmente novos na constituição da sua identidade. Entende-se então que a experiência de aumento da renda do brasileiro, principiada no início dos anos 2000, não pode ser vista apenas sob o viés da reprodução do capitalismo, nem desconectada de outros aspectos da mobilidade. Estas pessoas passaram por novas experiências sociais e, neste processo, suas visões de mundo sobre a distribuição diferencial dos lugares sociais passaram por uma forte modificação.

Exemplos claros desses aspectos estão expressos no acesso ao ensino superior, a forte emergência do empreendedorismo e as modificações nas paisagens urbanas, sobretudo nas cidades de porte médio, com o avanço dos conjuntos de habitações populares e modificação na estrutura física de bairros populares, que passam agora a atender os anseios dessa nova estruturação simbólica e material dos indivíduos que passaram por um processo de mobilidade, tornando-se ao longo dos anos bairros de classe média, ou da nova classe média. Desigualdade e pobreza permanecem questões fundamentais e

o “sonho” de um Brasil de classe média mostrou-se ainda mais frágil com os sinais crescentes de crise política e econômica e de forte mobilização conservadora contra os avanços dos governos petistas no combate à pobreza. Por outro lado, os processos complexos de mobilidade social experimentados por milhões de brasileiros no começo do Século XXI foram em si mesmos ocultados nesta discussão. Escolhas teóricas; reificações de estruturas de classes encontradas em outros países e em outras épocas; substancializações das fronteiras de classe; entre outros fatores, impediram que as ciências sociais tomassem a primeira década de 2000 como um grande laboratório para compreender como mudam, efetivamente, estruturas de estratificação social. E também para refletir sobre as implicações políticas dessas mudanças em um país historicamente marcado pela desigualdade como o Brasil.

Faz-se necessário a dissolução dos antigos marcadores como ocupação, renda e classe em mais possibilidades de observação e apreensão dos aspectos de mobilidade social, atribuindo à esta abordagem um caráter multidimensional, que objetiva incorporar mais aspectos de análise que podem se modificar de acordo com as demandas do campo de pesquisa, na medida em que intenciona-se reelaborar as formas pelas quais os processos de mobilidade social são analisados e categorizados a partir de experiências específicas de classe, que irão delimitar as outras fronteiras analíticas deste processo, estabelecendo parâmetros específicos a partir da pesquisa empírica. Estas fronteiras, do que são as classes sociais e de quais são de fato os marcadores da mobilidade dos indivíduos entre estes estratos, não podem ser confundidas com a construção de uma ideia substancializada de quais são essas fronteiras. Desse modo, percebemos que só podemos compreender quais os aspectos que compõem a mobilidade social a partir da apreensão de experiências concretas e materiais de mobilidade social e da redefinição permanente destas fronteiras entre as classes e os grupos sociais em contextos particulares. A maneira pela qual se pensa a mobilidade social no Brasil deve ser reelaborada para que a Sociologia possa refletir sobre os processos e mecanismos que instituem padrões de estratificação social.

2. Análises das experiências de mobilidade social e seus aspectos multidimensionais

No contato com as famílias que colaboraram para esta pesquisa encontramos perfis diferenciados de composição familiar, especialmente do número de membros que colaboram com a renda, nível de educação formal, forma e estabilidade dos postos de trabalho, entre outros marcadores que em muito se assemelham às fronteiras tradicionais de classe descritas anteriormente aqui. No entanto, quando se encara estes marcadores, é encontrado na apreensão das visões de mundo destes indivíduos, formulações diferenciadas com relação às suas experiências de mobilidade social. A primeira delas, sem dúvidas, é a afirmação de que de fato existe a presença da mobilidade social, problematizando as teorias tradicionais que negam sua presença na modificação qualitativa dos modos de vida no Brasil. Todas as famílias investigadas evidenciam a presença da mobilidade social em suas experiências por meio de duas questões que para estes parecem fundamentais: aumento e manutenção da renda e modificação nos padrões de consumo. Estes dois fatores ganharam, no desenho desta pesquisa, uma feição que se distancia de sua função original, meramente material, e se aproxima de uma dimensão simbólica, como posta por Douglas & Isherwood (1976) por exemplo, em que o consumo transmite uma mensagem direta entre os integrantes de um dado grupo social.

Estes dois pontos se conectam com outros aspectos evidenciados pelos indivíduos envolvidos nesta pesquisa, que os caracterizam dentro de um nicho social específico, que apenas será entendido de fato pelo contato direto com suas experiências. Estamos falando da relação dos indivíduos com a religião, neste caso evidenciando a forte presença das vertentes evangélicas do cristianismo, impressões sobre demandas políticas, que no ano de 2018 estavam extremamente presentes no cotidiano dos brasileiros e por fim, impressões sobre políticas públicas, sobretudo as que envolvem emprego e segurança. Estes pontos não se encaminharam prontos e fixos para o objeto de pesquisa, mas, foram identificados dentro do processo de acesso às percepções das visões de mundo dos indivíduos.

Por mais que exista uma certa regularidade com relação a algumas impressões dos indivíduos sobre certos aspectos de suas trajetórias/experiências e suas demandas, elas são heterogêneas. O que as conecta é o fato de que estes indivíduos, indiscutivelmente, se movimentaram dentro dos espaços dos estratos das classes sociais, movimentação que seria negada à luz dos marcadores tradicionais.

Mas, a que mobilidade se refere? Para os marcadores tradicionais, os indivíduos devem passar de um estrato social para o outro transformando as características de seu lugar de origem, de forma ascendente para adaptar-se ou moldar-se ao seu suposto lugar social de chegada. Ou seja, o indivíduo que nasceu em uma família pobre da periferia, para que seja tomado em um quadro de mobilidade social tradicional deveria ter os mesmos padrões de percepção qualitativa do consumo, capital cultural, sensibilidade com relação as demandas das políticas públicas do seu lugar social de chegada, a classe média por exemplo. O que este tipo de abordagem não leva em consideração é que um número considerável de indivíduos pode mover todas as suas características de classe sem que necessariamente eles cheguem, ou sejam recebidos, a um lugar social de chegada pré-estabelecido. Eles podem se movimentar e criar um novo lugar de chegada, uma nova composição de classe social, como foi o que aconteceu com os membros da polêmica “nova classe média”.

Esta abordagem de análise de mobilidade social multidimensional buscará perceber estas mudanças de estruturas, os marcadores fluidos e a composição de novos lugares sociais de classe, que não necessariamente devem se repetir em outras situações sociais.

Aspectos relativos à mobilidade social no Brasil no final do ano de 2018 é, para além de um severo desafio teórico e metodológico dentro das Ciências Sociais, uma tarefa complexa de quebrar barreiras com relação ao discurso popular, alimentado fortemente na última eleição para presidente da república, de que o país não apenas não teria passado por um longo e intenso processo de mobilidade social como em contrapartida viu-se afundado em uma profunda crise econômica que na verdade teria refletido, segundo o discurso popular, o pior momento econômico da história país. É importante neste momento dialogar com este discurso da população que acabou por eleger um candidato a

presidente que ergueu um intenso discurso anti-petista, na medida que o momento histórico apontando nesse texto como lócus da mobilidade social estava sob o governo presidencial do Partido dos Trabalhadores.

Assim, assumir a responsabilidade de afirmar que houve um processo de mobilidade social no Brasil, iniciado na primeira década dos anos 2000, é tentar não apenas dialogar com a teoria Sociológica, mas sobretudo, tentar refletir como os elementos dessa mobilidade social foram ou não percebidos pelas pessoas que fizeram parte dele. Atentando sobre como os mecanismos de comunicação e circulação de informações sobre a vida social dos indivíduos têm poder sobre a própria percepção de si e da sociedade e sobre a forma como este indivíduo condiciona as suas escolhas sociais. Para esta proposta, é preciso se deslocar dos modelos rígidos que refletem o *modus operandi* da mobilidade social em países do capitalismo avançando e buscar pensar um novo modelo de interpretação da mobilidade dentro do escopo situacional do Brasil, atentando para suas particularidades e necessidades específicas. Desta forma, refletimos sobre as fontes relativas à mobilidade social “tradicional” para pensarmos em seguida aquilo que chamamos de mobilidade social multidimensional.

Reforçamos que é preciso reconhecer, no Brasil, outros marcadores que identifiquem a presença da mobilidade social, como, por exemplo, um quadro mais amplo de acesso e permanência no ensino superior à nível de graduação e pós-graduação, por meio de ampliação das vagas e bolsas de incentivo para pessoas de baixa renda ; ampliação e incentivo a novas formas de crédito, de modo a dinamizar o acesso a bens de consumo e formas de lazer; ampliação e criação de novas possibilidades de moradia, tanto no que tange ao aquecimento da iniciativa privada imobiliária como no que diz respeito à programas como Minha Casa Minha Vida. Muito se tem questionado com relação à perpetuação dos efeitos destes aspectos na vida dos indivíduos, sobretudo com relação àqueles que sofreram os impactos da crise econômica que se impôs mais evidentemente no governo petista da então presidente Dilma Rousseff, fato este que inflamou, entre outros acontecimentos, o forte sentimento anti-petista que fez com que uma parte da população contemplada em programas sociais das mais diversas esferas não reconhecesse mais estes aspectos como avanços

sociais, o que indubitavelmente influenciou os resultados das eleições presidenciais de 2018.

Empenhar esforços em uma análise multidimensional da mobilidade social seria justamente resgatar estes aspectos “periféricos” da mobilidade, aspectos que impactaram a trajetória de famílias que saem de um quadro de pobreza para um novo quadro de possibilidades com relação aos usos sociais; de famílias que pela primeira vez podem ver um filho receber um diploma de um curso superior, que tiveram a oportunidade de conhecer outros lugares do país, que reformaram suas casas ou compraram uma nova. É possível dizer que fatos como estes não modificaram as dinâmicas dos modos de vida das pessoas no Brasil? É possível dizer que quadros como estes não foram fortemente ampliados a partir da primeira década dos anos 2000?

Este texto busca perceber que existem outras possibilidades de interpretação da mobilidade social que devem ser exploradas, com a finalidade de revelar quais foram as mudanças efetivas que ocorreram na vida das pessoas e em suas experiências familiares. O início do governo petista no Brasil sem dúvida promoveu diversas situações sociais que merecem ser analisadas de forma mais detalhada, situações que foram vistas e sentidas em seu momento de curso, mas que agora são obscurecidas pelos impactos da crise, sejam estes impactos materiais ou ideológicos com relação às disputas eleitorais, por um forte sentimento anti-petista e por uma polarização política extremada que reflete as condições de apreensão da realidade social dos indivíduos no ano de 2018.

Este texto não pretende ser conclusivo com relação às possibilidades que podem ser exploradas em vistas de novos olhares sobre a mobilidade social, mas tem objetiva ampliar a discussão e reforçar a importância da busca de novos caminhos interpretativos para uma situação social que apresenta um caráter fortemente multifacetado. Sobre a mobilidade social no Brasil, passamos por momentos distintos de investigação e interpretação quando falamos de um período relativo à década de 1990, com os primeiros trabalhos de Scalon (2012) e Nelson do Vale (2016), passando pela transição para os anos 2000 com as implicações de Neri (2008) sobre a composição de uma nova classe média brasileira até seus críticos. Assim, no ano de 2018, os estudos sobre o comportamento e o pensamento social no Brasil se percebem bombardeados

por novas dinâmicas em ebulição, ascensão de uma nova onda conservadora, impactos de uma crise econômica generalizada que tem seus efeitos ampliados por uma profunda polarização política no país. Todos esses eventos inclinam a Sociologia às novas formas de investigação e manuseio da teoria sobre a realidade social, ampliando o debate sobre as classes e a mobilidade, visando contribuir de forma mais ampla neste tema tão importante para as Ciências Sociais.

Neste escopo esta tese pretende se posicionar com relação aos estudos da mobilidade social constituindo teórico e metodologicamente o aqui chamado de mobilidade social multidimensional. Nestes termos a mobilidade social multidimensional é um esforço para compreender e incorporar outros marcadores de mobilidade que não estão no hall de concepções da literatura clássica com relação ao tema. Destarte, por meio da pesquisa de campo, buscou-se elaborar novas generalizações que mostram que podem ser criados novos marcadores de análise da mobilidade a partir do que abstraímos da nossa pesquisa de campo. Este novo nicho de marcadores parte de múltiplas dimensões da vida social, que com um olhar que enfoca a experiência de mobilidade social dos indivíduos é possível incorporar novos padrões e tendências para os estudos da mobilidade social.

3. O desenho da pesquisa

Como já posto, o esforço desta tese é discutir aspectos multidimensionais da mobilidade social. Para esta tarefa foi preciso se aproximar das experiências de vida das pessoas, investigar o seu cotidiano, ou seja, dar voz aos nossos colaboradores. Neste ponto nos distanciamos dos modelos tradicionais de pesquisa com relação a mobilidade social e a desigualdade no Brasil, que tem sobretudo efetuado interpretação de dados mais gerais com relação às características socioeconômicas da população, a exemplo da PNAD e IBGE. Nesta pesquisa foi investigado de perto o cotidiano de 22 famílias, que juntas forneceram uma amostra de 80 indivíduos.

O primeiro contato se deu a partir de um questionário de mapeamento familiar, que tinha por finalidade apresentar como se constituía a unidade familiar

visitada, em termos de sua composição, pai, mãe, filhos, indivíduos com emprego formal, grau de instrução formal entre outros fatores que foram mapeados por este questionário.

É preciso pontuar que das 22 famílias em foco nesta pesquisa, 9 delas já vinham sendo acompanhadas desde o ano de 2011, em uma primeira incursão investigativa nos bairros analisados. O segundo passo desta análise foi a aplicação de um survey, que em termos de marco temporal de nossa investigação foi feito em dois momentos, sendo o primeiro no início da então referida pesquisa iniciada no ano de 2011, que versava sobre questões pertinentes aquele momento da pesquisa, e em um segundo momento revisados estes surveys para questões referentes ao ano de 2018, o mesmo foi aplicado tanto nas 9 famílias que estão desde o ano de 2011 como as outras 13 famílias que entraram na pesquisa entre os anos de 2017 e 2018.

O survey foi apenas o ponto de partida, a forma pela qual se deu o acesso a vida social dos colaboradores desta pesquisa. Durante a aplicação do survey existia o acesso a várias interpretações da vida social fornecidas por nossos colaboradores, assim como espaço para questionar e para fazer parte do cotidiano daquela família por algumas horas. Havia uma preocupação permanente em justificar as respostas dadas do survey, e estas justificativas quase sempre vinham acompanhadas da participação de outro membro da família que passava a participar espontaneamente da pesquisa.

Assim, entre os meses de maio e dezembro de 2018, cada família foi visitada com uma regularidade que variava entre uma e duas vezes ao mês, com ênfase ao objetivo de captar as formas pelas quais as pessoas percebem suas experiências de mobilidade. Esta é sem dúvidas uma proposta metodológica que para além de seus desafios de campo, com questões relativas a dificuldade da exaustão dos contínuos encontros e interpretação dos dados qualitativos, é um desafio no que diz respeito a lidar com o tema dentro das Ciências Sociais, na medida em que grande parte dos trabalhos que versam sobre o tema (PASTORE, 1979; SCALON, 1997; FERREIRA, 2013) lidam sobretudo com dados da macroeconomia.

Dentro do quadro de análise da mobilidade social, aquele que mais se aproxima do que pretende-se realizar nesta tese são os trabalhos de Jessé

Souza. O Autor deu início no final da primeira década dos anos 2000 a uma pesquisa que envolve uma nova interpretação com relação ao que ele chama de “as mentalidades sociais no Brasil” (2018). Suas percepções estão ligadas a interpretações de estudos de caso, que vão desde a leitura do cotidiano de um trabalhador de telemarketing (2012) até as impressões políticas de uma defensora pública (2018) que buscam compreender de forma ampla o cenário social brasileiro da última década. A questão é que o trabalho de Sousa do ano de 2012 faz uma crítica a interpretação da estratificação social que abre espaço para novas ideias com relação a experiências de classe, negando a existência de uma nova classe média por exemplo, e nos seus trabalhos seguintes o autor não aborda mais de forma tão direta a existência ou não de uma nova classe social ou possíveis flexibilidades de movimentação no sistema de estratificação.

Neste trabalho as experiências de vida das pessoas, e sobretudo de mobilidade social, nos mostraram novas possibilidades de pensar a mobilidade social, e desta forma condicionamos nossa ideia com relação ao aspecto multidimensional da mobilidade.

A forma pela qual esta pesquisa foi desenvolvida mostra que a proposta teórica de que existe uma mobilidade social multidimensional só pode ser percebida com informações qualitativas da pesquisa de campo. Com isso, por outro lado, não nega-se que a desigualdade social no Brasil é um dos maiores desafios enfrentados pela conjuntura social, ou que existe um conjunto de ideias dominantes que colonizam a vida social das pessoas que reforçam e legitimam os sentidos destas desigualdades, é pertinente ressaltar que o enfoque será outro, busca-se dialogar com as experiências de mobilidade, percebendo suas múltiplas dimensões no cotidiano das pessoas, que mesmo permanecendo em um quadro social de profunda desigualdade movimentam-se entre os espaços da estrutura social, a tarefa desta tese, portanto, é compreender quais foram e são os caminhos utilizados para esta movimentação.

CAPÍTULO 1

BORRANDO AS FRONTEIRAS DE CLASSE: A ÊNFASE NAS EXPERIÊNCIAS DE MOBILIDADE

As análises de mobilidade têm como objetivo principal estabelecer os contornos da estrutura social definindo, através do estudo do delineamento e da reprodução das classes, as características do sistema de estratificação. (SCALON, 1997, p.61)

As experiências de mobilidade social são foco deste trabalho. As análises destas experiências permitem trazer para o debate as formas pelas quais as pessoas vivenciaram as modificações, tanto em suas condições materiais como na dimensão simbólica de suas visões de mundo. No cotidiano, os indivíduos negociam com as questões que lhes são postas pelas instituições da vida social, pela necessidade de fazer planos, refletir sobre perspectivas e objetivos da vida. Pode-se dizer, nesta pesquisa, que os lugares sociais, em termos simbólicos, são definidos e resignificados pelas experiências dos indivíduos, pelas percepções que estes, em suas experiências, atribuem a suas ações e modos de vida.

É importante reter que os estudos com relação a mobilidade social têm como finalidade analisar os níveis de flexibilidade de movimento social em uma dada sociedade. Isso não se relaciona diretamente com o sistema como um todo, no qual os indivíduos estão inseridos, em outras palavras, existe um certo equívoco quando pensa-se em constatar a presença da mobilidade social em uma sociedade capitalista, que estaríamos afirmando que o capitalismo enquanto estrutura econômica/ideológica está, ou estaria, em vias de se tornar mais flexível ou que existe uma modificação nas suas estruturas fundamentais de interpretação, a saber a leitura marxista das formas de exploração do trabalho, por exemplo. Fala-se sobretudo de aspectos específicos das relações sociais, não estabelecendo fronteiras, ou um molde universal para análises de flexibilidade do sistema capitalista, mas direcionando o debate para mostrar as especificidades das relações sociais em cada campo, como os campos sociais passam a lidar de formas diferenciadas e sui generis com a manutenção de seus

capitais, e assim, como eles condicionam, ou não a movimentação entre os estratos sociais.

O espaço social não é inerte à ação dos indivíduos que nele se encontram, portanto, é passível de mudanças, transformações entre as sociedades e os indivíduos, assim, antes de perceber como estas podem ser expressas através da mobilidade social, faz-se necessário a análise sobre como os espaços sociais estão dispostos. Neste sentido, menciona sobretudo em graus de distribuição de oportunidades sociais, surge então uma outra barreira, os marcadores fixos do que são ou não oportunidades sociais legítimas e legitimadas pela ciência.

Neste trabalho, buscou-se dar voz, por meio da incursão em campo, àquilo que as pessoas, em suas vidas cotidianas, definem como oportunidades legítimas; o que elas, em suas escolhas ordinárias, estabelecem como prioridade e assim poderemos revelar, em uma análise das experiências de mobilidade social, as múltiplas possibilidades de se pensar a mobilidade partindo do ponto de que não devem existir fronteiras, ou demarcações científicas de gabinete que definam para os indivíduos o que é ou não é mobilidade social.

Quando falamos sobre mobilidade social no Brasil acionamos temas sensíveis não apenas dentro da academia como na vida cotidiana dos brasileiros. É praticamente impossível falar em mobilidade social no Brasil após os anos 2000 sem falar no combate à pobreza estrutural do nosso país ou ampliação do acesso democrático a bens típicos de uma sociedade afluyente, como por exemplo a educação superior. Neste momento, não é preciso tomar a educação formal como marcador fixo, mas apenas perceber de maneira mais sensível qual é o impacto na vida de alguém que nunca teve acesso à um bem material ou simbólico que tem seu valor capitalizado compartilhado em nossa sociedade pela primeira vez.

Existem dois fatos que podem ser criticados, mas não podem ser descartados enquanto ponto de partida para nossas questões. O primeiro deles é que durante a primeira década deste século a renda no Brasil aumentou para a população mais pobre. O segundo fato é que o aumento desta renda repercutiu em um estado social de modificação tanto de estruturas simbólicas como no uso dos espaços públicos e privados, modificação nos gostos e acesso à educação superior por exemplo como com relação às estruturas materiais. Quando se fala

em termos mais amplos sobre a estratificação social nas sociedades industriais, admite-se dentro dessa economia da desigualdade dois fatores capitais: status econômico e status social. Assim, fazer o recorte com relação ao debate das classes sociais no Brasil é uma tarefa, se vista com mais cuidado, bastante complexa, pois, em um primeiro momento, há um impacto para com a literatura clássica sobre o tema, que versa sobre os modelos europeus das classes sociais. É preciso deixar claro este percurso analítico que justifica a forma como esta tese foi organizada em termos de conteúdo, pois para compreender os modelos de análise das classes sociais e da mobilidade social no Brasil é preciso conhecer quais foram as grandes influências daqueles que promoveram estes esforços de apreensão da nossa realidade social.

Ao tratar-se de classes sociais, indissociavelmente há uma relação com marcadores de classe. Estes marcadores irão definir uma série de outros fatores que entraram em cena posteriormente em qualquer análise com relação à mobilidade social ou com relação às desigualdades sociais.

1.1 Historiando os marcadores tradicionais de mobilidade social

Em todos os momentos deste texto, lidou-se com marcadores fixos de mobilidade social, que também podem ser postos como marcadores de classe. É preciso compreender como estes se colocam com relação as formas de pensar a estratificação social em momentos diferentes, e para tanto não podendo deixar de historiar a literatura sobre o tema. Em todos os momentos da História da humanidade houveram diferenças com relação às oportunidades para tomada de posições nas sociedades. Do oriente ao ocidente, as sociedades humanas em diversos momentos e graus de modificações ou de desenvolvimento, encontraram formas de dividir a sua estrutura, criar hierarquias e justificar as suas desigualdades sociais. Esta, a desigualdade social, não é uma característica sui generis do sistema capitalista, do oriente, por exemplo, com a sociedade de castas e uma mobilidade social praticamente inexistente ao ocidente, na antiguidade clássica, é possível encontrar relatos e considerações sobre a divisão de posições e as formas de acesso ou não à mobilidade entre as formas estratificadas de se estar em sociedade.

A República de Platão é considerada por Veloso (2004), professor e pesquisador do tema na Université de Paris XII, um marco para as Ciências Políticas modernas e que já encontra marcas da estratificação como modelo para organização do mundo social. Platão considera em um plano ideal as seguintes frações:

- Classe econômica: constituída por proprietários de terra, artesãos e comerciantes, responsável por garantir a sobrevivência material da sociedade.
- Classe militar: constituída pelos guerreiros, responsável pela defesa da cidade.
- Classe dos magistrados: constituída pelos sábios e legisladores, que ficariam responsáveis por garantir o governo da cidade sob as leis.

A reflexão sobre a mobilidade social está presente na discussão de Platão sobre a divisão da sociedade, quando o mesmo pensa sobre as formas pelas quais os locais sociais serão ocupados, sobretudo, haveria neste momento um lugar fundamental para a educação como forma de mudança do status social do indivíduo que estaria, quando inserido em um processo de educação formal sugerido por Platão, em vias de ascensão social. É possível pensar que esta forma de refletir sobre a educação dentro do sistema de estratificação social tenha perpassado outros modelos de estudos sobre a mobilidade social e as classes sociais, que percebem a educação formal como um certo esclarecimento sobre questões sociais mais amplas, um marcador legítimo de mobilidade social, inspirados em ideias platônicas de que a educação, enquanto reflexo do exercício pleno da racionalidade de uma dada sociedade, é o elemento capital de emancipação do indivíduo, a saber, já no esquema social proposto por Platão, a classe dos magistrados.

Segue-se para um outro momento de composição das classes sociais, que seria o período da primeira fase da revolução industrial, quando é falado mais uma vez sobre mobilidade social, pois nesta fase da História, emana-se de um sistema rígido e fixo de estratificação social que é o período medieval, apontado por Hirano (2006) em “Castas, estamentos e classes sociais”, como um modelo de sociedade baseada na atividade rural com uma divisão social

herdada sem que houvesse possibilidade de migração entre as classes que não fosse por acordos políticos. No início da modernidade, em termos de temporalidade histórica, descobre-se com a criação do Estado, um intenso processo de êxodo rural e urbanização, assim como novas formas de trabalho. Neste momento da história, os elementos reflexivos de Platão, com a sua projeção de uma cidade ideal, quando todos os indivíduos, mesmo que em classes sociais distintas, participam de forma consciente e justa da composição orgânica das relações sociais pode retornar ao debate, pois, a inquietação sociológica de Karl Marx, por exemplo, se dá sobretudo ao fato de que para além de uma distribuição desigual dos meios de produção e do processo de super exploração do trabalho, os indivíduos em uma sociedade de classes não tem de forma igualitária oportunidade de participar conscientemente das questões sociais como um todo.

De forma implícita, Marx (1974) aponta a mobilidade social, enquanto possibilidade, no sistema capitalista, na terceira parte de “O Capital” como antídoto a pensamentos revolucionários, na medida em que transmite a ideia de que a estrutura da distribuição desigual e hierarquizada pode ser transposta por meio do “esforço individual”. Refletindo sobre o fato de que quanto maior for a habilidade da classe dominante em assimilar as principais mentes da classe dominada, mais estável e perigoso se torna seu domínio. Scalon (1997) aponta este momento da reflexão marxiana como uma das poucas possibilidades para se pensar a mobilidade social em Marx, tendo em vista que para o autor, a mobilidade social dentro do sistema capitalista seria apenas uma das possibilidades de manutenção das relações sociais de exploração e não de sua superação.

Sorokin (1927) assume o papel de tratar do tema da mobilidade social pela primeira vez de forma direta, admitindo que a desigualdade é estrutural, assim é uma marca permanente das sociedades humanas e que nas sociedades industriais se expressa por meio das diferentes ocupações sociais e pelos níveis diversos de volume de educação formal para desempenhar cada uma delas. Esta premissa mostra as possibilidades de uma mobilidade social ascendente ou descendente com vistas às modificações das ocupações e níveis de educação formal, o que instaurou uma certa tradição com relação a análise da

mobilidade social na Europa, baseada sobretudo no diálogo com a detenção, ou não, de bens simbólicos, tais como o capital cultural e o capital social.

Em Sorokin, os pressupostos platônicos com relação à educação como modelo legitimador da mobilidade social também estão presentes, assim como uma certa lógica durkheimiana com relação à manutenção dos laços de solidariedade que impactam as chances de existir algum conflito social entre os indivíduos, na medida em que a mobilidade social, assim como colocado na observação feita por Marx, faz com que o indivíduo tenha uma maior credibilidade com relação às suas chances de se envolver e desenvolver na sociedade em que está inserido.

Sorokin marca o início das discussões em meados do século XX, com uma ideia de mobilidade social fortemente impactada pelos efeitos das estruturas sociais, percebendo no capitalismo uma possibilidade de manutenção do processo de mobilidade, como característica de sociedades democráticas. Imerso nesta ideia, PEREIRA (1973) afirma:

A mobilidade social está intimamente relacionada com o processo de desenvolvimento econômico. Mais amplamente, está relacionada com o processo de racionalização econômica e social, representado pelo surgimento do capitalismo e pela conseqüente crise dos sistemas sociais tradicionais. As sociedades tradicionais, quando ultrapassam o nível das comunidades primitivas (e até um certo ponto, mesmo nesse nível) organizam-se em sistemas de estratificação rígidos, em que poder e privilégio são prerrogativas familiares, que nascem com os indivíduos e se transmitem a seus filhos. Não há racionalidade no processo de distribuição das funções sociais. A Revolução Comercial e depois a Revolução Industrial, a emergência do capitalismo e a conseqüente prevalência de uma ideologia liberal tiveram, entre outros, um sentido eminentemente racionalizador do processo social. A burguesia emergente colocava em questão a rigidez da estratificação social, em defesa de seu próprio interesse de subir socialmente, e em nome de uma maior racionalidade e justiça do processo social. p.20

Estas são as bases para a incursão de David Glass (1954) no debate com relação à mobilidade social, que passa a compreender de forma mais sistemática os aspectos do que este passa a chamar de mobilidade social intergeracional. Analisando os efeitos da estabilidade da mobilidade social com a finalidade de

modificar o status de uma dada sociedade para outro, a exemplo, como sociedades imersas na pobreza estrutural se tornam sociedades industriais de classe média. Blau e Duncan (1967), em um momento posterior, inserem-se no debate revelando o papel do que eles chamam de mobilidade ocupacional como uma nova ferramenta de desenvolvimento das sociedades capitalistas, na medida em que deve haver uma manutenção dos postos de trabalhos especializados que com o passar do tempo e com a ampliação de suas demandas deixaram de ser monopolizados apenas por uma pequena elite intelectual e foram direcionados à uma maior dinamização das tarefas sociais. Os autores denominam esse movimento como one-way screen, que é o momento em que os trabalhadores passam por um processo de mobilidade ocupacional do trabalho manual para o trabalho não-manual. Não é difícil associar estas três formas de análise da mobilidade social de maneira interligada, na medida em que elas colaboram de forma complementar.

No caso da mobilidade ocupacional ou da mobilidade de classes, o foco de análise é a associação entre a posição social de origem, representada pela ocupação do pai, e a posição social de destino, ou a primeira ocupação do indivíduo - caracterizando a mobilidade intergeracional. O objetivo da mensuração da mobilidade social é apontar as fraturas da estrutura social, que expõe as desigualdades na oportunidade de aquisição de bens e valores e as estratégias de manutenção e reprodução das posições sociais. (SCALON, 1997. P.11)

Por conseguinte, analisa-se o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, com duas possibilidades de pensar mobilidade social entre Goldthorpe (1984), a partir do movimento entre as classes, e Payne e Abbott (1990), a partir do movimento entre as categorias ocupacionais. Desta forma, ocasiona um diálogo com dois fortes marcadores dos estudos de mobilidade social, que seriam as classes sociais e categorias ocupacionais. Dentre os modelos já postos anteriormente estes passam a figurar de forma mais efetiva os estudos sobre mobilidade social que nos anos 1990, por exemplo, passam a analisar no Brasil os esquemas de estratificação de classe e possibilidade de mobilidade social, com José Pastore (1989).

A compreensão de classe social elaborada por Goldthorpe (1986) para pensar a mobilidade social abrange diversos aspectos figuracionais e simbólicos

para demarcação dos pressupostos do movimento entre as classes. Para ele, a “mobilidade entre diferentes posições dentro da estrutura de classes é entendida como coletividades com chances de vida e estilos de vida distintos, e orientações sociopolíticas e modos de ação” (p.112).

Aproxima-se aqui do conceito weberiano de classe social, que admite o fato de que podem existir variações, ou formas não-homogêneas de estrutura de classe dentro da classe proletária, nos termos de Marx ou seja os não-proprietários. Nesse sentido, as diferenças nas possibilidades de mercado não se prendem unicamente à posse ou não de propriedade, mas à posse de habilidades específicas que se convertem em recompensas como renda, segurança no emprego, expectativa de progresso, autoridade, etc. Esta é a base para a forma como Giddens (1973) pensa as ocupações enquanto categorias nos estudos das classes sociais. Giddens também faz a associação entre a mobilidade ocupacional e o escopo intergeracional, inspirado sobretudo nos trabalhos de Lipset e Bendiz (1959). Percebendo que os maiores propulsores de mobilidade social eram os mecanismos de ascensão ocupacional, sobretudo dos trabalhos manuais para os trabalhos administrativos especializados. Há neste ponto, segundo Mach e Wesolowski (1986), uma associação, no escopo da atividade ocupacional, entre a posição social demarcada pelo emprego formal em níveis materiais, marcados sobretudo pelo fator salarial, mas incorporando a esta o prestígio que determinadas profissões têm em cada sociedade, ampliando assim, neste debate, a relevância da ocupação na análise da mobilidade social.

Scalon (2016) testa as proposições de Mach e Wesolowski quando questiona em sua pesquisa seus entrevistados com relação ao salário que deveria ser pago a determinadas profissões no Brasil. Nesta pesquisa, ela encontra um maior índice de entrevistados que acreditam que um médico deve ganhar mais do que outra profissão que leva o mesmo tempo dedicado a uma formação superior. A autora acredita que este tipo de mentalidade dá credibilidade e legitima as desigualdades sociais, sendo apenas um reflexo sobre como as pessoas pensam as situações sociais em momentos diferentes, atribuindo, neste caso, um maior salário a uma profissão social que em seu universo social tem mais prestígio.

As análises com relação a mobilidade social têm se baseado em um ponto focalizado para definir quando e como acontece este processo. Estas pesquisas fornecem diversas pistas sobre mecanismos de mobilidade que pretendem organizar em uma interpretação mais ampla.

1.2 Wright e Goldthorpe: influências das análises de mobilidade social no Brasil

Este debate tem considerado, portanto, que em um dado momento das análises com relação à mobilidade social, fosse admitido que dentro da classe trabalhadora passam a existir novas formas de relação com os mecanismos de prestígio e ascensão social, e que esta ascensão, por exemplo, pode acontecer dada a sua posição em meio aos processos produtivos sem que, exatamente, o indivíduo saia da classe em que está inserido. Mesmo que este permaneça dentro da classe trabalhadora, ou do que convêm chamar, também em termos marxistas, de os não-detentores dos meios de produção. O indivíduo pode passar a ser percebido de forma diferente dentro do seu escopo de atuação profissional e social, como percebido anteriormente nas pesquisas de Mach e Wesolowski (1986) e Celi Scalon (1997).

Pretende-se organizar uma certa perspectiva geral com relação às análises da mobilidade social, mais especificamente dialogando, em um primeiro momento, com Pitirim Sorokin, David Grusky, John Goldthorpe. Este recorte relacionado aos autores, teve a intenção de dar conta do quadro temporal em relação ao debate da mobilidade social.

Na sequência, Goldthorpe (1987) e Grusky (2004) inserem-se no debate com certa influência do trabalho realizado por Sorokin, em termos da organização do pensamento em torno da mobilidade social.

Quando organizada uma estrutura lógica de investigação das possibilidades teóricas e empíricas da mobilidade social é possível estabelecer uma conexão, automaticamente, com outros mecanismos conceituais caros a este tema. Neste escopo, pode-se elencar duas questões sociológicas indissociáveis da pesquisa, ou construção teórica, que se conectam com a mobilidade social, quais sejam: as classes sociais e a desigualdade social. Entre si estes dois marcadores já mantêm uma íntima relação, dado o fato que em uma

simples revisão da literatura sobre as classes sociais, desde as proposições dos clássicos da sociologia à nova sociologia das classes, pensar classe social é perceber uma situação de assimetria de poderes entre os indivíduos ou grupos.

Os marcadores do que de fato define a posição ou situação de classe, o que fortalece ou enfraquece os laços entre os indivíduos em uma dada classe ou o próprio reconhecimento deles na mesma é que irão variar entre as perspectivas dos autores. O que estes autores reconhecem de forma comum é que a sociedade das classes alimenta e reproduz condições de desigualdade social que estão imersas em uma série de combinações de disputas de poder e distinção.

Existem, por tanto, duas possibilidades centrais que irão servir de modelos para outros especialistas neste tema, como David Grusky, a mobilidade social vertical e a mobilidade social horizontal. No processo de mobilidade social horizontal, o indivíduo permanece no mesmo estrato social, sua mobilidade é, nas palavras de Sorokin, valorativa, não havendo deslocamento com relação a sua posição social para a sociedade mais ampla. Isso pode ocorrer em casos em que o indivíduo se casa, quando assume um novo posto dentro do seu grupo social que não esteja conectado ao mundo do trabalho, em um processo de reconhecimento religioso/espiritual, como a conversão ou o batismo por exemplo, entre outros processos que sejam encarados de forma valorativa para o indivíduo. Em outra via está presente a mobilidade social vertical, que se conecta com duas possibilidades, que Sorokin denomina de social climbing e social sinking.

Por social climbing se pode compreender o processo de mobilidade social ascendente, que acontece quando o indivíduo ascende de um estrato social a outro e por social sinking compreende-se o processo de mobilidade social descendente. O movimento entre estas formas de mobilidade social seria uma forte característica das sociedades democráticas, na medida em que posições dos indivíduos não seriam definidas pelo seu nascimento. Sobre isto, afirma Sorokin:

One of the most conspicuous characteristics of the so-called "democratic societies" is a more intensive vertical mobility compared with that of the non-democratic groups. In democratic societies the social position of an individual, at least theoretically, is not determined by his birth; all

positions are open to everybody who can get them; there are no judicial or religious obstacles to climbing or going down. All this facilitates a "greater vertical mobility" (capillarity, according to the expression of Dumont) in such societies. This greater mobility is probably one of the causes of the belief that the social building of democratic societies is not stratified, or is less stratified, than that of autocratic societies. We have seen that this opinion is not warranted by the facts (...) (1927, p.62)

Para o autor, o grau de intensidade nos processos de mobilidade social é capaz de aferir o nível de democracia social de uma dada sociedade. Sorokin tem essa preocupação sobretudo ao observar que existem sistemas sociais que não apresentam nenhuma possibilidade de mobilidade, como as sociedades de castas por exemplo. O autor não deixa de considerar, mesmo admitindo as possibilidades de mobilidade social nas sociedades capitalistas, o impacto dos privilégios de berço que sem dúvidas afetam os quadros de mobilidade.

Quase duas décadas depois do lançamento de "Social and Cultural Mobility", John H. Goldthorpe lança mais uma obra que terá forte impacto sobre os estudos com relação a mobilidade social, se trata do livro "Social Mobility and Class Structure in Modern Britain" (1987). Goldthorpe irá levantar a questão que as novas formas de mobilidade social na Grã-Bretanha não são apenas um novo modelo deste processo, como se as classes sociais se mantivessem intactas a este movimento, mas sim, e sobretudo, fornece a possibilidade de conceber uma nova estrutura de classe baseada em novas condições de interação entre os estratos sociais e suas dinâmicas, algo muito parecido com o que aconteceu no Brasil nas últimas duas décadas quando se fala sobre as divergências entre as estruturas conceituais e a realidade empírica das classes. Em 2016, Goldthorpe escreve um novo relatório sobre seus estudos com relação a mobilidade social, intitulado "Social class mobility in modern Britain: changing structure, constant process", quando afirma que:

The class structure provides an important context for the study of social mobility. The evolution of the class structure is the all-important factor determining individuals' changing experience of mobility, as expressed in absolute rates. (GOLDTHORPE, 2016, p.82)

Neste texto, o autor retorna às ideias de sua primeira obra, dando enfoque à mobilidade social intergeracional e ao fortalecimento do processo de mobilidade com base na ocupação profissional dos indivíduos. Segundo o autor, as relações com o trabalho são tradicionalmente a forma de pensar as classes sociais.

Class positions we see as being determined by the social relations in which individuals are involved in their economic lives—that is, in labour markets and workplaces; or, in short, by their employment relations. This understanding of class is in fact that which informs the main social classification in use in British official statistics since 2001. (GOLDTHORPE, 2016, P.42)

Três outros aspectos, além da posição no mundo do trabalho, são importantes para a análise da mobilidade social em Goldthorpe: a segurança de renda, estabilidade de renda de curto prazo e longo prazo e as perspectivas de renda. Neste sentido, aquilo que o autor chama de situações de instabilidade poderiam interferir de forma marcante no processo de mobilidade social.

Pensar mobilidade social nestes termos é verificar uma mudança macroestrutural da sociedade com relação à diminuição permanente das desigualdades sociais. Os fatores que têm promovido esta estabilidade com relação a seguridade da mobilidade social dos indivíduos, seriam o aumento da educação formal e uma maior racionalização das experiências de vida por parte dos indivíduos, segundo Goldthorpe (2018).

Grusky (2006) seguirá o curso das análises de Goldthorpe (2018), dando ênfase também à mobilidade social intergeracional. O que pode ser interpretado a partir do debate destes autores é o fato da mobilidade social estar diretamente ligada a uma modificação da relação do indivíduo com o trabalho produtivo. Sendo assim, as posições de trabalho dariam um norte para as estruturas mentais e os padrões de classe. A mobilidade social nestas condições ocorre apenas quando o indivíduo é capaz de manter a sua nova posição na estratificação social, que é medida pela estabilidade no campo do trabalho, e que ainda pode ser mais sedimentada quando se perpetua em outras gerações da estrutura familiar original, processo este que ocorre apenas, segundo Grusky,

quando há um investimento com relação à manutenção do acúmulo do conhecimento formal.

Quando repertoriados, os estudos sobre mobilidade social na literatura sociológica brasileira, é provável encontrar diversos traços dos modos de pensar europeus e norte-americanos sobre o tema e é imprescindível não deixar de citar “Mobilidade social no Brasil”, de José Pastore e Nelson do Valle (2001), como precursor do debate no país. Nesta obra, Pastore e Valle examinam a dinâmica da mobilidade social no Brasil, comparando dados de 1973 com informações semelhantes de 1996. Através da análise dos informantes (chefes de família, homens, entre 20 e 64 anos de idade), os dados permitem visualizar, na prática, a evolução da estrutura social brasileira ao longo das últimas décadas do século XX. Mobilidade social nos termos de Pastore é expressa de forma muito parecida com aquela observada na primeira década dos anos 2000, quando um impulso da economia nas famílias de baixa renda passa a movimentar outros setores da sociedade, em um quadro quando a ascensão social representou a melhoria do padrão de vida, uma elevação do nível de consumo, e a abertura de novas oportunidades de acesso à educação formal, ao trabalho e à renda para uma parcela significativa das novas gerações.

No recorte histórico feito por Pastore, com relação a análise comparativa em décadas diferentes, fica claro o fato de que para análise da mobilidade social no Brasil, e das suas estruturas de classe, é preciso mencionar dois grandes momentos de ocorrência deste fenômeno. Em um primeiro momento, considera-se as décadas de 1930 e 1940 com as bases no processo de industrialização do país e todos os impactos que esse fenômeno provocou sobre a estrutura das dinâmicas urbanas e das estruturas do trabalho. O segundo momento dessa análise seria a década de 1970 sob o governo de Médici, com o advento do “milagre econômico”. Estes recortes históricos marcam aquilo que Pastore chama de “flashes” de curto prazo para compreensão da mobilidade social no Brasil, eventos que colaboram para compreensão dos fatos que impactam a mobilidade social no início do século XX.

Em paralelo a este, há outro trabalho de igual relevância para o tema no Brasil, que é “Mobilidade Social no Brasil: Padrões e Tendências”, de Celi Scalon, escrito na forma de tese de doutorado em 1997 e publicado no formato

de livro no ano de 1999. No referido, a autora filia-se a dois tipos de mobilidade social, um deles baseado no movimento dos indivíduos entre as classes sociais ocasionadas pelo aumento da renda em um quadro intergeracional e outro baseado na mobilidade com relação às ocupações, em um quadro de maior especialização do trabalho.

A forma como a posição social é definida permite distinguir dois tipos de orientação teórica nos estudos de mobilidade: O primeiro deles analisa a mobilidade a partir do movimento entre classes sociais, e dos interesses envolvidos na identificação com o comportamento de classe, é uma perspectiva adotada por Goldthorpe (1984, 1985). O segundo mensura a mobilidade com base em categorias ocupacionais, e desta forma vê a mobilidade como o resultado de processos que tem lugar no mercado de trabalho, é o exemplo de Payne e Abbott (1990). (SCALON, 1997)

O modelo proposto por Scalon (1997), neste momento de sua trajetória de pesquisa com relação a mobilidade social, buscou analisar as modificações nos quadros de trabalho e a permanência dos indivíduos em um possível cenário de mobilidade social, naquilo que Goldthorpe chamou de mobilidade de facto.

Neste ponto, há uma análise sobre aquilo que a autora chama de “análise das taxas relativas de mobilidade”, baseados nos dados da PNAD de 1988, a fim de verificar a duração da estabilidade das estruturas de emprego ao longo de uma geração, e a probabilidade que esta tem de se perpetuar para uma próxima. Pretende-se então, ampliar o escopo da análise para aquilo que neste texto é chamado de mobilidade social multidimensional. Propondo a possibilidade de, para além dos esforços com relação à investigação das dimensões do trabalho, da renda e da educação formal, possam ser incorporados espectros dos universos simbólicos dos indivíduos, que mostrem como se constituem as faces de uma classe social que surge de um processo de mobilidade social específico, com traços culturais e aspirações relativos ao seu momento histórico e social. Fala-se daquele mesmo estrato da população brasileira apontado por Neri (2008), retirando do debate a problemática com relação a nomenclatura do resultado deste processo, mas, buscando investigar, sobretudo, quem são essas pessoas e quais elementos da sua vida cotidiana se transformaram, e quais

destes elementos convêm considerar como aspectos de mobilidade social multidimensional.

Payne e Abbott (1990) irão mensurar as possibilidades de mobilidade social com base nas categorias ocupacionais, sobretudo, percebendo como a ascensão a determinados postos de trabalho representam em si uma mudança na estrutura social quando incluso o papel da mulher no mundo trabalho. A incorporação no debate do lugar da mulher na mobilidade social baseada nas categorias ocupacionais, fornece subsídios para argumentação que o movimento de um posto de trabalho para outro pode ser considerado como uma mudança social relevante na trajetória de mobilidade dos indivíduos. Mas, neste ponto chega a ser encarado como um problema sistemático da teoria, que parte da questão: quando se fala em mobilidade social fala-se em classe ou em ocupação?

Os autores do final dos anos 1980 e 90 preocuparam-se em se posicionar em um destes dois lugares da pesquisa. À frente, estará demarcada uma posição com relação a este debate, admitindo que ambas as posições podem ainda ser incorporadas a outros fatores que até então encontravam-se desagrupados neste debate, como os conflitos de habituses entre o lugar de partida e o lugar de chegada da mobilidade, a incorporação das experiências diferenciadas nas variantes de sexo, orientação sexual, raça e religião, por exemplo.

Mas em meio ao debate sobre o posicionamento entre “classe” e “ocupação”, é passível o encontro de um problema de pesquisa um pouco mais complexo que começa um processo de reflexão de que estas duas possibilidades de análise da mobilidade social, podem ser encontradas em uma única situação. Trata-se das chamadas classes médias. Em todas as interpretações e leituras com relação as classes médias se podem encontrar o embate entre a figuração de classe e as características de sua ocupação de forma conflitante, sobretudo para as tradições marxistas. Dentro do esquema analítico das classes sociais que é impactado com a complexidade dos postos de trabalho em constante adaptação, modificação e ressignificação dentro do sistema capitalista, criando condições de existência e reprodução do que se convencionou chamar pelo neomarxismo de white-collar.

Neste ponto, Erik Olin Wright (1985) é o maior responsável pelo resgate da teoria marxista dentro das novas investigações com relação a mobilidade ocupacional. O autor reforça a ideia de que a suposta classe média de administradores e trabalhadores não-manuais não está situada em uma classe social, mas em duas ao mesmo tempo. Ao passo que pertencem à classe trabalhadora por não serem detentores dos meios de produção, fazem parte de uma minoria especializada dos postos de trabalho que para a constituição de sua força de trabalho precisam de um intenso investimento intelectual.

Sobre as atribuições da classe trabalhadora, Wright (1985) propõe uma sistematização das condições empíricas do trabalho em forma de uma tipologia que se divide em dois momentos. Em um primeiro momento, de 1976, quando na publicação de sua tese de doutorado, as posições dentro do eixo do trabalho baseiam-se na ideia de dominação dentro da estrutura, e em um segundo momento, em 1985, Wright resgata a ideia de que as classes sociais são constituídas dentro de um escopo de exploração, sobretudo expressas no âmbito do trabalho. Abaixo seguem os quadros compostos por Wright nestes dois momentos:

Quadro 02 - Tipologias da classe trabalhadora segundo Wright em 1976

01	Burguesia capitalista tradicional
02	Posição quase-contraditória: alto executivo de empresas
03	Posição contraditória: gerentes de alto nível
04	Posição contraditória: gerentes de nível médio
05	Posição contraditória: tecnocratas
06	Posição contraditória: supervisores (capataz)
07	Proletariado
08	Posição contraditória: trabalhadores semi-autônômos
09	Pequena burguesia
10	Pequenos empregadores

Fonte: SCALON, Celi (1997)

Quadro 03 - Tipologias da classe trabalhadora segundo Wright em 1989:

TEM CAPITAL SUFICIENTE PARA EMPREGAR E NÃO TRABALHAR	1. BURGUESIA	4. ADMINISTRADORES E GERENTES CREDENCIADOS	7. ADMINISTRADORES SEMI- CREDENCIADOS	10. GERENTES NÃO- CREDENCIADOS
TEM CAPITAL SUFICIENTE PARA EMPREGAR MAS DEVE TRABALHAR	2. PEQUENOS EMPREGADORES	5. SUPERVISORES CREDENCIADOS	8. SUPERVISORES SEMI- CREDENCIADOS	11. SUPERVISORES NÃO- CREDENCIADOS
TEM CAPITAL SUFICIENTE PARA TRABALHAR POR CONTA PRÓPRIA MAS NÃO TEM EMPREGADOS	3. PEQUENA BURGUESIA	6. NÃO GERENTES CREDENCIADOS	9. TRABALHADORES SEMI- CREDENCIADOS	12. PROLETÁRIOS

Fonte: SCALON, Celi (1997)

A ideia de classe social no segundo esquema de Wright evidencia a premissa marxista da dominação, nesse caso, por aqueles que podem e não podem empregar trabalhadores, está presente dentro dos chamados estratos médios, atribuindo-lhes assim uma dupla conotação dentro das leituras das classes sociais.

Mesmo assim, pode-se identificar a dificuldade da teoria marxista com relação à compreensão das classes médias, que apontam para alguns pontos frágeis ou passíveis de uma nova leitura com relação à polarização e antagonismo das classes sociais, bem como, à ideia de um movimento inexorável no sentido da proletarização das classes sociais não-capitalistas que teria como consequência necessária a revolução. É neste ponto que retoma o diálogo com a mobilidade social, pois identifica-se aqui o lugar dentro das teorias das classes quando as proposições já analisadas neste capítulo com relação à mobilidade social estão inseridas. Neste momento, faz-se importante retornar às percepções sobre mobilidade baseadas nas ocupações e no movimento intra e

intergeracional, que passam a ser expressos sobretudo nos extratos médios das classes sociais.

Assim, para uma apreensão mais ampla com relação à mobilidade social é preciso buscar vias alternativas de compressão das classes sociais com relação às teorias do conflito. Scalón, em sua tese de doutorado, ressalta a relevância de compreender de forma efetiva o lugar da classe média na teoria das classes sociais de forma a se conectar com os estudos sobre a mobilidade social.

A perspectiva dual das relações de classes impõe o problema de como tratar essas relações como polarizadas sendo que existem posições de classe não polarizadas. Surge então uma questão: Se as relações de classes são polarizadas e, portanto, a estrutura de classes está cindida em classes antagônicas, qual o lugar da classe média? A perspectiva de polarização das classes é desafiada pela complexificação da estrutura de classes capitalista, com a expansão de postos diversificados na classe média, ou ainda o que se convencionou white-collar. (SCALÓN, Celi. 1997. p.45)

Perceber como são postas na literatura as relações entre classes sociais, estratificação e desigualdade social são aspectos elementares para o debate sobre a mobilidade social. No entanto, o que pode passar despercebido nas análises sobre estes temas é que eles mantêm uma profunda relação de interdependência entre si. Ao falar sobre classes médias há condições de acionar diversas conjecturas sobre todos estes temas. O que não é dito de forma clara sobre os estudos com relação as classes médias é que admitir sua existência enquanto estado de movimento na sociedade, sobretudo quanto as novas classes médias, que surgem das formas de ascensão das classes trabalhadoras, é admitir que pode haver certa flexibilidade em um sistema que moralmente, dentro das ciências sociais, deve ser combatido e transvalorado.

Bela Kun (1918), em uma de suas revisões das obras de Marx, demarca o valor moral das classes médias. Ou, de certa forma, que o valor moral das classes sociais em si, partidas no binômio de detentores e não detentores dos meios de produção, quando de um lado existe o papel inexorável da exploração

do trabalho e do outro a missão de emancipação por meio da consciência de classe.

Within the framework of capitalist society, the lower middle-class is immortal. Not only do small traders and small producers, worshippers of the principle of private property and credit, inevitably ensure the existence of parasites on the social organism, as being causes of the dissipation and waste of social labour; but also from out of their midst there appear the bearers of a special philosophy, directed for the purpose of restraining the proletarian revolution.

“The lower middle-class,” in Marx’s words, “has no special class interests. Its liberation does not entail a break with the system of private property. Being unfitted for an independent part in the class struggle, it considers every decisive class struggle a blow at the community. The conditions of his own personal freedom, which do not entail a departure from the system of private property, are, in the eyes of the member of the lower middle-class, those under which the whole of society can be saved. (KUN, 1918)

Destarte, admitir que existe uma classe média é uma atividade de risco dentro das proposições marxistas. Pois, de fato concorda que existem indivíduos da classe trabalhadora que em seus postos de trabalho reproduzem os interesses das classes dominantes. Todos estes jargões caem muito bem nos estudos clássicos sobre as classes sociais, no entanto, a complexidade das relações sociais da contemporaneidade, o aprofundamento e ampliação das situações de vulnerabilidade que já ultrapassam os muros das fábricas e podem ser percebidos desde uma opção religiosa que pode lhe segregar dentro de um dado sistema de relações sociais até uma opção sexual que em um país conservador pode pôr em risco sua própria vida. Deixa-se de falar apenas sobre exploração e revolução, assim como de ver o trabalho como norte das demarcações das estruturas sociais, e passa-se a compreender as múltiplas dimensões da desigualdade e como as pessoas em seus campos simbólicos estabelecem negociações sui generis que só podem ser entendidas de perto, por meio da pesquisa empírica, em que a redução da diversidade de reações às experiências de mobilidade social por meio de marcadores fixos ou dados estatísticos dão um panorama que acaba por reduzir as situações de mobilidade em termos de suas possibilidades interpretativas.

Esta não é uma defesa das estruturas de exploração do sistema capitalista, é uma nota sobre o fato de que existem negociações que, em dadas situações podem favorecer outros estratos da população que não apenas as elites. Se existe uma ideologia dominante sobre isso ou não, já é um outro debate, o que de fato interessa aqui é compreender o movimento de mobilidade dos indivíduos sobretudo com relação ao seu próprio ponto de vista, sobre a ótica da sua interpretação empírica.

Goldthorpe (1986) abre espaço no debate da mobilidade social, mesmo lidando com a premissa de mobilidade com o marcador da classe social, para múltiplos aspectos de análise no perfil dos indivíduos que experimentam mobilidade. Para ele, a mobilidade social deve ser entendida como coletividades com chances e estilos de vida distintos, orientações sociopolíticas e modos de ação. O autor se aproxima nesse momento da tradição weberiana, que identifica a classe social com o compartilhamento de modos de vida entre os indivíduos que podem de fato repercutir em situações de mercado e/ou trabalho. Goldthorpe oferece uma alternativa analítica ao recrudescimento da análise das classes sociais e da mobilidade, oferecidas pelo marxismo, ampliando o debate e incorporando a ele novas possibilidades. No Brasil, no período pós anos 2000 o apelo ao senso weberiano estabeleceu uma rígida fronteira teórica que chegou a dizer, que segundo estes pressupostos, não houve nenhuma mobilidade social aceitável no Brasil neste período.

Incorporado à perspectiva weberiana com relação a abertura do debate das classes que envolve novas características, há aqueles considerados não-proprietários, dando possibilidade para ampliação do debate. Não que o binômio marxista da teoria do conflito seja descartado, ele é o ponto inicial de compreensão da estrutura das classes, e fornece elementos valiosos para compreensão da relação entre forças materiais e, a partir destas, criação de valores, símbolos, ideologias e significados que irão ser reproduzidos socialmente. Entretanto, admite-se também que não apenas as elites produzem e reproduzem estes significados, outrossim, o proletariado não é completamente passivo em sua situação de classe. Mas, afasta-se de um aspecto importante da tradição weberiana, não a admitindo como dominante ou final, que é o fato da classe ser definida ao fim de suas atribuições pelo compartilhamento de uma

mesma situação de mercado, quando as questões relacionadas à vida prática, as escolhas, o curso das oportunidades que estariam expressas nos postos de trabalho.

De tal modo, é percebido os primeiros mecanismos utilizados para a compreensão de movimento entre classes na pesquisa sobre mobilidade social e qual é o local de chegada deste movimento. No entanto, não ficam claras quais são os efeitos deste movimento em termos de como as pessoas em suas particularidades compreendem e colaboram para interpretação destes efeitos. Permanecem diferentes questões, como por exemplo, qual é a modificação na estrutura de visão de mundo de um indivíduo que passa de um status de trabalho manual para um trabalho não-manual? Os aspectos simbólicos destas experiências podem nos prover valiosas informações sobre as estruturas de movimento de nossa sociedade, admitindo que o movimento dos indivíduos dentro da estrutura das classes é uma característica do capitalismo contemporâneo.

É possível classificar, ou simplificar, os modelos de análise de mobilidade social ascendente descritos até então, no quadro seguinte:

Quadro 04 - Mapa sintético dos modelos de mobilidade social ascendente

Modelos de análise da mobilidade social	Autores	Ano
Mobilidade social intergeracional	David Glass	1954
Mobilidade ocupacional (one-way screen)	Blau e Duncan	1967
Mobilidade social com ênfase na estrutura de classe	Goldthorpe	1986
Mobilidade social intrageracional	Bourdieu	1989
Mobilidade social com ênfase nas formas de dominação	Wright	1989

Fonte: elaboração própria.

Concluiu-se que, de maneira geral, a mobilidade social é um tema da Sociologia que não pode ser dissociado da discussão das classes sociais, por mais que os marcadores estabelecidos para averiguar a presença ou não de mobilidade social sejam outros. Em todas as formas os indivíduos que passam por um processo de mobilidade social estão inseridos em um esquema de

classes, o que evidencia, que o problema posto se relaciona com os marcadores que definem ou não uma classe social, estes marcadores são transportados para interpretação de mobilidade social. Assim, a mobilidade social enquanto tema para a Sociologia surge da tradição dos estudos das classes sociais. Nesta sessão, foram mapeados alguns destes marcadores que promoveram ao longo de décadas, múltiplas interpretações sobre os padrões de mobilidade social. Para esta tarefa é de sumo importância analisar o espaço social em que os esquemas que diagnosticam a mobilidade social estão sendo aplicados, tendo em vista que a análise da mobilidade social requer a concepção de espaço social quando se distribuem bens e valores e quando se definem as posições dos atores, e conseqüentemente suas relações (SCALON, 1997).

1.3 Experiências de mobilidade social medidas por pontos de partida e pontos de chegada e o “cleft habitus”

Nas formulações teóricas analisadas neste capítulo, verificou-se como com diferentes escopos eram percebidas as oportunidades de movimento dentro da estrutura social. Por meio da incorporação da educação formal e status social, pela modificação nas formas de trabalho, pela criação de oportunidades diferentes entre os estratos das gerações, e o que foi encontrado foi um esforço para se estabelecer uma fronteira que demarque de maneira eficaz os limites de quando e como acontece a mobilidade social. Bourdieu (1989) sugere uma análise multidimensional do espaço social com relação às suas posições, definindo assim não as fronteiras do que seria ou não mobilidade social, ascendência ou decadência, mas percebendo as estruturas que em diferentes situações sociais irão promover distintos efeitos práticos, como por exemplo o tempo, os laços sociais e os valores morais que constituídos em um dado espaço social irão diferir de outro. Quando os ganhos e perdas no campo são definidos por economias distintas, o que existe é um espaço de relações, o qual é tão real como um espaço geográfico, onde as mudanças de lugar se pagam em trabalho, em esforço e sobretudo em tempo.

O habitus é sem dúvidas uma das mais fortes fronteiras e expressões de classe para a nova sociologia das classes bourdieusianas, este está seriamente

conectado às estruturas da estratificação social que implica que existem limites entre diferentes estratos sociais, classes ou grupos. Esses limites são socializados e internalizados na infância e juventude, na constituição do que o autor chama de uma segunda natureza, que expressa sobretudo uma condição de classe. Segundo Bourdieu, a diferença social baseia-se principalmente no acesso desigual à bens simbólicos e materiais, ou seja, na economia entre os capitais econômicos, sociais e culturais. Como o habitus é, ao mesmo tempo, individual e coletivo, permite explicar comportamentos individuais específicos e aspirações dos indivíduos, assim sendo, os posiciona como coletivamente compartilhados e reproduzidos nas estruturas da sociedade. Nesta combinação dos dois aspectos, a ideia de habitus explica o porquê uma dada estrutura social é tão durável e difícil, mesmo que dentro do campo os indivíduos possam se movimentar dada determinadas negociações.

A mobilidade social ascendente pode minar a noção de durabilidade no conceito de habitus de Bourdieu, no entanto, os limites entre os estratos sociais são constantemente negociados, ou por assim dizer “borrados” por indivíduos que transitam entre diferentes locais de classe. Assim são os indivíduos que se movimentam e não a ordem social. Manter-se em uma trajetória de mobilidade ascendente representa um desafio particular para os indivíduos que saem de uma condição de classe desprivilegiada para outra, na medida em que estes indivíduos ou seus filhos, considerando o movimento inter e intrageracional, passaram a lidar com um tipo de educação formal que não estão familiarizados em seu processo de mobilidade. Uma criança pobre, por exemplo, filha da classe trabalhadora que segue um curso de educação formal que a leva para a conclusão de um curso superior, tornando-se médica ou advogada, exemplos de profissões de considerado prestígio social em nossa sociedade, este indivíduo transpõe as barreiras de classe do habitus incorporado e passa a lidar já em sua fase adulta com outros ciclos sociais.

Então quando estabelecido um estudo sobre a mobilidade social que versa sobre os limites que delineiam as fronteiras de classe, em moldes mais refinados e simbólicos, fala-se sobre os limites da manutenção, produção e reprodução do habitus.

Verifica-se, por tanto, que o quadro que nos foi dado com relação a análise da mobilidade social baseada em estrutura fixas de marcadores, pode ser ampliado a fim de abrigar aspectos multidimensionais da estrutura social.

Destarte, compreender neste debate o conceito de habitus dentro do discurso sobre a mobilidade social é perceber como podem existir diversas interpretações dos processos e experiências de mobilidade social que têm sido pouco investigadas.

Bourdieu já promove reflexões sobre esta economia de habitus nos processos de mobilidade social, as quais vêm sendo compreendidas por diversos autores interessados no assunto (Torres 2009; Abrahams e Ingram 2013; Lee e Kramer 2013; Friendman 2015) por meio da ideia de cleft habitus, que pode ser compreendido como uma “clivagem” de habitus, um momento de fissura entre as formas de ser dos seus marcadores de origem e os marcadores de sua atual posição na estrutura social.

Esta forma de ver o processo de movimento entre as classes sociais marca, sobretudo, em uma análise de trajetória de mobilidade social empírica, um afastamento do passado da classe trabalhadora, por exemplo, e corrobora para uma distância de marcadores de origem, levando a uma representação de antagonismo entre os condicionantes de sua origem e aqueles que demarcam as representações de sua chegada. Experiência vivida pelo próprio Bourdieu e descrita em “A Sketch For A SelfAnalysis” (2007) que revela a prioridade das análises das contradições do habitus primário com aquele que deverá ser incorporado em um processo de mobilidade social ascendente. É possível dizer, segundo Friendman (2015) que Bourdieu abre espaço dentro do debate da mobilidade social, com a ideia de cleft habitus, para a análise emocional dos processos de mobilidade social, por exemplo. Revelando neste momento que as diversas possibilidades para o que outrora será explorado nesta tese, a saber, uma proposta analítica para um estudo de mobilidade social multidimensional.

1.4 Elementos norteadores da análise das experiências de mobilidade social sob uma perspectiva multidimensional

Em 1997, Celi Scalon conclui sua tese de doutorado intitulada “Mobilidade social no Brasil: Padrões e tendências”, um marco para os estudos da mobilidade social no Brasil no final da década de 90, e que chama atenção sobre lacunas com relação aos estudos sobre a mobilidade social no que tange a presença da mulher nos dados no que tange à mobilidade. Giddens (2011) aponta para a mesma fragilidade da pesquisa com relação à mobilidade social de forma geral, ressaltando o fato de que os dados que foram analisados em toda pesquisa europeia e norte-americana sobre o tema expressa sobretudo a mobilidade social masculina, revelando a relevância capital para o tema da mobilidade social do trabalho de Scalon, que além de elaborar uma extensa e detalhada revisão bibliográfica sobre o tema tem como meta incorporar no debate os aspectos tangentes a mobilidade social feminina.

Não é o objetivo aprofundar-se o debate com relação ao lugar da mulher nos processos de mobilidade social, sobretudo pelo fato do trabalho realizado por Scalon ter aprofundado tal faceta da mobilidade, mas pontuar este aspecto como uma possibilidade de abertura no leque de condições de análise da mobilidade.

Para concluir este capítulo faz-se necessário o levantamento de uma reflexão sobre quais variáveis poderiam ser incorporadas para uma, aqui chamada, descrição densa da mobilidade social. No já mencionado trabalho de Scalon, a variável do papel da mulher nos postos de trabalho foi colocada em questão, no entanto esta variante lidava com as mesmas fronteiras das condições anteriores, quais sejam, lidar com o lugar da mulher nas ocupações ou dentro das classes sociais. Desta forma, visou-se perceber a constituição do que está para além dos postos de trabalho.

Contudo, para lidar de forma ampla com as diretrizes do trabalho, das classes e da mobilidade social fora do Brasil, é preciso pôr em debate as condições e vivências sociais.

No ano de 2011 iniciou-se um curso investigativo com relação aos desdobramentos e faces do que naquele momento estava posto como nova

classe média. Ingresso no programa de pós-graduação, ao nível de mestrado com a intenção de levar estas análises ao que se pôde considerar como mobilidade social. Neste momento, o foco desta pesquisa estava direcionado aos aspectos da mobilidade social sem mobilidade espacial. Demarcada brevemente esta trajetória de pesquisa, com o intuito de evidenciar o lócus empírico de pesquisa, pois dois dos bairros trabalhados nesta tese estão dentro da pesquisa desde o ano de 2011, quais sejam: os bairros do Cruzeiro e do Presidente Médici, 6 das 22 famílias desta amostra de pesquisa estão sendo acompanhadas à 8 anos.

No ano de 2018, ampliado o escopo da pesquisa no tocante aos bairros analisados, passou-se a incluir nesta amostra os bairros: Liberdade, Malvinas, Palmeira Imperial, Novo Cruzeiro e Dinamérica. Compondo o seguinte quadro:

Quadro 05 – Mapa dos bairros visitados na pesquisa é amostragem dos colaboradores

BAIRRO	LOCALIZAÇÃO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	NÚMERO DE INDIVÍDUOS⁶
Presidente Médici	Zona Sul	3	12
Cruzeiro	Zona Sul	3	13
Novo Cruzeiro	Zona Sul	1	3
Liberdade	Zona Sul	4	15
Malvinas	Zona Oeste	4	13
Palmeira Imperial	Zona Sul	2	4
Dinamérica	Zona Oeste	5	13

Fonte: elaboração própria.

No contato com estas famílias é possível perceber modificações de certas estruturas, sejam elas materiais ou simbólicas. Este é o primeiro passo, perceber e mapear quais são estas modificações, seguindo da necessidade de reconhecer quais foram os pontos desencadeadores de tais modificações, concluindo a análise com a averiguação dos resultados reais na vida dos indivíduos destas modificações e qual seu possível grau de estabilidade ou de reprodução. Estabelecida estas diretrizes, colocou-se em campo dividindo o

⁶ Soma do número de dos indivíduos de todas as famílias

quadro da pesquisa, entre os bairros da cidade de Campina Grande considerados como de moradores de renda média, este dado pôde ser mensurado pelos valores das casas, estrutura física e demandas públicas de cada espaço. É preciso pontuar que a escolha por tais bairros se deu pelo fato que a historicidade dos mesmos atesta a sua modificação de status dentro da estrutura da cidade, fato que será abordado de maneira mais precisa no capítulo terceiro. Estes passaram de bairros populares, com severas precariedades em relação à serviços públicos, por exemplo, como é o caso dos bairros do Cruzeiro, Presidente Médici, Liberdade, Dinamérica e Malvinas, sendo este último o maior bairro da cidade em termos de densidade populacional, até bairros considerados novos, construído a menos de 10 anos, como é o caso do Palmeira Imperial, resultado do investimento da iniciativa privada na zona sul da cidade de Campina Grande e do Novo Cruzeiro resultado do investimento da iniciativa pública também na zona sul da cidade.

É preciso trazer de volta o fato constatado na pesquisa de mestrado com relação a modificação da feição urbana da cidade, dos bairros e sobretudo, como resultado de uma mobilidade social dos indivíduos sem mobilidade espacial. Evidenciado mais uma vez a presença da mobilidade social neste escopo de análise. Assim, busca-se neste momento perceber quais são as formas, características ou expressões de sociabilidade destes indivíduos que podem demonstrar empiricamente as suas formas de mobilidade social. Compreendendo um fato que para esta pesquisa é elementar, que é a questão de que as visões de mundo e experiências diferentes irão promover e dialogar com diversos marcadores, estes não podem ser homogeneizados ou reduzidos a um padrão.

A partir daí, percebe-se por tanto uma questão importante desta pesquisa, que é o fato de que mesmo que os indivíduos do escopo desta análise pertençam a espaços sociais que tenham mesmas características, com relação ao marcador das classes sociais, é possível encontrar dentro de suas experiências, diferentes pontos de partida e chegada assim como apreensões diferenciadas das dinâmicas sociais que os cercam, corroborando para o fato de que a fronteira estabelecida como marcador de classe social deve ser revisada e ampliada.

Souza (2012) ao investigar o que ele próprio admite como uma nova configuração social do Brasil, traz um exemplo interessante quando chama atenção para o fato de que um gerente de linha de produção de uma fábrica pode ganhar o mesmo salário que um professor em início de carreira, isso os equipara com relação à renda, mas os usos que eles fazem desse dinheiro podem ser completamente diferentes, atestando o fato que o marcador renda não iria definir a classe social para o autor. Esta forma de pensar as classes sociais poderia ser o início de uma nova maneira de examinar a realidade social no Brasil, com relação às fronteiras de classe, mas o que Souza aponta é que o novo em questão são os manejos dos indivíduos dentro do sistema de trabalho capitalista, mas que de fato a estrutura social não passa por nenhuma modificação.

Assim, por mais que Souza venha admitir que existe um novo panorama social no Brasil ele está diretamente conectado ao marcador weberiano da dominação que se desenvolve por meio de diversos mecanismo e estratégias das elites.

Não é interessante, neste trabalho, discutir quais são os aspectos normativos com relação à dominação ou a luta de classes, seja ela simbólica por meio de aspectos distintivos ou material pela disputa dos meios de produção, mas sim averiguar, dentro deste sistema de estratificação social quais foram as reais mudanças dos indivíduos em suas experiências de mobilidade. Estas mudanças são apontadas pelos próprios participantes da pesquisa, que podem ser desde o impacto da compra do primeiro carro da família até a decisão de investimento no pagamento do ensino superior privado para um jovem que quer ingressar no ensino superior por esta via. Não está sendo tratado as questões que estabelecem um tipo ideal de escolha ou de emancipação do status quo do pensamento social capitalista contemporâneo, mas a afirmação que dentro deste sistema as pessoas são capazes de elaborar suas próprias estratégias de resistência e ressignificação de valores, dadas as negociações simbólicas que fazem ao longo de suas vidas sociais.

A sociologia não deve impedir que as vivências ganhem voz dentro da sua pesquisa, pelo contrário, deve abrir espaço para que estas vivências deem sentido as categorias e conceitos que são utilizados, e em caso contrário quando a teoria já não é mais capaz de compreender a dinâmica das situações sociais,

é preciso retornar a campo para efetuar a busca de um entendimento sobre o que ocorre com as estruturas que geram os sentidos que atribuímos a esta ciência. Este é o caso desta pesquisa, perceber a mobilidade social em seu aspecto multidimensional concede a possibilidade de entender como, quando e por que se constituem as visões de mundo, a economia dos sentidos e a sociabilidade dos brasileiros nas duas primeiras décadas dos anos 2000, principalmente quando se encontra em um momento social, expresso por uma forte ascensão conservadora, que sem dúvidas irá gerar grandes repercussões nos próximos anos. Por mais que cientificamente seja possível compreender o retrocesso social que significa os resultados das eleições do ano de 2018.

É preciso refletir sobre um certo embate moral dentro da Sociologia com relação a certos temas e admitir certos fatos com relação às pessoas e as suas escolhas. Carece de investigar como estas escolhas se constituem, como elas representam uma certa ideia coletiva sobre algo e não negar ou obscurecer a sua presença, pois os resultados reais das mudanças da sociedade estão expressos no cotidiano dos brasileiros seja na esfera material como também na esfera simbólica.

CAPÍTULO 02

O MOVIMENTO ENTRE AS CLASSES SOCIAIS NA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL DO BRASIL: NOTAS PARA A COMPREENSÃO DA MOBILIDADE SOCIAL MULTIDIMENSIONAL

Os homens estão continuamente competindo por honra e dignidade (Hirschman, 1973)

Compreender a estrutura das classes sociais em qualquer sociedade é compreender, sobretudo, como funcionam as estruturas do poder dentro de um quadro de estratificação social. Assim, a estratificação social é constituída a partir de pressupostos não apenas materiais, mas de pressupostos simbólicos e ideológicos que irão aparelhar a desigualdade e legitimar as condições e aspectos distintivos dentro de cada campo. Neste capítulo buscou-se fundamentar as questões que são elementares na compreensão da aqui nomeada de mobilidade social multidimensional.

Dentro do escopo do objetivo, inserem-se os esforços para perceber, através da análise de experiências de mobilidade social, características que estão para além das fronteiras de classe tradicionais de análise. Mas, antes do início deste ponto é importante mapear, dentro da literatura do Brasil, as análises que versam sobre mobilidade social, divididas em dois momentos, sendo o primeiro do final dos anos 1980 até o final dos anos 1990, e o segundo pós anos 2000.

O motivo pelo qual este recorte foi feito com relação à literatura no Brasil, se dá pelo fato de que nestes dois momentos distintos existem formas diferentes de compreender, captar e absorver as percepções de mobilidade social. Ao referir-se às pesquisas realizadas no final dos anos 1970 e durante a década de 1980, a direção existente se dá, mais especificamente, aos trabalhos de José Pastore (1979), com o lançamento do livro “Desigualdade e mobilidade social no Brasil”, onde o autor principia o debate sobre mobilidade social associado a outro tema clássico da Sociologia que é o tema da desigualdade. Mesmo percebendo as profundas formas pelas quais a pobreza estrutural e a desigualdade social se apresentam no Brasil, Pastore não nega a mobilidade social, nesse caso

ascendente, mas pontua suas especificidades com relação ao Brasil, sobretudo no que diz respeito a sua instabilidade.

Esta forma de pensar a mobilidade social se perpetua dentro da tradição de pesquisa no Brasil até o início dos anos 2000 (SCALON 1997; POCHMANN 2010; CHAÚÍ 2011; SOUZA 2012). Quando no ano de 2003, com a ascensão do governo do Partido dos Trabalhadores, que defendia naquele momento uma agenda de políticas públicas voltadas acima de tudo para o combate à pobreza e as desigualdades sociais, existe uma forte resistência por parte desta tradição de pensamento sobre a mobilidade social no Brasil, em pensar sobre um possível progresso com relação à diminuição das desigualdades sociais no país. Existindo, assim a impressão naquele momento que afirmar a existência de processos de mobilidade social em curso no Brasil seria uma forma de elogio, ou apoio, ao governo federal vigente.

Este fenômeno promove diversas repercussões diferentes, dentro e fora da academia. Nesse momento, destacam-se os trabalhos de Jessé Souza, tanto pela pontualidade com relação ao fenômeno, dado o fato que suas primeiras análises sobre o mesmo se ocupam sobretudo em negar estes acontecimentos em seus aspectos qualitativos, como no que diz respeito ao volume de sua pesquisa que se estende até o momento, sendo seu último livro lançado “A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade” publicado em novembro do ano de 2018, sem dúvidas o trabalho mais recente até o momento de elaboração desta tese com relação as classes sociais no Brasil contemporâneo.

Estes últimos trabalhos de Souza (2014,2015,2017,2018) têm como objeto central de suas teses o fato de que não houve avanços que possam ser considerados enquanto elementos qualitativos para pensar uma modificação nas estruturas da estratificação social no Brasil, aprofundando-se sobretudo em análises sobre as formas elementares da construção das mentalidades de classe no Brasil. Souza diferencia, por exemplo, as nossas elites, em aspectos sui generis, das elites de outros países, a exemplo dos Estados Unidos. Neste escopo, a mobilidade social acaba por perder a centralidade. Atenua-se como meta, nesta tese, retomar esta discussão, o que não implica dizer que haja a negação das desigualdades sociais ou as ideologias de classe, mas que se

incorpora ao debate as formas efetivas pelas quais as vidas das pessoas se modificaram ao longo das últimas duas décadas.

Importou-se um modelo elaborado por Schwarz (2001) para compreender a discrepância entre as formas de pensar o universo social brasileiro baseadas em modelos do que Connell (2012) chama de norte global.

Além de pretender, já demonstrando os primeiros resultados efetivos desta pesquisa de campo, recolocar a posição do consumo na leitura das classes sociais, buscando compreender quais são os códigos de comunicação e transmissão de sentidos expressos por meio das práticas de consumo. O caso em questão, posto neste capítulo, abordará as impressões sobre o consumo mais focadas nas experiências com aparelhos celulares, buscando estabelecer um modelo de compreensão que possa se encaixar, dado os ajustes necessários, em outras situações de pesquisa.

Por fim, também baseados nos materiais de pesquisa empírica, procurou-se traçar uma percepção com relação ao centro desta discussão que é a proposta de análise da mobilidade social multidimensional.

Este tema não é simples, outrossim, para a compreensão e abordagem deste, existem vários caminhos os quais foram pontuados desde o início. Estas diferentes vias de compreensão da mobilidade social podem ser vistas de maneira complementar, dada a complexidade deste objeto de pesquisa, a realidade social do Brasil após os anos 2000. Assim, as estruturas sociais apresentadas em forma de estratificação demandam um considerável esforço de interpretação, tanto no que diz respeito às suas múltiplas expressões no cotidiano das pessoas como no tocante a sua vasta produção no meio acadêmico.

2.1 Classes sociais e mobilidade social no Brasil: quatro décadas de continuidades e contrapontos no debate

Buscou-se, neste tópico, trazer para o debate dois grandes autores brasileiros que representam uma cadeia de ideias com relação à realidade social no Brasil, acima de tudo com relação as classes sociais e à mobilidade. Pretende-se mostrar duas formas de pensar a mobilidade social, que consistem

basicamente em aceitar as variadas formas deste fenômeno, posição adotada por Pastore (1979) e a postura defendida por Souza desde o ano de 2012.

Neste encontro de paradigmas teóricos com relação à realidade social brasileira, proposta nesta tese, existe de um lado os trabalhos de José Pastore, que podem ser historiados a partir de 1979 com a publicação do livro “Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil”, que dá início aos seus estudos sobre mobilidade social, e de um outro lado os trabalhos de Jessé Souza, cujo recorte se dará a partir de 2009 com o lançamento do livro “Ralé brasileira: Quem é e como vivem”.

Em termos históricos, fala-se de um recorte relativamente curto, que data de 1979 a 2018, que demonstra a velocidade e a dinâmica com relação ao movimento da semântica social das classes no Brasil, fato este que pretende-se apontar como característica singular da estrutura de classe. Este recorte temporal irá permitir perceber que, no Brasil, a Sociologia passou a pensar diferentes formas de mobilidade social, passando do reconhecimento do fenômeno, enquanto vívido e dinâmico (Pastore, 1979), passando pela incorporação de novos marcadores de mobilidade e o início da crítica aos modelos tradicionais de análise (Scalon, 1997) até a negação da mobilidade social enquanto fenômeno no Brasil (Souza, 2012).

Compreender os percursos de construção do pensamento sociológico com relação à mobilidade social no Brasil é fundamental para as proposições postas nesta tese. É imprescindível a precaução com relação aos olhares lançados sobre a inclusão de forma ampla das obras de Souza neste tópico, já que o autor nunca tratou diretamente do tema da mobilidade social em si. A escolha por incorporar Souza ao debate se dá pelo fato de suas proposições, mesmo que direcionadas em um primeiro momento à conceituação das classes sociais no Brasil e em um segundo momento a formação das mentalidades de classe, culminarem na negação do fenômeno da mobilidade social no Brasil em termos qualitativos.

Compreender Souza, por tanto, é compreender o contra-argumento em relação à modificação das estruturas das classes sociais no Brasil, o que não é diretamente o foco desta análise, mas, sem dúvida, é um ponto relevante deste

debate, pois falar em mobilidade social é falar sobre alterações nas estruturas de classe.

É uma tarefa complexa compreender e admitir a mobilidade social nestes termos, ainda mais em um país que passa por uma profunda crise econômica, política e social. Pode dar a entender que admitir a possibilidade de mobilidade social no Brasil é, em certa medida, concordar com as estruturas que edificam as desigualdades. O objetivo deste trabalho é ampliar as percepções sobre mobilidade social em um quadro social de estruturas multiformes, é reconhecer as vivências e experiências das pessoas sem reduzi-las às estruturas da teoria.

José Pastore, em 1979, fornece uma forma de pensar a mobilidade social, quando consegue dialogar em um mesmo texto com dois temas que parecem antagônicos. Admitindo que estes podem coexistir no mesmo espaço social, sendo eles a mobilidade social e as desigualdades. Pastore desenvolve sua tese dialogando com a coexistência das desigualdades e da mobilidade social na realidade do Brasil pós-ditadura militar. Segundo o autor:

Pastore considera e afirma que o Brasil é um país que passa por dinâmicos processos de mobilidade social, no entanto isso não anula o fato de que ele continua a ser um país profundamente desigual. Esta é a questão com relação à proposta de análise de mobilidade social multidimensional, respondendo a um questionamento inclusive posto nesta tese no final do tópico anterior, perceber que existem diferentes formas de mobilidade social não significa dizer que há o consentimento da existência de uma alteração nos quadros de desigualdade social.

No ano de 1999, Pastore publica “Mobilidade Social no Brasil”, e o que faz-se necessário destacar desta obra são as reflexões do autor com relação ao movimento das classes sociais nos processos de mobilidade. Ao analisar dados da PNAD entre os anos 1970 e 90, com relação a marcadores como postos de trabalho, salários e escolaridade, Pastore percebe que muitas famílias conseguem modificar ao longo dos anos sua posição dentro da estrutura das classes sociais, no entanto, este movimento raramente poderia modificar a estrutura da desigualdade social, ou alterar de forma significativa a pirâmide social, tendo vistas que quando as famílias que ocupam a posição dos mais pobres na estrutura das classes ascendem economicamente e socialmente,

outras famílias irão ocupar seu lugar neste guarda de desigualdades, fazendo com que raramente ele se modifique.

Este intenso movimento entre as classes sociais apenas afirma a presença de dinâmicas de mobilidade social no Brasil, como pontua Pastore:

O Brasil é mesmo um país de contrastes. Aqui convivem, há vários séculos, uma sociedade pobre e desigual e, junto com ela, uma sociedade móvel e dinâmica. A coexistência desses fenômenos tem desafiado o entendimento de técnicos e políticos. Para muitos, eles são contraditórios. Mobilidade social no Brasil mostra uma clara convergência entre mobilidade e desigualdade. O Brasil é um país de muita ascensão social. A grande maioria dos brasileiros subiu na escala social quando comparada com seus pais e avós e, até mesmo, com o início de sua carreira. Mas, o Brasil é um país onde muitos sobem pouco, e poucos sobem muito. O resultado dessa arritmia é o espichamento da estrutura social, o que determina o conhecido quadro de desigualdade que domina o País. (PASTORE, 1979; p.61)

Pastore afirma que o Brasil é um país que passa por dinâmicos processos de mobilidade social, no entanto isso não anula o fato de que ele continua a ser um país profundamente desigual. Esta é a questão com relação à proposta de análise de mobilidade social multidimensional, respondendo a um questionamento inclusive posto nesta tese no final do tópico anterior, perceber que existem diferentes formas de mobilidade social não significa dizer que há o consentimento da existência de uma alteração nos quadros de desigualdade social.

No ano de 1999, Pastore publica “Mobilidade Social no Brasil”, e o que faz-se necessário destacar desta obra são as reflexões do autor com relação ao movimento das classes sociais nos processos de mobilidade. Ao analisar dados da PNAD entre os anos 1970 e 90, com relação a marcadores como postos de trabalho, salários e escolaridade, Pastore percebe que muitas famílias conseguem modificar ao longo dos anos sua posição dentro da estrutura das classes sociais, no entanto, este movimento raramente poderia modificar a estrutura da desigualdade social, ou alterar de forma significativa a pirâmide social, tendo vistas que quando as famílias que ocupam a posição dos mais pobres na estrutura das classes ascendem economicamente e socialmente,

outras famílias irão ocupar seu lugar neste guarda de desigualdades, fazendo com que raramente ele se modifique.

Este intenso movimento entre as classes sociais apenas afirma a presença de dinâmicas de mobilidade social no Brasil, como pontua Pastore:

É preciso ter cautela na interpretação dessa desigualdade porque as mudanças internas foram expressivas. Proporcionalmente, o maior aumento ocorreu nos estratos altos (grandes proprietários, banqueiros, magistrados, etc.) e no baixo superior (braçais, serventes, vigias, etc.). Dentro da classe média, houve um significativo aumento dos estratos médio superior (assessores, diretores, gerentes de alto nível) e médio inferior (pedreiro, eletricitista, marceneiro, etc.) e um encolhimento do estrato médio (pracistas, viajantes, chefes de baixo nível, etc.) Portanto, a movimentação continuou intensa dentro da estrutura social. O fato do estrato baixo ter ficado praticamente do mesmo tamanho, por exemplo, não significa que ele foi composto o tempo todo das mesmas famílias. Muitas famílias foram saindo para os estratos superiores na medida em que outras foram ocupando o seu lugar nos estratos mais baixos. (PASTORE, 1999; p.48)

No momento da publicação de “Mobilidade Social no Brasil” (1999), surge o que viria a ser um novo marco nas análises de mobilidade social no Brasil, trata-se da tese de doutorado da professora Maria Celi Scalon intitulada “Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências” (1997). É relevante pontuar a importância deste trabalho para esta tese com relação ao mapeamento dos estudos de mobilidade social no Brasil, na medida em que Scalon promove neste momento uma extensa revisão da literatura com relação a mobilidade social e as classes sociais e dá início ao processo de inclusão de novos marcadores, ou novas perspectivas com relação às análises de mobilidade social no Brasil. Scalon discute o lugar em que é posto a mulher nas análises dos dados com relação à mobilidade, o que levanta o questionamento de que além deste marcador, podem ser percebidos vários outros que são negligenciados no momento de pesquisa, ou, que podem haver marcadores cruciais para a identificação de mobilidade social que são negligenciados em detrimento dos marcadores tradicionais.

No momento da publicação de “Mobilidade Social no Brasil” (1999), surge o que viria a ser um novo marco nas análises de mobilidade social no Brasil,

trata-se da tese de doutorado da professora Maria Celi Scalon intitulada “Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências” (1997). É relevante pontuar a importância deste trabalho para esta tese com relação ao mapeamento dos estudos de mobilidade social no Brasil, na medida em que Scalon promove neste momento uma extensa revisão da literatura com relação a mobilidade social e as classes sociais e dá início ao processo de inclusão de novos marcadores, ou novas perspectivas com relação às análises de mobilidade social no Brasil. Scalon discute o lugar em que é posto a mulher nas análises dos dados com relação à mobilidade, o que levanta o questionamento de que além deste marcador, podem ser percebidos vários outros que são negligenciados no momento de pesquisa, ou, que podem haver marcadores cruciais para a identificação de mobilidade social que são negligenciados em detrimento dos marcadores tradicionais.

Existe hoje, na Europa e EUA, uma ampla discussão sobre a inclusão ou não de dados sobre mulheres nas análises de mobilidade. Poucos estudos até a década de 70 enfocaram a participação da mulher no mercado de trabalho e suas chances de mobilidade. Esta discussão envolve uma questão mais ampla que diz respeito à definição da unidade de análise nos estudos de mobilidade social, seja ela a família ou o indivíduo. (SCALON, 1997; p.14)

Ribeiro (2000) traça um paralelo entre o texto de Scalon e Pastore, evidenciando a pertinência de ambos em termos tanto de revisão da literatura sobre o tema como com relação as formas pelas quais o tema tem se desenvolvido no Brasil de maneira gradativa. Segundo o autor, as formas de investigação propostas nestes trabalhos “abrem possibilidades de novos debates sobre abordagens metodológicas e teóricas de extrema importância para o estudo da mobilidade social na sociologia contemporânea (Ribeiro, 2000)”. A abertura a que se refere tem a ver com o fato da ampliação da percepção da mobilidade social em termos de marcadores, quando se incorpora ao debate feito por Pastore em 1979 referências como o status, análises de mobilidade intergeracionais dentro da primeira estrutura que foi proposta por Pastore com relação a análise das unidades familiares.

Estas formas de análises estão baseadas sobretudo em dados da PNAD. Nesta tese também se lida com um lócus empírico mapeado por meio de famílias, porém com preferência na captação das experiências de mobilidade analisando as vivências e visões de mundo elaboradas por estas famílias ao longo desta trajetória.

Pastore ocupa-se da análise da modificação sobretudo das posições nas ocupações do trabalho:

A pesquisa revelou mudanças no tipo de mobilidade social. No passado, a maioria da mobilidade era do tipo *estrutural* – ou seja, as pessoas subiam na estrutura social porque se abriam novos postos de trabalho com melhores oportunidades para as pessoas que os preenchiam – estivessem elas preparadas ou não para as funções. Hoje, já desponta a mobilidade *circular* – aquela em que, para uma pessoa ocupar uma posição mais alta, outra tem de desocupá-la (por troca, aposentadoria ou morte). Em outras palavras, a mobilidade social começa a ser determinada por elementos de competição no mercado de trabalho, o que é comum nos países mais avançadas, onde é grande o papel da educação. (PASTORE, 1999)

Sem dúvida, este é um aspecto importante a ser levado em consideração nas análises de mobilidade social, no entanto, prefere-se analisar outras experiências, por exemplo, como os indivíduos encaram e significam estas situações. A modificação nos postos de trabalho, por exemplo, sob uma perspectiva multidimensional pode levar a perceber uma forma diferenciada de mobilidade. Um dos participantes desta pesquisa se chama Glauber, ele é moto-taxista e nos momentos em que não está trabalhando como moto-taxista, faz manutenção de computadores, pois é técnico em T.I. (Tecnologia da Informação). Seria uma tarefa relativamente difícil enquadrar Glauber em um único setor de ocupação dentro da estrutura do trabalho, pois de um lado ele produz um trabalho não-reflexivo e por outro realiza um trabalho não-manual.

Mas, o infortúnio em posicionar o caso de Glauber não se direciona a questão exata do trabalho manual e do trabalho não manual, e sim sobre a modificação no quadro das ocupações. Glauber, a partir de março do ano de 2018, tornou-se motorista de um aplicativo de transporte, por mais que este

trabalho não se diferencie em termos estruturais e de rendimento do seu trabalho como moto-taxista, ele representa para Glauber uma forma de ascensão social.

Glauber relata que o motivo pela qual ele passou a trabalhar como motorista de um aplicativo de transporte não foi planejado. Nas palavras do participante, foi um teste.

Meu primo estava com um carro que queria me vender, um Siena bem novinho, arrumado o bicho, ai ele me falou que iria vender por que estava rodando de UBER e iria comprar um carro melhor, ai eu pensei: é, vou fazer um teste com o meu carro pra ver como é, não vou perder nada. Baixei o aplicativo, comecei a rodar, ai assim a pessoa trabalha muito, rodar por rodar eu acho que rodo até mais tempo do que quando era moto-taxi, mas a questão é que de UBER é outra coisa, as pessoas lhe valorizam mais, não sei se é por que a gente trabalha de carro ou se é por que é uma coisa nova, mas mesmo ganhando a mesma coisa praticamente e tal, eu acho que é um trabalho mais massa sabe? Tipo tem mais status entende? (Entrevista realizada no dia 30 de março de 2018)

É possível dizer que a noção de status que Glauber estabelece em sua experiência de vida o fornece a possibilidade de pensar uma forma de mobilidade social. Mas como pensar esta mobilidade se, segundo ele, sua renda é a mesma, sua ocupação em termos de horas trabalhadas também é a mesma e o trabalho em si também é praticamente o mesmo? Por este motivo tenciona-se a ideia de uma mobilidade social multidimensional.

2.2 As dinâmicas da reprodução dos privilégios: da ralé às mentalidades do atraso em Souza

O caso de Glauber é uma forma de mobilidade negada pelo segundo autor deste tópico, Jessé Souza, mas antes de chegar a como o autor analisaria uma situação como a de Glauber faz-se necessário apresentar o percurso de construção das ideias estabelecidas por Souza.

Souza nos últimos anos vem debatendo diversas questões com relação a composição do que ele chama de uma mentalidade das classes sociais no Brasil. Os percursos teóricos e metodológicos do autor são vários e concentram-se sobretudo em análises com relação a desdobramentos sociais da última década dos anos 2000 no Brasil. É preciso pontuar que as formas pelas quais Souza

pensa e reflete as classes sociais, e de forma periférica a mobilidade social no Brasil, pode ser vista em uma de suas primeiras publicações sobre o tema das classes sociais, que se encontra na Revista Brasileira de Ciências Sociais no ano de 1998, intitulado “A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro”. A ideia central deste texto irá perpassar todo o percurso de produção intelectual do autor nas próximas duas décadas.

O autor deixa claro que quando se refere ao atraso da sociedade brasileira no seu texto de 1998, tema este que também é abordado de forma explícita em “A Elite do Atraso”, quase 20 anos depois, filia-se a um diagnóstico weberiano acerca do desenvolvimento ocidental. Esta perspectiva tem como finalidade medir a proximidade daquilo que o autor estabelece como tipo ideal de sociedade moderna, surgem então os marcadores utilizados por Souza para análise do movimento das classes sociais. Quando Souza fala sobre a estagnação da sociedade em termos tanto de estruturas de classe, quando baseado nesse pressuposto, ele nega qualquer evolução dos trabalhadores no Brasil, assim sendo, o autor nega o que Pastore ou Scalon, por exemplo, consideram como mobilidade social.

Estas considerações de Souza com relação a negação de certas mudanças sociais podem ser explicadas pelo que o autor considera que deve ser modificado para que possamos considerar um processo de evolução rumo a uma sociedade mais moderna e democrática. Assim, dentro destes pressupostos Souza analisa o que ele chama de “evolucionismo formal” que prioriza a modificação nas estruturas simbólicas de uma dada sociedade em detrimento do evolucionismo material.

A partir de um interesse quase metateórico, gostaria de me concentrar *nas noções mesmas de atrasado e moderno*. É compreensível o uso de Max Weber neste contexto. As interpretações hodiernamente mais influentes de Max Weber, como as de Friedrich Tenbruck, Jürgen Habermas e Wolfgang Schluchter, enfatizam precisamente o aspecto evolucionista da sociologia weberiana. Para Habermas (1987, pp. 253-259), por exemplo, Weber teria, inclusive, antecipado o neo-evolucionismo contemporâneo. Ao contrário do evolucionismo clássico das ciências sociais do século XIX, como o marxista, por exemplo, Weber teria procurado evitar cuidadosamente a noção de etapas que se sucedem segundo uma ordem normativa necessária que parece inscrita na história.

(...) Weber rejeita este *evolucionismo material*, ele seria adepto de um *evolucionismo formal*, como, por exemplo, o do próprio Habermas. Apesar da recusa à filosofia da história contida na noção de etapas necessárias de desenvolvimento, o evolucionismo formal acredita perfeitamente na existência de estágios de desenvolvimento com validade universal. Nos dois exemplos que citamos acima, Habermas e Weber, estes estágios de desenvolvimento hierarquizáveis e com pretensões de universalidade concentrar-se-iam no aspecto cognitivo e moral. (SOUZA, 1998; p.20)

Infere-se neste momento que Souza percebe que a modificação de certos aspectos da estrutura material das sociedades, como, por exemplo, o maior poder de compra dos indivíduos pós anos 2000, não poderia ser caracterizado como um avanço, pois, segundo suas ideias, estes permaneceriam com as mesmas mentalidades e continuariam a colaborar com a cultura do atraso implementada no Brasil desde o tempo da escravidão.

Esta ideia fica clara com a publicação de “Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?” no ano de 2012. Quando o autor responde às proposições daquele momento sobre a emergência de uma nova classe média no Brasil.

Como resposta ao conceito de Neri (2007), Souza cria uma nova categoria que denomina de “nova classe trabalhadora” e nesse momento é possível dizer que o debate se dá com relação a nomeação do fenômeno. Existe um grande esforço em negar o termo nova classe média enquanto categoria. Em entrevista para a CartaCapital (2019), Souza se refere à nomeação do fenômeno da mobilidade, com relação a renda da primeira década dos anos 2000 no Brasil como sendo a emergência de uma nova classe média, como um marketing míope do governo federal naquele momento, ideia esta que já estava expressa desde ocasião do livro “Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?”, quando o autor pontua:

Classes sociais não são determinadas pela renda – como para os liberais – nem pelo simples lugar na produção – como para o marxismo clássico -, mas sim por uma visão de mundo “prática” que se mostra em todos os comportamentos e atitudes como esclarecida, com exemplos concretos acessíveis a todos (...). (SOUZA, 2012; p.64)

Ainda com relação exclusivamente a crítica da nomenclatura do fenômeno, Souza pontua que não se considerar o Brasil como um país de nova classe média, naquele momento, por que isso seria um forte indicador de percurso rumo ao status de uma sociedade mais moderna, em termos weberianos, o que de fato, na perspectiva do autor, não corresponde à realidade do país:

Trata-se de uma interpretação triunfalista que pretende esconder contradições e ambivalências importantes da vida desses batalhadores brasileiros e veicular a noção de um capitalismo financeiro apenas 'bom' e sem defeitos. A ideia que se quer veicular é a de uma sociedade brasileira de novo tipo, a caminho do Primeiro Mundo, posto que, como Alemanha, Estados Unidos ou França, passa a ter uma classe média ampla como setor mais numeroso da sociedade. (...) Essa concepção é um produto direto da dominação financeira que fincou sólida base no nosso país nas últimas décadas e que quer interpretar os seus interesses particulares como interesse de todos. Se possível, tenta-se também passar a ideia de que essa 'nova classe média' é produto apenas da política monetária e de privatizações do governo de FHC. (SOUZA, 2012, p.46)

Para Souza, o erro tem origem em não haver novos termos que deem conta desta nova situação econômica do Brasil. Assim, conceitos atrasados carregados de sentidos e juízos de valores são reaproveitados para ilustrar o cenário da mobilidade de renda da primeira década dos anos 2000. É o caso daquilo que se pensa sobre a cultura da classe média nas décadas de 1980 e 1990, suas opções políticas e seus modos de vida na sociedade transplantados para uma nova parcela da população pelo simples fato de possuírem renda equivalente, quando na verdade a diferença crucial é que entre a classe média tradicional e a chamada "nova classe média" são suas trajetórias de mobilidade social e experiências de vida. Segundo Souza (2012), não existe por parte de pesquisas realizadas naquele momento, elaborações conceituais que falem sobre as vivências reais cotidianas das pessoas, apenas julgamentos superficiais que não dão conta da real situação em foco:

(...) o que vemos são analistas falando bem ou mal do 'novo mundo', utilizando-se de categorias e ideias do mundo velho. Isso é verdade, no Brasil, tanto em relação

aos intelectuais políticos e formadores de opinião que 'afirmam' o mundo existente como (sempre) o melhor mundo possível, quanto em relação à maioria dos intelectuais, políticos e formadores de opinião que 'criticam' e, supostamente, pretendem modificar o mundo 'para melhor'. (SOUZA, 2012, p.20)

Souza descarta a possibilidade de existir um país majoritariamente formado pela classe média. O autor denuncia essa proposta midiática com relação ao Brasil em torno da ideia que o país estaria *“se tornando uma Alemanha, uma França ou uns Estados Unidos, onde as ‘classes médias’, e não os pobres, os trabalhadores e os excluídos, como na periferia do capitalismo, formam o fundamento da estrutura social”*.

Sua crítica ao que tem sido colocado como “nova classe média”, do ponto de vista semântico, é fundamental para compreendermos como o autor pensa a questão das prerrogativas de classe:

Ainda que “classe média” seja um conceito vago (e, exatamente por conta disso, excelente para todo tipo de ilusão e violência simbólica que se passa por “ciência”), ela implica, em todos os casos, um componente “expressivo” importante, e, conseqüentemente, uma preocupação com a “distinção social”, ou seja, com um estilo de vida em todas as dimensões que permita afastá-lo dos setores populares e aproximar-la das classes dominantes. Aqui não se trata de “renda”, já que efetivamente pode-se ter uma renda relativamente alta e uma condução de vida típica das classes populares. Associar classe à renda é “falar” de classes, esquecendo-se de todo o processo de transmissão afetiva e emocional de valores, processo invisível, visto que se dá na socialização familiar, que constrói indivíduos com capacidades muito distintas, como vimos mais acima. Mas é por conta desse tipo de pseudociência que associa classe a renda, uma associação que mais encobre que explica, que é possível falar-se de “nova classe média” sem a cerimônia que se fala no Brasil. (SOUZA, 2012, p. 46)

Faz-se necessário pontuar que falar de classes sociais no Brasil é um tema extremamente complexo, em primeiro lugar temos uma discrepância gigantesca com relação aos modos de vida, acesso a políticas públicas, distribuição de renda, condição de moradia entre outros fatores basilares da nossa vida social, a depender da região em que nos encontramos sobre o território brasileiro. Falar sobre os impactos do aumento da renda na vida social

das pessoas a nível Brasil como um todo pode nos conduzir ao erro de reduzir os efeitos, ou as impressões, que as pessoas têm em suas relações específicas com os seus lugares sociais.

Em uma cidade como Campina Grande, em uma última pesquisa do ano de 2013, já citada neste texto, o aumento da renda colaborou para uma ideia de pertencimento estético de classe que se fundamentava na modificação nas faixadas das casas naqueles bairros que passaram por um processo de transição física quando os seus moradores passaram por um processo de mobilidade social sem mobilidade espacial. Estes efeitos e este jogo de sentidos só pode ser percebido quando feito o levantamento da pesquisa de campo.

Souza combate fortemente, desde o início a compreensão das classes sociais quando baseadas na renda, este é sem dúvidas o ponto chave da crítica do autor. Após a publicação da sua obra do ano de 2012, o autor segue o curso de sua construção teórica com “A Tolice da Inteligência Brasileira” (2015), que segundo ele seria uma continuação de “A Ralé Brasileira: Quem é e como vive” (2009) fechando a sua trilogia em “A Elite do Atraso – da Escravidão à Lava Jato” (2017).

O atraso está posto em contraposição a ideia de mobilidade apresentada, assim o primeiro ponto da análise com relação a Souza, é verificar que as pessoas desenvolvem condições, modos de vida e visões de mundo em suas experiências de mobilidade social que não se enquadram nestes pressupostos teóricos. Ou seja, julgar como atraso a modificação do status de trabalho de Glauber, participante citado no início deste tópico, é reduzir sua visão de mundo e interpretação da realidade a partir de sua semântica de classe, a um pressuposto teórico.

Glauber considera que a modificação do status do trabalho como moto-taxista para motorista de um aplicativo de transporte é um marcador importante de sua vida. Quando questionado se esse foi um dos fatores de melhoria de vida para ele no ano de 2018, responde:

Rapaz minha vida mudou depois que eu virei UBER, como eu disse é trabalho, rodo muitas horas, mas eu me sinto melhor, sei lá, antes eu andava naquele sol quente, queimando meus braços, fora o perigo... No final das contas se for ver o quanto eu ganho eu sei que fica *elas*

por elas, mas tem muita coisa que é melhor sim, sem dúvida acho que minha vida melhorou.(Entrevista realizada no dia 30 de março de 2018)

Como encaixar o relato de Glauber em uma análise de mobilidade social tradicional? É possível dizer que nestes termos Glauber não teria passado por um processo de mobilidade? Busca-se, portanto, identificar aspectos que se modificaram no seu cotidiano, entre os anos de 2017 e 2018, assim quando questionado, quanto aos aspectos da sua vida que melhoram além da modificação da forma de trabalho de moto-taxista para motorista de UBER, Glauber responde:

Na verdade, mesmo, as coisas começaram a mudar mais depois que eu comecei a trabalhar de UBER. Depois de um tempo, acho que uns 4 meses, é acho que foi isso mesmo, eu consegui comprar outro carro, aí já foi melhor. Esse meu carro agora é 1.6 aí já dá para fazer uma *viagenzinha* com a família, já é um carro mais arrumadinho para a pessoa e para um lugar diferente, as coisas vão melhorando mesmo de uma coisa pequena. (Entrevista realizada no dia 30 de março de 2018)

Reconhecer a presença da mobilidade social em uma dada sociedade não significa dizer automaticamente que houve reduções, em termos proporcionais de classe, nos níveis de desigualdade. Ou seja, o avanço de uma dada parcela da população em um movimento ascendente de classe, que se descola da classe D para C por exemplo, não esgota o grupo de pessoas que existem na classe D, onde o espaço que deveria ficar ocioso, dado o descolamento de parcela da classe D para C, logo é preenchido por mais pessoas, fazendo com que a pirâmide da desigualdade social em termos proporcionais não se altere.

O que se pretende nesta tese é retomar e ampliar a perspectiva feita por Pastore com relação à mobilidade social. Reconhecendo, mesmo em um quadro de desigualdade social, aspectos da mobilidade social, sabendo que essa tarefa só é possível quando ampliado, ou flexibilizados os marcadores, que medem essas formas de mobilidade.

É preciso retomar e ampliar a perspectiva feita por Pastore com relação a mobilidade social. Reconhecendo, mesmo em um quadro de desigualdade social, aspectos da mobilidade social, sabendo que essa tarefa só é possível

quando ampliamos, ou flexibilizamos os marcadores, que medem essas formas de mobilidade.

2.3 Sobre “as ideias fora do lugar”: uma análise dos marcadores e aspectos sui generis de classe, mobilidade e desigualdade no Brasil

Tenciona-se analisar como foi mobilizada a teoria com relação as análises da mobilidade social no Brasil, mas não apenas isso, incorporar ao debate elementos que permitam analisar a realidade social do Brasil em suas especificidades. Esta não é uma tarefa simples tendo em vista que toda a teoria que é posta para perceber estes aspectos de mobilidade é importada de outros lugares, ou quando a teoria é criada aqui ela tem pressupostos em marcadores que foram delimitados em outras situações sociais.

Com isso, esta tese objetiva questionar a análise que percebe a sociedade brasileira de “fora para dentro”, para que passe a perceber quais são os significados que as pessoas expressam cotidianamente sobre aquilo que na academia chamamos de mobilidade social. É preciso compreender o que no Brasil define as condições de desigualdade social, pobreza e ascensão, o que está sendo perseguido pelas pessoas como metas e objetivos, quais são seus marcadores simbólicos de padrões de distinção e como foram estabelecidos.

Para refletir sobre esta questão, tomou-se emprestado no título destes tópicos a ideia de Roberto Schwarz (1999) no texto “As ideias fora do lugar”. Não foram tomados o que foi elaborado por Schwarz enquanto objeto de análise, que em suma era a inadequação prática da implementação de ideias liberais no Brasil no período da escravidão e pós-escravidão, mas a forma pela qual o autor pensou esta inadequação em um assunto tão forte como a escravidão. Em suma, Schwarz discute o fato de que a sociedade brasileira do período da escravidão não absorve de imediato as ideias liberais que passam a ser implantadas depois da abolição. Estas ideias são produzidas em um contexto e servem a uma realidade social específica da Europa, e colaboram diretamente para o fim do sistema escravocrata do Brasil, mas na realidade social, nas palavras do autor, são instauradas como uma ideologia de segundo grau, pois não se sedimentam,

tal como em seu lugar de origem, assim acabam por promover anomalias que também não existem em seus lugares de origem.

(...) o liberalismo na Europa corresponderia às aparências, num contexto onde prevalecia o trabalho livre e a igualdade perante a lei. Já no Brasil, onde o trabalho escravo era dominante e, conseqüentemente, relações materiais de força eram normais, a exploração se revelaria sem subterfúgios. Mas aqueles que não eram escravos se relacionariam, para além da força, por meio do favor e, dessa maneira, afirmariam sua condição de homens livres. Em outras palavras, ao passar a fazer parte das ideias e práticas que regulam as relações entre os homens livres, o liberalismo seria incorporado ao favor. Tornar-se-ia, conseqüentemente, uma ideologia de segundo grau (...). (RICUPERO, 2008; p.02)

Desta maneira, objetiva-se problematizar, mesmo que de forma breve, pois seria necessário um trabalho inteiro sobre esta tarefa, qual a funcionalidade real das construções teóricas sobre a mobilidade social feitas fora do Brasil para nossa realidade social específica.

No tópico anterior percebeu-se como os paradigmas weberianos são importados por Souza para buscar compreender, ou julgar a realidade social no Brasil. Mas não é este o único caso de ideias que vem de fora da nossa realidade social que implantam questões nas análises da mobilidade social. Quando no capítulo primeiro desta tese foi citado sobre os marcadores como trabalho, ocupação e educação formal, deve-se refletir sobre qual a construção social com relação a estes marcadores em seus lugares de origem e como estes mesmos marcadores se consolidam aqui no Brasil.

Souza (2017), em “A Elite do Atraso” traz uma forma de pensar a realidade do Brasil interessante em termos de construção do seu argumento, no tocante ao que ele chama de atraso. Em suma este atraso remete ao período da escravidão, a mentalidade criada neste momento pelas elites em forma de ideologia dominante para passar a controlar, e segundo o autor a saquear, o novo modelo de sociedade supostamente democrática do período pós-abolição. Porém, mesmo que o autor tenha se apropriado de um aspecto intrínseco da formação social brasileira, os parâmetros que ele usa depois para a analisar como atrasada são indiscutivelmente weberianos, que versam sobretudo do

modelo de análise de sociedades europeias que indiscutivelmente tem uma relação histórica com o trabalho formal, por exemplo, completamente diferente da sociedade brasileira, além do fato de que esta passou por um intenso processo de violência colonizadora.

Para Souza, estes aspectos específicos podem ser lidos como a criação de uma grande ideologia das elites para manipular a população mais pobre e a classe média. O autor expressa esta ideia de forma mais clara em sua obra “A tolice da inteligência brasileira” (2015), onde o autor vai falar sobre a construção das mentalidades no Brasil, sobretudo as que acontecem dentro do exercício intelectual.

Visto isto, surge uma questão fundamental: analisando as experiências de mobilidade social dos participantes desta pesquisa seria possível comprovar estes aspectos? É possível atestar este atraso posto por Souza no cotidiano das pessoas? A resposta para este questionamento não é simples, por um lado, de fato, a construção das mentalidades no Brasil está muito distante do tipo ideal para implementação plena do status de uma sociedade democrática como um todo, assim como, é fato indiscutível a dominação das elites das mais diversas formas do escopo social. Porém, por outro lado, seria possível questionar sobre o que dizem as experiências das pessoas em seu cotidiano sobre as questões sociais que lhes cercam. Quando se fala no Brasil de status com relação ao trabalho ou sobre o consumo como forma de exploração não reflexiva do recurso dos trabalhadores, será que as formas pelas quais as pessoas percebem estes fatos são os mesmos que em outros países com construções sociais diferentes? Em uma Aula Magna do PCHS (Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais) ministrada no ano de 2016 na Universidade Federal do ABC, Souza afirma que a ralé é uma parcela da população que existe em diversos países com densidades populacionais diferentes, elas exercem o mesmo papel em diferentes contextos, assim como as elites também encarnam sua tarefa de explorar os pobres. Mas será que a “ralé” brasileira tem as mesmas ambições, formas de pensar o mundo ou experiências sociais que a “ralé” estadunidense ou a “ralé” africana?

Considera-se, então, as contribuições de Souza para análise da realidade social do Brasil como um grande avanço da Sociologia com relação ao esforço

de buscar novas formas para se interpretar a atual realidade social, entretanto pretende-se neste trabalho, questionar e ampliar algumas destas percepções, sobretudo com relação àquelas que negam a existência da mobilidade social.

O fator multidimensional de análise é, portanto, aquele aspecto que se modifica dado o espaço social onde está sendo inserida a análise. São marcadores flexíveis que irão dialogar com as formas pelas quais as pessoas construíram visões de mundo ao longo da construção de suas experiências de mobilidade social.

Nesta pesquisa, é possível encontrar casos interessantes de análise com relação à certos marcadores de mobilidade social, sobretudo com relação a forma como estes dão significado ao consumo. Este aspecto que em muitos momentos é negligenciado, carrega em si uma série de significados que ganham sentidos em situações sociais específicas. No próximo tópico buscou-se ampliar este debate em termos de como se pode considerar de forma analítica o consumo enquanto marcador flexível de mobilidade social multidimensional.

2.4 Iphone ou Xiaomi? Comunicando efeitos da mobilidade por meio do consumo

Durante o curso investigativo dos processos de mobilidade social pós anos 2000, muito se discutiu sobre qual era o lugar do consumo neste debate. O aumento dos índices de consumo está indubitavelmente conectado ao aumento da renda dos indivíduos, este fato não constitui em si uma questão de classe, inclusive enquanto ponto fundante de análise é fortemente combatido por sociólogos contemporâneos como Jessé Souza, ou seja, aumento de renda e consumo não definem por si só aspectos aceitáveis de análise de classe, então não podem ser incorporados isoladamente nesta análise de mobilidade social. No entanto, partindo deste pressuposto, existe uma forte inclinação a negar estes aspectos enquanto relevantes na análise. Nesta ocasião, não será trazido como lócus da discussão, mas incluído em análise, sem minimizar os seus efeitos e impactos dentro dos processos de mobilidade social.

Quando Neri (2012) apontou o aumento do poder de compra do que ele chamou de “nova classe média” como um dos indicadores de “melhorias na

qualidade de vida” criou-se uma enorme repercussão com relação ao fato de que o consumo, neste caso, não teria relação direta com a emancipação de outros campos simbólicos, como a cultura e a consciência política, e sim que alimentava apenas uma voracidade momentânea do mercado. O autor estabeleceu um padrão de análise que tinha a finalidade de medir por meio do consumo questões relacionadas a caracterização do que ele chamou de nova classe média.

Nossa abordagem é usar o cálculo similar não para definir as fronteiras entre as classes, mas para avaliar o potencial de consumo das pessoas em cada classe. Calculamos os índices de potencial de consumo e não na criação de um esquema de classificação estanque de classes. (...) propomos conceituação complementar para medir a evolução da nova classe média no Brasil também do ponto de vista do produtor usando a equação de renda função agora de ativos produtivos dos diversos membros da família. Ou seja, há que se observar a capacidade de se manter de fato este padrão de vida através da geração e manutenção da renda ao longo do tempo. (NERI, 2010, p. 25-26)

É preciso apontar as motivações pelas quais em diversos momentos desta tese há menções aos textos de Neri, mesmo sabendo que esta não se insere em uma análise mais qualitativa aos modos das Ciências Sociais, e que em grande medida empenha-se, quantitativamente, a promover uma certa propaganda dos governos petistas, como afirma Souza (2018). As referências ao autor se justificam sobretudo pelo fato deste historiar o debate, de promover pontos-chaves da discussão, como por exemplo com relação à discussão em torno do termo nova classe média.

Assim, faz-se necessário pontuar que a locação dos efeitos do consumo no que diz respeito a esse debate, tem a finalidade de analisá-lo de forma mais ampla com relação aos seus efeitos simbólicos e não em termos quantitativos como foi posto por Neri. O consumo é, portanto, uma das facetas de análise daquilo que chamamos de mobilidade social multidimensional, na medida em que pode ser enquadrado como um marcador fluído, entendendo que o ato de consumir pode se repetir em diversas configurações de sociedade, mas, as motivações do consumo, seus impactos e a leitura social que as pessoas fazem deles diferenciam-se em termos locais. Inserir o consumo no debate, ajuda a transpor as fronteiras dos marcadores com relação a análise da mobilidade

social, sabendo que este é fluido e pode ser resignificado de acordo com o contexto no qual está inserido.

Douglas e Isherwood (2005), em “O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo”, estabelecem uma definição de pobreza que versa sobre o seu significado em uma dada rede de sociabilidade, assim os marcadores de nobreza, riqueza ou ascensão social não estão inscritos em si, mas só fazem sentido em um dado contexto que lhes atribui aquele significado específico. Com esta observação preliminar almeja-se incorporar mais uma vez na análise da mobilidade social o tema do consumo, porém não na forma como ele foi combatido pela primeira geração de autores pós anos 2000 que se opuseram à ideia de uma nova classe média no Brasil, como mera expressão passageira e impensada de um poder aquisitivo insólito, mas como expressão cultural, sobre como as pessoas dentro da cultura no Brasil pensam o que é ser pobre e o que não é ser pobre, sabendo que a “(...) as decisões de consumo se tornam a fonte vital da cultura do momento.” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2005, p.102). O consumo passa a expressar os julgamentos sociais que as pessoas em uma dada cultura fazem com relação aos seus valores, onde o valor dos bens ultrapassa os limites da própria substância. O consumo é um processo ativo no qual todas as categorias sociais estão sendo continuamente redefinidas, a exemplo, na sociedade brasileira, há uma nítida distinção entre dinheiro e um presente. Espera-se pagar em dinheiro por trocas profissionais e dar presentes para trocas pessoais. Manter essas expectativas sociais de dinheiro para negócios e presentes para relações pessoais é o motivo pelo qual é aceitável mandar flores para um parente ou amigo que se encontra doente, e não optar por o enviar dinheiro para que ele mesmo compre um presente para si. É principalmente nesse domínio de presentes pessoais, onde se começa a ver e fazer julgamentos morais dos indivíduos.

Estes julgamentos criam e reproduzem sentidos sociais na vida ocidentalizada cotidiana. As sociedades humanas atribuem uma multiplicidade de significados aos bens; os significados de ações e itens mudam com mudanças no contexto, na passagem do tempo e variam de indivíduo para indivíduo, mas não deixam de existir. Então por qual motivo deve se ignorar o papel do consumo quanto ao estudo das formas pelas quais o interior desta

sociedade encontra-se fracionado e como se dão as negociações de movimentação dos indivíduos de um estrato para outro?

Douglas explora o que pode sustentar uma sociedade ou cultura: os rituais de criação de sentido cotidianos. Um ritual é uma maneira de tornar visíveis os limites de diferentes categorias. Administrar sem rituais é administrar sem significados claros e possivelmente sem memórias, observa Douglas. O consumo, portanto, é um processo ritual cuja função principal é compreender um fluxo incipiente de eventos, onde os bens consumidos são uma parte visível da cultura organizada em vistas e hierarquias.

Para Douglas e Isherwood (2005) a pobreza está inscrita não apenas nos quadros de não-acesso à manutenção das necessidades básicas para sobrevivência do corpo humano, principalmente quando estas “necessidades básicas” tem um sentido extremamente multifacetado dado seu ponto referencial de classe, mas sim em pontos de distinção entre os indivíduos, se filiando, em certa medida as ideias bourdieusiana de classe, assim define que:

(...) o consumidor é inerentemente um animal social, o consumidor não quer objetos para ele mesmo, mas para dividir, dar, e não só dentro da família. O maquinário da teorização e medição econômica foi criado para a idéia de que o consumo é uma atividade de indivíduos. A teoria está presa nessa noção. (...) A teoria deveria começar com seres inteligentes que têm o suficiente para viver e mesmo assim conseguem matar a fome de alguns de seus iguais. Pobreza é uma questão de como as pessoas tratam umas às outras, e isso precisa de um enquadramento sociológico. (Douglas e Isherwood, 2005; p.92)

No trabalho anterior, realizado no ano de 2013, isto fica expresso na função social e simbólica da modificação na fachada das casas das famílias, que passam por uma trajetória de mobilidade social ascendente, onde dentre o hall de opções que detinham para demandar seu orçamento, uma parte considerável era direcionada à modificação de aspectos estéticos de suas residências que expressassem dentro do léxico social local sua ascendência. Bourdieu (1994) chama atenção com relação à expressão dos aspectos de classe que se expressam por meio do consumo, que é transmitido, ou herdado, dentro de um determinado campo e que de fato só faz sentido dentro daquele campo,

perdendo seu valor quando posto com a mesma finalidade em uma situação diferente daquela original que o atribuiu tal valor simbólico.

Assim, durante os encontros com os participantes houve uma atenção voltada ao não dito nas questões de nosso survey, especialmente, aquilo que as pessoas expressavam de forma periférica nos diálogos no que tange à mobilidade social. Um personagem passou a ficar cada vez mais evidente, nas mãos, nos bolsos ou em algum lugar ao alcance do participante estava o aparelho celular, este sempre era consultado durante as conversas, uma mensagem urgente que tinha que ser respondida, algo que tinha acontecido no Instagram e precisava ser comentado imediatamente ou até mesmo uma foto de um parente que foi citado em durante as conversas que deveria ser mostrado, fazia com que para os participantes, o aparelho celular não pudesse sair do espaço de diálogo. Este é um tema, quando se fala sobre o uso dos aparelhos celulares no cotidiano, que merece uma pesquisa à parte que verifique os desdobramentos do mesmo na vida das pessoas, por este motivo é necessário pontuar que as análises com relação aos usos do aparelho celular nesta tese versam com relação ao mesmo enquanto objeto de consumo, consumo este significado dentro de um esquema simbólico de classe.

Nos primeiros encontros o uso contínuo do celular durante as entrevistas e conversas da pesquisa mostrava-se como um indicador negativo aos resultados que se almejava alcançar na incursão empírica, denotavam um certo desprezo para as questões que estavam sendo postas, ou qualquer outro aspecto negativo que a percepção fosse capaz de interpretar.

Até que se compreendeu que a forma pela qual estava sendo usado o aparelho celular deveria ser incluída dentro do quadro desta pesquisa, pois era um ponto regular nos universos de todos os participantes desta pesquisa. É possível que o estranhamento tenha sido gerado, também, pelo fato de algumas destas famílias estarem sendo visitadas pela segunda vez, pois algumas destas famílias já haviam sido visitadas anteriormente, no momento em que a pesquisa foi realizada a nível de mestrado, e naquele recorte temporal o aparelho celular não carregava um valor simbólico tão forte no cotidiano das pessoas como poderá ser observado em seguida, por este motivo ele não está presente no levantamento de dados ou questões da pesquisa anterior.

A inclusão destas questões nesta pesquisa abriu possibilidades para uma gama de reações nos indivíduos dessa pesquisa que acabaram por fornecer subsídios suficientes para responder à questão relativa sobre qual o lugar do consumo nas análises de mobilidade social, locando este aspecto com um dos elementos de nossa proposta para uma análise multidimensional.

Dentro das respostas obtidas com os participantes com relação ao uso dos aparelhos celulares foi possível perceber alguns pontos que iriam fornecer um material de pesquisa relevante para a investigação. Dentre as respostas houve a capacidade de identificar algumas reações norteadoras:

- Orgulho por ter realizado o upgrade do seu aparelho celular
- A marca de aparelho celular Iphone como marcador de prestígio social dentre o público alvo da pesquisa.
- Constrangimento ao relatar que não teve condições de realizar o upgrade do seu aparelho celular.

Estes três pontos são fundamentais para compreender o jogo de sentidos atribuídos aos aparelhos celulares pelos participantes, como eles compreendem e significam seus usos nos seus espaços de sociabilidade.

A marca e o modelo do aparelho celular eram tópicos que estavam sempre presentes nas falas dos mesmos, quando estes expressavam suas perspectivas sobre o consumo dos aparelhos celulares. Assim para o título deste tópico utilizou-se de duas marcas que representavam a percepção dos colaboradores sobre o valor simbólico expresso pelo consumo, ou seja, estávamos entre as condições de forma e função, quando ambos os aparelhos tinham as mesmas funções, mas se colocavam como agentes sociais que tinham formas de expressões diferentes.

O Iphone é um smartphone produzido e comercializado pela empresa Apple, este era citado sempre como uma marca que representava prestígio e sofisticação. O Xiaomi smartphone criado por uma empresa homônima da China que detém as mesmas funcionalidades operacionais e técnicas que o Iphone, sendo que a sua principal diferença com relação ao iphone é o fator tempo. O Xiaomi chegou no mercado brasileiro no final do ano de 2017, e ainda não é nem

mesmo comercializado nas lojas, podendo ser adquirido apenas via internet. Uma outra diferença entre estes dois aparelhos celulares é o fator preço. O Iphone top de linha no Brasil, o modelo XR Max de 512 GB custa hoje no ano de 2019⁷ R\$ 9.999,00 ao passo que o Xiaomi com funcionalidades equivalentes custa uma média de R\$ 3,000.

Para a realidade da faixa de renda de nossos colaboradores estes são valores razoavelmente altos, que superam por exemplo, em alguns casos, o gasto anual com educação, saúde e/ou lazer por exemplo. Elaborei um quadro com os valores investidos na aquisição ou troca de aparelho de celulares por família no ano de 2018 comparando estes investimentos com os investimentos feitos com a educação formal e o lazer. Contabilizei aqui os números com relação as unidades familiares, ou seja, os valores totais pagos por aparelhos celulares por cada família, comparado aos valores totais investidos em educação formal, dentre estes valores contabilizei: Mensalidades de escola, universidade, cursos técnicos, cursos de idiomas e cursos preparatórios para concursos públicos, na medida em que nossa amostragem apresentou esta demanda, além destes busquei contabilizar o gasto com a compra de livros.

É evidente que neste quadro existem famílias cujos membros não encontram-se mais em idade escolar, ou que já na fase adulta frequentam universidades públicas ou são bolsistas em universidades particulares, por tanto sua amostragem de gastos relativos a educação é de fato reduzida em termos de números, por este motivo incluí dentro desta soma os gastos relativos a compra de livros e investimentos em cursos de aperfeiçoamento, como idiomas e preparatórios para concurso.

Com relação ao lazer contabilizei os gastos apresentados por nossos colaboradores em viagens, usos de bares e restaurantes na cidade e idas ao cinema, museus parques ou exposições⁸.

O que neste ponto pretendemos compreender é como dentro de um quadro de distribuição de renda familiar que deve efetuar em tese uma balança entre os gastos prioritários da família direcionados a manutenção de suas condições

⁷ Site da Apple, consulta realizada no dia 25/03/2019

⁸ As descrições detalhadas destas questões encontram-se nos anexos desta tese. Compreendo que lazer é um conceito muito amplo e subjetivo que pode ser contabilizado de diferentes formas. Aqui busquei fazer uma captação de forma mais geral deste cerne.

básicas de sobrevivência e outros condicionantes como o investimento em outras demandas sociais, as unidades familiares iriam se expressar em termos de seus aspectos de consumo.

Quadro 06 – Mapeamento do direcionamento da renda das famílias

	Renda familiar anual**	Lazer***	Educação formal	Aparelhos celulares
Família 01 ⁹	R\$ 27,3 mil	R\$ 1,5 mil	R\$ 0,0	R\$ 3,2 mil
Família 02	R\$ 15,6 mil	R\$ 900,0	R\$ 0,0	R\$ 2,3 mil
Família 03	R\$ 14,3 mil	R\$ 1,0 mil	R\$ 0,0	R\$ 3,1 mil
Família 04	R\$ 15,6 mil	R\$ 1,8 mil	R\$ 0,0	R\$ 4,8 mil
Família 05	R\$ 49,2 mil	R\$ 4,5 mil	R\$ 0,0	R\$ 7,6 mil
Família 06	R\$ 47,8 mil	R\$ 2,0 mil	R\$ 0,0	R\$ 5,3 mil
Família 07	R\$ 27,6 mil	R\$ 1,0 mil	R\$ 3,0 mil	R\$ 2,8 mil
Família 08	R\$ 61,2 mil	R\$ 8,0 mil	R\$ 0,0	R\$ 9,2 mil
Família 09	R\$ 44,4 mil	R\$ 1,0 mil	R\$ 0,0	R\$ 6,2 mil
Família 10	R\$ 33,2 mil	R\$ 1,8 mil	R\$ 0,0	R\$ 4,6 mil
Família 11	R\$ 20,4 mil	R\$ 500,0	R\$ 0,0	R\$ 3,0 mil
Família 12	R\$ 24,0 mil	R\$ 2,2 mil	R\$ 3,840 mil	R\$ 2,0 mil
Família 13	R\$ 13,0 mil	Valor não declarado****	R\$ 0,0	R\$ 5,3 mil
Família 14	R\$ 54,4 mil	R\$ 6,0 mil	R\$ 0,0	R\$ 7,9 mil
Família 15	R\$ 18,2 mil	Valor não declarado	R\$ 0,0	R\$ 4,5 mil

⁹ Observações:

* Consideramos aqui o grupo de indivíduos que moram em uma mesma residência.

** A renda familiar anual foi calculada com base nos dados fornecidos pelos nossos colaboradores em relação a renda mensal de cada indivíduo da residência.

*** Os valores desde expressos neste quadro referentes lazer, educação formal e aparelhos celulares, correspondem a soma dos investimentos anuais com relação a cada um destes itens. Valores estes coletados junto aos nossos colaboradores.

**** Este indicativo é referente ao fato do colaborador em questão não conseguir mensurar os valores investidos em lazer.

	Renda familiar anual	Lazer	Educação formal	Aparelhos celulares
Família 16	R\$ 50,4 mil	R\$ 1,4 mil	R\$ 0,0	R\$ 10,1 mil
Família 17	R\$ 85,2 mil	R\$ 9,0 mil	R\$ 8,4 mil	R\$ 12,4 mil
Família 18	R\$ 18,4 mil	R\$ 1,2 mil	R\$ 0,0	R\$ 2,1 mil
Família 19	R\$ 20,1 mil	R\$ 1,7 mil	R\$ 0,0	R\$ 4,1 mil
Família 20	R\$ 14,3 mil	R\$ 1,0 mil	R\$ 0,0	R\$ 1,0 mil
Família 21	R\$ 23,0 mil	R\$ 2,3 mil	R\$ 3,2 mil	R\$ 1,2 mil
Família 22	R\$ 12,0 mil	Valor não declarado	R\$ 0,0	R\$ 1,9 mil

Fonte: elaboração própria

O quadro foi captado por meio dos valores declarados pelos colaboradores, com relação a renda familiar anual efetuamos a soma dos valores referente aos salários de todas as pessoas com renda ativa da residência, foram acrescentados a soma da renda, com relação ao trabalho formal, os valores do 13º e férias. Com relação ao que chamei de forma mais genérica de “lazer” neste quadro me referi sobretudo a viagens e deslocamentos urbanos como visitas a bares e restaurantes. Compreendendo que lazer é um conceito amplo, e como este não é o foco de análise desta tese

De modo geral um fato que nos chama atenção neste quadro é que em um universo de 22 famílias apenas 4 expressaram investimentos com a educação formal quando em contrapartida todas as famílias efetuaram investimentos em aparelhos celulares de alguma forma. Esta é uma informação que fala muito sobre o nosso objeto de pesquisa, responde sobretudo questões referentes a quais são as suas principais demandas no mundo social.

Para compreender melhor quais foram os motivos pelas quais todas as unidades de pesquisa investiram em seus aparelhos celulares buscamos dar voz aos nossos colaboradores, buscando compreender quais significados eles atribuem a esta escolha. Um dos personagens de nossa pesquisa é Gabriela (família 20). Gabriela afirma que o seu smartphone promove melhores resultados em sua atuação profissional:

Esse telefone na verdade foi um investimento, por que ele me ajuda em muita coisa, por exemplo, eu filmo as atividades das crianças e passo para elas verem no final do semestre, isso é bem legal, eu mostro para eles algum animal ou vegetação que não estão no livro quando eles tem dúvidas, e até mesmo nas series “dos maiores” que já usam celular também eu posso fazer alguns jogos e brincadeiras com eles que auxiliam muito na aprendizagem, metodologias ativas, inclusive a própria escola nos incentiva à isso. (Entrevista realizada no dia 10 de maio de 2018)

Neste sentido o trabalho apresenta-se como uma justificativa para o investimento feito em seu aparelho celular. Gabriela optou pela compra de um Iphone, um modelo de na data de sua compra custou aproximadamente R\$ 4,000, e quando questionada sobre o fato de se haveria a possibilidade de operar as mesmas funcionalidades descritas por ela em seu trabalho com um celular com um custo menor ela responde:

Bom, eu acho que sim, já me falaram que esse Xiaomi é muito bom também, mas esse aqui todo mundo já sabe que é bom, não tem erro, e também tem aquela coisa né as outras professoras todas compraram Iphone ai ficar feio pra mim se eu não comprasse também né, e a gente trabalha tanto, podemos ter um “luxinho” vez ou outra que não vai matar ninguém. (Entrevista realizada no dia 10 de maio de 2018)

Nesta fala percebemos que o Iphone acaba por ter um valor compartilhado em um dado grupo, no caso de Gabriela o grupo de professoras da escola em que ela trabalha, a um valor compartilhado coletivamente para seu uso, que faz com que a sua posse demonstre naquele espaço um de interação, já que em termos técnicos e operacionais as atividades descritas por Gabriela poderiam ser realizadas com outro aparelho celular sem que isso lhe oferecesse algum prejuízo.

Gerson, é estudante de Ciências Aeronáuticas e também trabalha como técnico administrativo na Universidade Estadual da Paraíba. Quando questionado sobre os motivos pelas quais ele escolheu comprar um Iphone e não um celular de uma outra marca ele respondeu:

“(...) rapaz, todo mundo usa, ele é melhor, não sei explicar assim sobre por que, mas se você pegar um vai ver que é melhor, se não fosse o melhor não estava todo mundo usando, ele não era o mais caro. Eu tinha um Samsung antes, mas esse aqui nem se compara, é mais ‘canxa’ e todas as fotos ficam *top(...)*”. (Entrevista realizada no dia 21 de maio de 2018)

Um aparelho da última geração¹⁰ da marca Samsung, que atualmente é o Galaxy Note 8, teria um valor de mercado equiparado ao Iphone, porém não teria o mesmo valor simbólico:

“(...) o Samsung é bom também, tem várias funções boas o Note 8 mesmo é uns 5 mil, mas mesmo assim todo mundo sabe que é melhor ter um Iphone, todo mundo usa, o pessoal que tem grana é tudo de Iphone (...).” (Entrevista realizada no dia 21 de maio de 2018)

Tomando o “*todo mundo*” enquanto termo neste contexto que pode ser identificado como um aspecto da gramática social dos indivíduos para se referir ao conjunto de acepções que suas redes sociais atribuem a determinado uso ou condição social, comumente socializado nestes meios. Dispor do bem em si não é suficiente para que o consumo caracteriza-se enquanto elemento cultural, é preciso, como aponta Douglas, que exista também o consumo e a circulação das informações sobre o produto, ele precisa ter legitimidade nas esferas “mais ricas”, para que este seja socialmente aceito como elemento que irá caracterizar uma certa mudança de status e atitudes.

Retornando ao diálogo com Gerson é preciso pontuar que o mesmo abre espaço para as percepções sobre a outra marca que ilustra o título deste tópico, esta seria uma marca chinesa de smartphones chamada Xiaomi, que teria as mesmas funcionalidades do seu aparelho celular, no entanto com um preço bem mais baixo. Quando questionado por que ter um Iphone e não um Xiaomi já que ambos, nas palavras do próprio Gerson, teriam funcionalidades semelhantes, e o Xiaomi ainda teria a suposta vantagem de ter um custo mais baixo o nosso colaborador demonstra como ocorre na sua rede de relações a economia simbólica da distinção do consumo por meio da aquisição de um aparelho celular:

“(...) rapaz, o Xiaomi é bom, muito bom, todo mundo que eu conheço que comprou não se arrependeu, teve até um amigo meu que tinha um Iphone ai ele foi roubado e depois comprou um Xiaomi e falou que não vai mais voltar para o Iphone. A questão é que, para falar a verdade, o Iphone é

¹⁰ Me refiro aqui ao momento em que a pesquisa foi realizada

mais 'canxa', o Xiaomi é 'massa' mas ainda não pegou, é diferente você chegar em um lugar para 'tomar uma' e colocar o 'lphonizão' na mesa! Todo mundo vai olhar e já vai saber que é um celular 'massa', do que você colocar um Xiaomi que ninguém nem conhece (...). (Entrevista realizada no dia 21 de maio de 2018)

Questionado sobre qual a importância de se ter um aparelho celular de última geração a primeira afirmação foi com relação ao trabalho, o trabalho é um fator moral justificador de diversas ações sociais, onde neste caso havia uma lógica de que com um aparelho de qualidade inferior o seu desempenho no trabalho, com venda de consórcio de veículos, seria afetado:

“(...) eu preciso de um celular bom, e novo, porque se for um celular mais velho primeiro que a bateria não vai durar quase nada, e eu preciso está com ele (o celular) ligado o tempo todo, e também não pode ser um celular que fique travando, e que tenha uma boa câmera, eu mando fotos para os clientes da minha mãe, ela vende estofados, mando muitos áudios no zap, ou seja, eu uso o celular o tempo todo, ele é minha ferramenta de trabalho (...)”
(Entrevista realizada no dia 21 de maio de 2018)

Os sentidos do consumo deste aparelho são compartilhados entre as pessoas que legitimam seus valores e usos. Será que os estes valores seriam os mesmos marcadores de mostra de sucesso classes altas? É possível pensar que não tendo em vista que o que distancia os indivíduos da posse ou não de um aparelho celular de última geração, nestes casos, é o seu valor material, assim este item não se torna um objeto banal, mas sim uma conquista.

O aparelho celular neste caso nos serve como exemplo para construção de outras formas de marcadores fluídos que podem emergir em pesquisas realizadas em outras situações sociais. Encontrar quais são os marcadores definidos pelos colaboradores da pesquisa é uma forma expressiva de identificar aspectos de mobilidade social legitimadas nas experiências de vida das pessoas.

2.5 Experiências de mobilidade e sua estrutura multidimensional

Nesta tese, quando se fala em mobilidade social, traça-se uma linha entre o que se pode chamar de “análises de mobilidade social tradicionais e análises de mobilidade social multidimensional”. No primeiro recorte destas duas perspectivas é possível dizer que há uma forma de análise de mobilidade social sólida, nos termos de Bauman (2001), que lida com marcadores fixos de análise de mobilidade, que veem sobretudo de uma análise das classes sociais geridas na modernidade europeia. Lançando olhares sobre estas classes sociais com fronteiras bem demarcadas em diversos aspectos, postos de trabalho, renda, privilégios, educação formal entre outros, estabeleceu-se um parâmetro para análise das classes sociais e da mobilidade social no Brasil. O que repetidamente se afirma, nesta tese, é que estes parâmetros, importados de uma estrutura de classe que teve uma formação e trajetória extremamente diferente da sociedade brasileira pode reduzir os aspectos destas experiências de classe e mobilidade social, chegando ao ponto de negá-las.

Assim, quando se move para ampliar a discussão há a flexibilização destas fronteiras sólidas de análise, ocasionando o diálogo com estes marcadores tradicionais de mobilidade a partir das experiências multifacetadas das pessoas em suas vidas cotidianas. Quando mencionada a mobilidade multidimensional, esta aponta para o fato de que existem diversas dimensões a serem exploradas nas análises de mobilidade social e não apenas aquelas que são fortemente defendidas nas análises tradicionais. Não que os marcadores das análises tradicionais deixariam de existir ou de exercer influência sobre os indivíduos, não é isto que está sendo afirmado, mas que eles têm de fato espaços e valores diferentes a depender da experiência de vida que foi desenvolvida dentro dos diferentes estratos da sociedade.

Com isto pode-se trazer de volta para discussão aspectos antes negligenciados, ou reduzidos ao ranço economicistas, como a renda e o consumo, por exemplo. Estes aspectos podem ser repensados a partir do lugar que estão posicionados na vida das pessoas. É preciso questionar o que tem informado o consumo das pessoas que passaram por experiência social? Ou

repensar questões centrais como qual a relação real no Brasil entre renda e classe social?

Assim, quando se fala em mobilidade social multidimensional não se trata de um conceito fixo, mas sim de uma chave que abre possibilidade para analisar a mobilidade social a partir das experiências, compreendendo que estas experiências podem lidar e negociar de formas muito diferentes com os marcadores tradicionais de mobilidade social. Este é por tanto um esforço de ampliação do debate em torno da mobilidade social.

As experiências são o foco dessa análise, são nas experiências que as pessoas passam a compartilhar entre si valores, crenças e visões de mundo. Assim, compreender como uma determinada classe percebe questões sociais como um todo é um exercício que deve ter como base a análise das experiências sociais, sobretudo se falarmos em mobilidade social, que é o caso desta tese, pois além das próprias experiências de classe lida-se com, como já mencionando anteriormente, o choque entre as experiências da classe de origem com a classe de chegada.

Aqui, admite-se que a experiência de mobilidade social é multidimensional, ou seja, pode ser compreendida e detectada por diversos marcadores que irão variar de acordo com a situação social dos indivíduos. Assim sendo, o esforço maior se dá ao fato de reconhecer a mobilidade social em quadro teórico onde ela tem sido negada, refere-se sobretudo ao período pós anos 2000 no Brasil.

Faz-se necessário pensar, neste momento, alguns pontos chave para esta construção, dentre eles, as formas pelas quais Bourdieu (1992) pensou as experiências dentro da formação dos habitus, como já posto anteriormente nesta tese. Mas, é preciso perceber que esta é uma questão que ultrapassa as análises da constituição do próprio habitus e vai para o que Bourdieu considera importante em termos de análise de vida.

Bourdieu (1992) impulsiona a pensar a Sociologia para além daquilo que se considera estritamente teórico, encarando o fato de que em diversas situações da pesquisa social a teoria não é suficiente para compreender o universo empírico. Na prática, Bourdieu enfatizou que o trabalho teórico deve dialogar de forma reflexiva com a realidade empírica, e não impor quadros de

análise que traduzam a realidade social ao *modus operandi* da teoria. Esta é a forma pela qual se almeja flexibilizar as fronteiras que delimitam os estudos da mobilidade social tradicionais, dialogando com as experiências da realidade empírica dos indivíduos.

O autor chama atenção para o fato de que, o mundo social como produto de construções sociais e visões de mundo que as pessoas constituem em suas experiências sociais produz efeitos que devem ser estudados, tendo por base o percurso que os indivíduos fizeram em suas vidas.

Em *Sketch for a Self-Analysis* (2004) Bourdieu aborda os aspectos que se modificam no decorrer de uma experiência de mobilidade partindo da sua própria trajetória de vida, afirmando enfaticamente que este livro não é uma autobiografia, e que está interessado em entender seu próprio habitus e em termos de suas experiências de vida.

2.6 O desenvolvimento dos habituses nas experiências de mobilidade social.

Analisar as experiências de vida, pode ser, em termos bourdieusianos, uma análise dos processos de habituses, ainda mais quando trata-se de mobilidade social. É possível falar sobre o que Bourdieu considera como habitus de partida de habitus de chegada, ou seja, em uma trajetória de vida as experiências podem modificar, ou impactar, suas visões de mundo. Aspira-se perceber como os indivíduos compreendem seu lugar na estrutura social, como refletem sobre suas próprias experiências, a partir do que Bourdieu (1994) considera como a habilidade que os indivíduos podem desenvolver de observar suas experiências para além da imposição da estrutura, e refletir sobre qual é o lugar dele na sociedade. Esta seria a capacidade de refletir sobre o habitus da sociedade nos termos de Bourdieu. Analisar a constituição do habitus e o seu diálogo com a percepção dos indivíduos sobre o mesmo, é um ponto fundamental para a pesquisa sociológica (Brubaker, 1993; Grenfell, 2008).

Assim sendo, concorda e enfatiza a ênfase de Bourdieu no necessário entrelaçamento entre o teórico e o empírico e a necessidade da aplicação de suas “ferramentas de pensamento” (habitus, campo, capitais, prática) na análise

prática das experiências de vida, como também a coleta de dados e práticas analíticas do pesquisador, que Wacquant (1993, p.236) chama de reflexividade epistêmica.

O trabalho teórico de Bourdieu pode ser entendido como o desenvolvimento complementar de três focos interligados, cada um dos quais foi desenvolvido, testado e aprimorado por meio do trabalho empírico. Estes focos de análise tanto podem promover um aprimoramento com relação a metodologia de pesquisa desta tese, como também podem conceder valiosas informações com relação a formação dos marcadores tradicionais de mobilidade social e de novos marcadores flexíveis de análise.

O primeiro é o foco da pesquisa de Bourdieu sobre casos empíricos específicos, aos quais ele retornou com diferentes elaborações e teorizações em vários estágios de sua escrita. Estes incluem seus escritos sobre a Argélia, sobre educação e sobre arte ou produção cultural. Wacquant (1993, p.235), argumenta que a obra de Bourdieu pode ser vista como uma antropologia generativa do poder, com ênfase especial em sua dimensão simbólica, especialmente as formas ideologizadas e os erros de reconhecimento envolvidos no funcionamento do poder na reprodução social e cultural. Nota-se também as maneiras pelas quais Bourdieu retornou ao longo de sua carreira de pesquisa para alguns focos anteriores e, nessa reprise, percebeu seus conceitos de maneira diferente, como indicativo da reflexividade de sua explicação e da abertura de seus conceitos à reinterrogação por meio do empírico.

O segundo é o desenvolvimento de recursos intelectuais, como ferramentas conceituais específicas, "ferramentas de pensamento", que foram desenvolvidas ao longo do trabalho de Bourdieu, testadas e aplicadas entre diferentes casos. Estas ferramentas constituem abordagens que acontecem em diferentes momentos da trajetória de Bourdieu, por exemplo, os seus primeiros trabalhos (1958/1962) sobre a Argélia não apresentam uma descrição direta do habitus, ou campos, mas apresentam um relato inicial do capital de maneira consistente com o trabalho posterior, embora não seja diferenciado em formas, ou seja seus instrumentos de análise metodológicas foram se desenvolvendo em meio a sua trajetória como pesquisador

Terceiro, é o desenvolvimento de recursos teóricos que elaboram abordagens, posturas metodológicas e epistemológicas e de pesquisa para a compreensão do mundo social. Assim compreender a trajetória dos diferentes pressupostos desenvolvidos por Bourdieu leva a perceber que não se trata apenas de análise das experiências de vida dos participantes dessa pesquisa, mas que a experiência enquanto pesquisador com estados diferenciados da conjuntura social e dos indivíduos também deve transformar os pressupostos com a finalidade de adequá-los ao que exige a pesquisa.

Para Bourdieu, a reflexividade também é central para a disseminação da pesquisa. A rejeição da inocência epistemológica e o reconhecimento de que toda pesquisa é simultaneamente empírica e teórica, bem como prática, exige, segundo Bourdieu, uma sensibilidade maior com relação aos fatos do mundo social que rodeia a todos, e que são expressos sobretudo na experiência dos indivíduos.

Em “A Distinção” (1979), Bourdieu estudou a questão de quais são as consequências quando uma enorme discrepância cresce entre o passado que constrói e sedimenta as formas dos habituses e as condições atuais de existência destes, ou, o que equivale à mesma coisa, entre uma trajetória social e as trajetórias modais (típica) para o grupo em questão.

Com ênfase no desenvolvimento das classes médias, o autor percebe que seus membros atribuem grande importância ao sistema educativo, porque adquirem dele a educação formal que lhes dá acesso às ocupações que salvaguardam o posicionamento sócio estrutural de sua classe. Este pode ser um exemplo de como se estruturam as disputas de classe, ou de tomadas de posições nas experiências de mobilidade social de alguns indivíduos, que permite pensar que neste escopo de análise seria possível pensar de forma específica como se constituem as experiências de mobilidade social dos indivíduos dessa pesquisa.

Nesta tese a ênfase foi dada sobre as experiências de mobilidade social, ou seja, perceber como ao longo de um processo de mobilidade as pessoas experimentam situações que aparentemente podem ser enquadradas em uma síntese teórica homogênea e de maneiras muito diferentes. O fato homogêneo em questão aqui pode ser dividido em 3: a) o aumento da renda dos indivíduos;

b) o acesso inédito destes indivíduos a bens de consumo e locais sociais; e c) as modificações com relação as suas estruturas de trabalho que se conectam com o aumento da sua renda.

Classe social indica uma posição sócio-estrutural relativa para outras posições e, portanto, determina lugar relacional dentro dele. Assim, consegue-se buscar entender a classe social como uma situação relacional não necessariamente fixa. Bourdieu evita o problema, distinguindo empiricamente entre classes sociais “objetivas” (“teóricas” ou “lógicas”) e classes sociais “reais”. As classes sociais objetivas são o conjunto de agentes que são colocados em condições homogêneas de existência impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas igualmente homogêneos de disposições capaz de gerar práticas semelhantes (Bourdieu, 1979; p.95). Assim, as classes são “definidas pela exclusão mútua, ou distinção, de posições sociais” (Bourdieu, 1997; p.135), para o posicionamento sócio-estrutural, com ocupação desempenhando um papel altamente proeminente. Em “A Distinção” (1979) Bourdieu sublinha que a trajetória modal é uma integrante parte do sistema de fatores constitutivos a classe, ou seja, pode ser entendida como um conjunto de fatores que constituem experiências de vida que criam visões de mundo e não apenas uma sequência temporal das fases da vida.

Em particular, também contém a ideia de que uma pessoa pode ter uma noção de sua própria posição no social mundo, isto é, a posição que se esforça para conseguir para si, ou que a sociedade o mostra que é possível alcançar cumprindo determinados requisitos.

Para a classe média da sociedade francesa do pós-guerra, lócus da análise bourdieusiana neste momento, esses requisitos consistiam, como mencionado anteriormente, sobretudo no investimento massivo na educação formal, que instrumentalizaria o indivíduo dentro de uma disputa de classe por uma posição ocupacional compatível com a participação da classe média. Mas, é cabível usar destes mesmos pressupostos, por exemplo, para analisar as formas pelas quais se constituem as visões de mundo da classe média brasileira? Seria esse um parâmetro a ser seguido para definir que o novo estrato da desta população, que ascendeu economicamente no período pós anos 2000, não seria de fato uma nova classe média, por não atender a pressupostos

prévios do que as ditas classes médias tradicionais deveriam ser? E como se pode pensar o recorte de pesquisa por exemplo, onde menos da metade das unidades familiares analisadas investiam em educação formal?

Para responder esta questão faz-se necessário retornar ao caso de Bourdieu com relação as análises da relação entre a educação formal, disputa de posições e a classe média francesa. Nas décadas de 1950 e 1960, as instituições educacionais que outrora restritas a uma minoria do país foram abertas não apenas para membros da classe média, mas para a classe trabalhadora e o meio camponês. A mudança resultou na inflação e, em última análise, uma desvalorização dos graus educacionais. O que interessa reter deste fato é que o marcador em questão, a educação formal, passou por uma forte transformação dentro das estruturas que promovem uma negociação simbólica de definição de classe, ou seja, o que antes era restrito ou almejado por uma classe como elemento de caracterização agora se dilui com o acesso de outras classes, o significado do marcador se modifica, toma outra forma, outros valores e é negociado de formas de diferentes, por que pessoas com outras vivências passam a interagir com estas condições.

Pensar desta forma ajuda a solucionar a questão com relação à dificuldade da compreensão da classe média na teia das classes sociais, e conseqüentemente no que tange à sua interpretação dentro do quadro de mobilidade social. A posição social o fornece acesso a alguns privilégios, mas, na teia da estrutura de classes, a classe média está sempre em apuros e sob constante pressão para provar sua legitimidade. Na luta pelo reconhecimento social, experimentando o risco real de uma mudança de posição decadente na estrutura da sociedade, sobretudo no Brasil, que acaba por promover a busca por diferenciação contínua e aspirações constantes de distinção.

A relação com os marcadores de mobilidades social dar-se em uma perspectiva de constante mudança. Quando se fala, nesta pesquisa, na educação enquanto marcador de mobilidade social multidimensional, por exemplo, deve-se considerar que este marcador pode ser acessado de diferentes formas, promovendo assim diferentes relações com o mesmo. Júnior, participante desta pesquisa, é estudante do curso de administração em uma universidade privada da cidade de Campina Grande, ele narra que veio de uma

família pobre e evidencia o fato de ser negro como elemento que diferencia sua relação com a educação formal naquele ambiente:

Rapaz, é diferente eu acho, na minha sala mesmo eu acho que negro mesmo só tem eu, não sei se as outras pessoas percebem isso, mas eu percebo. Eu não sou tratado mal nem nada, mas é diferente eu não sei explicar bem, eu não estou querendo dizer que eu sofro preconceito entende? Mas eu me pergunto por que não tem mais pessoas negras lá. Isso pra mim é importante por que eu sou de um tempo que as pessoas tinham preconceito com negro, ne verdade elas ainda têm né, mas assim era mais explícito, tipo uma menina branca não queria namorar com um cara negro, mas hoje até na universidade a gente está. Por isso que eu quero que meu filho estude por que se as coisas são difíceis eu acho que para a gente é mais difícil ainda, não é nem querendo me fazer de vítima não, mas como eu te disse sobre a minha sala, só em eu de negro lá, isso quer dizer alguma coisa não é? (Entrevista realizada no dia 12 de abril, 2018)

A ambição pelos estudos, ou por fazer um curso superior, se apresenta a Junior, que tem uma forte resistência em falar sobre temas como preconceito de cor, como uma forma de distinção, faz parte dos condicionantes de sua mobilidade social, pois promove para seu universo social uma profunda modificação naquilo que ele compreende ser uma teia de melhores possibilidades de vida, tanto que planeja o mesmo para o seu filho. Junior aponta que este é um dos aspectos que melhoraram em sua vida nos últimos dez anos mesmo que, segundo ele, isso não tenha promovido ainda nenhuma mudança material no seu cotidiano.

Neste mesmo contexto depara-se com Ricardo, colega de sala de Junior. Com condições sociais relativamente semelhantes, Ricardo não compreende a particularidade da cor no processo de mobilidade social, assim como a incursão em um processo de especialização da educação formal não é um fato que para Ricardo foi marcante em sua trajetória. Sobre os aspectos de inclusão por cor e etnia no ensino superior Ricardo responde:

Olha, eu acho que isso não tem muito a ver não, as pessoas têm a mesma capacidade de entrar na universidade, isso seria dizer assim, como se a pessoa negra fosse burra. Entrar na universidade ter um curso superior é um caminho natural para quem estuda e se

esforça eu não nasci em berço de ouro mas batalhei, tanto que eu nem entrei na universidade quando eu era mais novo por que eu tive que trabalhar eu só pude entrar agora, isso mostra como isso de ser negro e branco não tem nada a ver, a coisa é a pessoa se esforçar mesmo. (Entrevista realizada no dia 19 de abril, 2018)

Quando questionado sobre qual aspecto mais impactou suas experiências de mobilidade nos últimos dez anos, Ricardo tem uma resposta diferente de Junior. Para Ricardo o curso superior é algo que é necessário para o mercado de trabalho, mas não faz parte dos seus planos ou metas de vida que se expressam acima de tudo por aspirações materiais de mobilidade.

É eu faço esse curso, eu gosto, mas é aquela coisa hoje em dia você faz ou faz, meus dois irmãos são formados também aí eu fiquei naquela é vou fazer. Mas como eu não tenho bolsa é um gasto a mais que eu tenho, mas eu vou terminar (...) acho que ultimamente a coisa que foi mais importante pra mim assim foi ter comprado meu carro eu acho, eu fui juntando o dinheiro aqui ali, eu tinha antes um Golf aí apareceu essa Amarok aí deu certo demais, é eu acho que isso foi mesmo o mais importante. (Entrevista realizada no dia 19 de abril, 2018)

Quando questionado sobre qual motivo o seu carro tinha sido o evento mais importante dos últimos anos de sua trajetória, Ricardo respondeu:

Na verdade, mesmo é por que carro é status, você sabe... A pessoa pode está devendo, pode não estudo, mas chega *nos canto* com um carro desse as pessoas já lhe tratam diferente. Aí assim, eu faço o curso beleza, mas não é isso que me dá status, o que me dá status é o meu carro, é ter dinheiro para aqui *aculá* fazer uma farrinha e tal. Como eu disse, assim a universidade é um gasto que eu tenho que ter mesmo, mas não me traz nada assim de mais imediato e nem depois eu sei se eu vou seguir carreira nisso ou não, já o carro é outra história, são investimentos diferentes. (Entrevista realizada no dia 19 de abril, 2018)

Tanto Junior como Ricardo pertencem à mesma amostra de pesquisa, ambos em uma análise tradicional de mobilidade social estariam em um quadro do que aqui nomeou-se de mobilidade-negada, no entanto, quando relatam suas experiências de vida, ambos apresentam aspectos, mesmo que diferentes, que consideram como mudanças qualitativas. Mudanças que os inserem em espaços

sociais diferentes daqueles que eles partilhavam no início da constituição dos seus habituses, aspectos que se comunicam e emanam mensagens para o seu grupo social.

Os apontamentos feitos por ambos, quando questionados sobre suas melhorias de vida, não são arbitrários, eles partem daquilo que seu lugar social constituiu enquanto objetivo a ser alcançado. Assim as pessoas passam a se movimentar qualitativamente dentro das camadas da sociedade, passam a ter novas experiências, mesclam ou impactam seus habituses de origem com os novos habituses do local de chegada em suas trajetórias. Isso pode não significar de fato um movimento dos indivíduos de uma classe para outra, mas pode indicar a mudança nas formas e estruturas de uma classe em si, fazendo com que ela se desloque em termos qualitativos e se transforme. Empenhar-se em compreender múltiplas formas de captar aspectos de mobilidade social é a resposta para uma análise de uma situação social tão complexa quanto a do Brasil, é o ponto de partida para articulação e compreensão de outros temas como, por exemplo, o conservadorismo e a recente simpatia da população por atitudes e comportamentos fascistas.

Os aspectos que podem ser apreendidos são diversos, no entanto o ponto de partida deve ser, sem dúvidas, dá voz aos indivíduos por meio da análise de suas experiências de vida, assim como compreender que estes se movimentam constantemente para além das fronteiras estabelecidas pela teoria e por este motivo não estão inseridos de maneira adequada nos recentes debates sobre mobilidade social, muitas vezes reduzidos a números estatísticos.

CAPÍTULO 03

EXPERIÊNCIAS DE MOBILIDADE SOCIAL: MUDANÇAS DE VIDA, ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE E PERCEPÇÕES DOS INDIVÍDUOS SOBRE O QUE É “VIVER MELHOR”

“Nós estamos sempre lutando, sempre nessa batalha, as vezes as coisas estão boas as vezes nem tanto, mas já conquistamos muita coisa. Eu vejo dessa forma, consegui reformar minha casa, consigo ajudar meus filhos, tudo com o meu esforço. Tudo foi crescendo aos pouquinhos mesmo e esses empréstimos que pego com o banco, que já faz mais de 10 anos, ajudaram a construir tudo que eu tenho, e hoje a gente vive bem melhor. ” (Ana, família 01, vendedora, 60 anos, entrevista realizada no dia 12 de julho de 2019)

“Rapaz, nem se compara, quando eu era criança as coisas eram meio *carregadas* mesmo, mas hoje eu *estou de cima*. Está tendo essa crise aí ultimamente, mas a pessoa vai se estabilizando, mas eu digo uma coisa a você, o melhor tempo, assim se é melhor mesmo eu não sei, mas pelo menos para mim, foi o tempo de Lula. A gente podia comprar as coisas, andar, não tinha também ninguém rico, mas não tinha esse apherreio todo que a gente tem hoje não. Esse meu negócio aqui eu comecei no tempo dele, junto com meu pai, e sustento até hoje. ” (Alberto, família 08, microempresário, 37 anos, entrevista realizada no dia 12 de julho de 2019)

A análise das experiências de mobilidade social vivenciadas pelas famílias/indivíduos pesquisados para esta tese de doutorado permitiu revelar a diversidade de formas de mobilidade, bem como apreender o modo pela qual as pessoas percebem aquilo que chamam, no seu cotidiano, de “viver melhor”. Assim, buscou-se realizar a interpretação sociológica destas experiências em duas direções: a) mostrar a diversidade dos aspectos de mobilidade social; b) refletir sobre os elementos encontrados na pesquisa que possibilitaram a compreensão do que é “viver melhor”.

No universo das 22 famílias foi possível perceber que a mobilidade social se mostrava de formas diferentes a partir das experiências e visões de mundo das pessoas que refletiam diferentes anseios sobre o que seria “viver melhor”. Foi possível realizar o mapeamento de 5 pontos fortes nos discursos destas pessoas:

- a) Modo 01: mobilidade social percebida por meio de maior acúmulo de educação formal com vistas nos aspectos qualitativos desta formação;
- b) Modo 02: mobilidade social percebida por meio de maior acúmulo de educação formal com vistas às possibilidades de melhores chances no mercado de trabalho;
- c) Modo 03: mobilidade social percebida por meio de estabilidade financeira;
- d) Modo 04: mobilidade social percebida por meio da melhoria nas condições de trabalho (sejam estas em termos de remuneração ou em termos de condições da operação do trabalho em si);
- e) Modo 05: mobilidade social percebida por meio da modificação das condições materiais intergeracionais, ou seja, quando os pais têm condições de promover aos filhos melhores condições de vida, em seu sentido mais amplo, do que aquelas que lhes fora oferecida.

Estes aspectos da mobilidade traduzem a forma pela qual as pessoas percebem que estão vivendo melhor, ou seja, que houve modificação nos seus modos de vida e condições de existência.

A experiência de mobilidade da família de Ana serve como um bom ponto de partida empírico para considerar de modo mais sistemático os dados produzidos pela pesquisa. A primeira entrevista com Ana foi realizada no ano de 2012, quando se investigava, na forma de um projeto de iniciação científica, quais eram as repercussões dos discursos sobre a chamada “nova classe média” brasileira no cotidiano das pessoas. Novas entrevistas foram feitas tanto para a elaboração da dissertação de mestrado quanto para elaboração da tese de doutorado. Daquele momento até o presente, a trajetória de Ana e de sua família foi marcada por modificações em diversos aspectos de sua vida. Durante este tempo, a família de Ana aumentou, sua filha mais velha teve duas filhas, hoje com 6 anos e pouco mais de 2 anos. Entre 2013 até o segundo semestre de 2018, todos partilhavam da mesma residência: Ana e seu marido, seu filho mais velho e sua filha, seu genro e suas duas netas. Um outro filho estuda e reside em outra cidade e por este motivo não foi incluído nos dados desta pesquisa.

No momento do nascimento da primeira Neta de Ana, a renda dentro da sua casa estava comprometida, pelo fato de Rubens, seu genro, está

desempregado. Esta era uma preocupação visível da família, a chegada de um novo membro à família iria aumentar as despesas e a estabilidade da renda estava em relação direta com a qualidade de vida dos integrantes naquele momento. Sobre quais eram as expectativas com relação ao aumento da família, Ana revelava suas estratégias para que financeiramente a situação fosse contornada:

“Diego, a gente tem que ficar feliz, mas não, as despesas aumentam né? E Rubens está desempregado. Aí eu vou fazer assim: parte desse empréstimo que eu vou pegar agora vou pagar um curso para ele de informática, para ele ver se consegue arrumar algo mais rápido, porque a gente estava conversando e tudo hoje precisa de computador, aí ele vai fazer isso.

A outra parte eu vou fazer minhas coisas mesmo, mas a ideia de investir neste curso é por que hoje com o mercado de trabalho assim, a pessoa sem estudo não é nada, então tem que investir em estudar, ir lá mesmo ficar com a cara no livro, para poder conseguir um emprego pelo menos mais ou menos né?” (Ana, família 01, vendedora, 60 anos, entrevista realizada no dia 02 de Agosto de 2013)

Consegue-se interpretar a fala de Ana a partir do modelo de compreensão 2 mapeado nesta tese das 5 formas de mobilidade social percebidas nesta tese, que trata-se de “mobilidade social percebida por meio de maior acúmulo de educação formal com vistas nas possibilidades de melhores chances no mercado de trabalho”, esta é a mesma forma, por exemplo, que Regina (família 11) e Diana (família 12) percebem “a importância da educação formal, com vistas na mobilidade social por meio de melhores empregos”. No entanto, estas três famílias, mesmo tendo uma perspectiva parecida com relação às suas estratégias de mobilidade social, possuem particularidades diferentes. Regina e Diana incorporam duas estratégias de mobilidade, aquela descrita em nosso item “b” associada, quando a mobilidade social percebida por meio da modificação das condições materiais intergeracionais, ou seja, quando os pais tem condições de promover aos filhos melhores condições de vida, em seu sentido mais amplo, do que aquelas que as foram oferecidas. Ambas se orgulham de que todos os seus filhos possuem ensino superior, o que lhes deu possibilidades de conseguirem empregos estáveis.

Pode-se verificar a estratégia da busca por conhecimento formal como via de melhoria das condições de trabalho, possibilitadas pelo dinheiro vindo de um empréstimo do Banco do Nordeste concedido a juros baixos para quem quer investir em um pequeno negócio, o Crediamigo, da qual Ana já incluiu em seus planejamentos anuais, pois a cada semestre, junto ao seu grupo de empréstimo ela renova o crédito. Ana, possui uma característica diferente de Regina e Diana, ela é evangélica, mais especificamente da Igreja Assembleia de Deus, este ponto a concede uma posição diferenciada em termos de laços sociais dentro do bairro, que acaba por a colocar em uma rede de contatos do universo dos assembleianos. Por intermédio destes contatos Ana consegue um emprego de carteira assinada para Rubens em uma distribuidora de alimentos, cujo o dono é um fiel da mesma igreja que Ana frequenta. Sobre este acontecimento Ana relata:

“Foram duas coisas, não, foram três que a gente não pode esquecer nunca de Deus. Primeiro Deus, depois o irmão da igreja que intercedeu por nós e depois esse curso que ele fez, por que, veja bem, mesmo que a gente arrumasse uma boa indicação para ele se ele não tivesse instrução, um curso, ele não teria conseguido esse emprego. Tanto que lá onde ele vai trabalhar agora é tudo com coisa de computador, é para receber e despachar as mercadorias, então me diga, como era que ele iria trabalhar lá sem esse curso? Mas, foi tudo coisa de Deus, primeiro ter a ideia de fazer ele estudar e segundo o irmão que apareceu na horda certa. ” (Ana, família 01, vendedora, 60 anos, entrevista realizada no mês de dezembro de 2013)

Esta fala revela a multidimensionalidade dos processos de mobilidade social, que no caso de Ana também passa pela comunicação com o universo religioso. Ana mora no bairro do Presidente Médici, espaço este em que a teia da comunidade evangélica aumentou consideravelmente nos últimos dez anos. Se contarmos apenas com as igrejas da Assembleia de Deus, temos, no ano de 2009, o número de duas Igrejas para toda a área que compreende os bairros do Presidente Médici, Cruzeiro, Palmeira imperial e Dinamérica, já no ano de 2019 esse número cresce para nove Igrejas. Segundo o Pastor responsável pela igreja central destes bairros, situada na rua Três Irmãs, esta frequentada por Ana, o

número de frequentadores da Igreja, entre conversos e não conversos, praticamente dobrou do ano de 2016 até 2019:

Nos últimos tempos as pessoas têm buscado muito a Deus. Aqui, hoje, frequentando nossa Igreja, nós temos em entre 250 a 300 pessoas nos cultos que ocorrem nos finais de semana, que é quando todo mundo já está livre de suas obrigações semanais. Esse número há uns 3 anos atrás era menos da metade. (Entrevista realizada no dia 13 de março de 2019)

Quando questionado sobre o motivo pelo qual o número de fiéis em sua igreja dobrou nos últimos três anos, o Pastor responde:

As pessoas sempre precisaram de Deus, mas ultimamente elas viram que precisam se unir para poder sobreviver a isso tudo que está acontecendo. Essa crise toda que o PT criou no nosso país abalou muito as famílias, isso sem falar nos valores sagrados que estão sendo sempre combatidos. Nossa esperança agora é que as coisas mudem, e que esse novo governo escolhido pelo povo de Deus faça com que as pessoas tenham esperança novamente, por isso precisamos orar. (Entrevista realizada no dia 13 de março de 2019)

As concepções religiosas do Pastor mesclam-se a sua visão política e econômica do país, conecta-se com a sua interpretação do que precisa melhorar em termos de condições de vida das pessoas. Baseado em dois pilares, a moral e a economia, fortalecidos por um combate de todas as ideias que se conectam com os governos petistas.

O número de pessoas com filiação religiosa evangélica abarca 43.8% do universo total desta pesquisa. Em termos de visões de mundo, retrata a forma religiosa que está mais conectada com o processo de mobilidade social nesta tese.

Estas modificações marcam para a família de Ana características do que ela considera como “viver melhor”, este termo faz referência à mudança, ao movimento de melhoria de vida que aqui é percebido como mobilidade social sob um ponto de vista que leva em consideração diversas dimensões, mais especificamente neste caso, renda, educação formal e moradia. Estes aspectos, em termos de marcadores, podem se modificar em situações diferentes, assim

como a relevância de cada um para o cenário familiar a qual está sendo investigado

Nesta pesquisa, em um quadro de 57 pessoas, maiores de 18 anos de idade, consegue-se encontrar a seguinte caracterização em termos de filiação religiosa:

Quadro 05: Distribuição dos indivíduos maiores de 18 anos nas filiações religiosas.

FILIAÇÃO RELIGIOSA	Nº de indivíduos
Evangélicos	25
Católicos	7
Cristãos ¹¹	18
Candomblé	2
Espírita	1
Sem filiação religiosa	4

Fonte: elaboração própria

Joana (família 02) é amiga de Ana, faz parte do mesmo grupo de empréstimo do microcrédito do credamigo, frequentam a mesma igreja e empenha-se para que sua família também siga o caminho da religião evangélica, assim, no ano de 2017 Joana leva seu marido Marcos para igreja para que ele passe pelo processo de conversão, o mesmo ocorre com sua sobrinha Pâmela (família 03):

Depois que Marcos entrou na Igreja é outro, ele vivia bebendo, gastando com essas coisas, agora não, nosso dinheiro é só para dentro de casa, para comprar nossas coisas. Essa televisão mesmo aqui ele comprou à vista. Onde ele ia ter esse dinheiro se fosse gastar com bebida? As coisas com Deus andam mais em ordem. Pamela nunca fez nada de errado não, mas a pessoa na igreja já evita né, a pessoa edifica, deixa de gastar com farra e

¹¹ Observações:

* Na categoria “Cristãos” fez-se referência a fala dos indivíduos desta pesquisa que não frequentam igrejas nem evangélicas nem católicas. Consideram-se cristãos por acreditar na figura de Jesus Cristo.

essas coisas do mundo. (Joana, família 02, cozinheira, 57 anos, entrevista realizada no mês de dezembro de 2018)

A inserção no universo religioso para Joana conecta-se com a mobilidade social em termos de manutenção da renda. Durante as entrevistas ela orgulhava-se das aquisições para sua casa (TV, geladeira, micro-ondas etc.) assim como das melhorias que ao longo da última década conseguiu fazer em sua residência.

É possível compreender outra dimensão da mobilidade a partir dos relatos de Alberto, microempresário, 30 anos, que não considera-se nem evangélico e nem católico, nas palavras dele “é cristão, acredita em Cristo”. Alberto ressaltava o desenvolvimento do trabalho como aspecto mais visível das mudanças ocorridas na sua vida e no espaço social ao seu redor, ao mesmo tempo que conecta estas percepções ao cenário político.

“Rapaz, nem se compara, quando eu era criança as coisas eram meio *carregadas* mesmo, mas hoje eu *estou de cima*. Está tendo essa crise aí ultimamente, mas a pessoa vai se estabilizando, mas eu digo uma coisa a você, o melhor tempo, assim se é melhor mesmo eu não sei, mas pelo menos para mim, foi o tempo de Lula. A gente podia comprar as coisas, andar, não tinha também ninguém rico, mas não tinha esse aperreio todo que a gente tem hoje não. Esse meu negócio aqui eu comecei no tempo dele, junto com meu pai, e sustento até hoje.” (Alberto, família 08, microempresário, 30 anos, entrevista realizada no dia 12 de julho de 2019)

Em 2013, quando entrevistei Alberto, ainda para realização da minha pesquisa de mestrado, o mesmo percebia a sua realidade social como promissora:

Olha aqui a gente investiu na nossa casa por que as coisas estão melhores. Não é só a gente não, todo mundo aqui do bairro está conseguindo um dinheiro para colocar um portão novo, ajeitar seu muro, já tem uns que coloca uma cerca-elétrica um interfone, aí o negócio vai ficando mais arrumado. Do mesmo jeito estou fazendo no meu negócio lá eu já vou ter que mudar umas coisas que estavam feias, as coisas vão melhorando a pessoa tem que *dar o grau*. (Alberto, família 08, microempresário, 30 anos, entrevista realizada em novembro de 2013)

Naquele trabalho, as questões norteadoras buscavam compreender a relação entre a modificação na feição urbana da cidade. Sobretudo com relação

a faixa das casas dos moradores de bairros que em um momento anterior já haviam sido considerados populares e agora caracterizavam-se como bairros de classe média. Alberto falava como havia modificado a faixa de sua casa e como essa era uma atitude que vinha sendo vista regularmente no seu bairro, o que lhe motivava a fazer modificações em seu estabelecimento comercial e perceber que as pessoas que o cercavam estavam melhorando de vida.

Não podemos dizer que temos uma vida ruim não, a gente vive bem, tanto que sobre um dinheirinho para fazer essas coisas, não é muito mas sobra, meu pai só vive falando que era um aperto danado antigamente. Mas realmente a gente vê que povo tem uma condiçãozinha, Campina é uma cidade boa para se morar. (Alberto, família 08, microempresário, 31 anos, entrevista realizada em novembro de 2013)

Alberto vê no trabalho uma forma de possibilidade de mobilidade social. No início do ano de 2019 fez um investimento em alugar outro ponto comercial na cidade de Campina Grande para a instalação de um outro lava-jato. Ele relata que chega a trabalhar 12 horas por dia, mas encontra nesta atividade uma forma de fazer com que as suas condições de vida melhorem, para Alberto *“quem quer ter as coisas tem que arregaçar as mangas e trabalhar muito mesmo. Eu estou aqui direto, é assim que eu vou conseguindo minhas coisas”* (fevereiro de 2018).

A irmã de Alberto, Hetiene, é estudante de pós-graduação, percebe que houveram mudanças em sua vida por meio da educação formal. Para Hetiene que mora com seu irmão e sua cunhada, a oportunidade de estudar sem que tenha a obrigatoriedade de manter em paralelo seu trabalho formal é uma maneira de melhoria de vida. É possível percebê-la dentro do item “a”, mobilidade social percebida por meio de maior acúmulo de educação formal com vistas nos aspectos qualitativos desta formação.

Ela fala que é privilegiada por poder se ausentar do trabalho, realizado no lava-jato do seu irmão, para dedicar-se exclusivamente aos estudos, no entanto Hetiene ressalta que o fato de ser gay faz com que ela tenha uma forma específica de viver esse processo de mobilidade. Segundo Hetiene as visões de mundo sobre a sua sexualidade se modificam com muita velocidade, o que a dá insegurança sobre a sua posição na sociedade.

Assim, as coisas melhoraram sim, a gente sempre tinha muito trabalho, tem né na verdade, é por que eu não estou mais lá, mas tem essa questão que eu te falei. Não é só a pessoa ter dinheiro, você sempre fica com uma pulga atrás da orelha sem saber o que esperar das pessoas. Por exemplo, os lugares que eu ia antes quando eu não podia pagar um lugar melhor para frequentar não é diferente, se for falar de preconceito e essas coisas, do que os lugares que eu vou agora, e nesse ano foi que piorou com essas coisas toda ai da política.

Por isso que eu estudo, por que quanto mais instrução você tem, assim as pessoas mais estudiosas e tal, são diferentes, elas não querem nem saber o que você faz da sua vida todo mundo lhe trata com mais educação, com mais respeito. (Hetiene, família 08, estudante, 27 anos, entrevista realizada em setembro de 2018)

A renda não é um fator primordial para Hetiene, ela chama atenção para duas questões que em sua experiência são centrais: a) maior acúmulo de educação formal e b) identidade sexual.

Hetiene e Alberto pertencem à mesma família, em uma análise quantitativa eles estariam postos em uma mesma esteira de compreensão da mobilidade social, no entanto, compreendendo esta mobilidade a partir das experiências dos indivíduos, conseguimos encontrar outros aspectos que darão orientações diferenciadas para estes processos de mobilidade. Assim, em um mesmo espaço social os indivíduos desenvolvem dispositivos de apreensão da realidade social, que podem ser divergentes dos resultados obtidos por meio de pesquisa quantitativas. Assim, compreendendo que estes espaços sociais de desigualdade não se caracterizam apenas com relação à distribuição de renda, ou direitos sociais, no que concerne a uma vasta heterogeneidade de modos de vida.

Identificando elementos da vida cotidiana e das experiências sociais dos indivíduos que possam corroborar com a tese de que as fronteiras fixas podem reduzir ou silenciar experiências de mobilidade social, dialogou-se com a noção tradicional da mobilidade, que se baseia na certeza dos caminhos que o indivíduo deve percorrer para que possa ser provado sociologicamente que este passou por um processo de mobilidade social. Questiono com relação ao fato de que um modelo que pensa classes sociais no sudeste do Brasil, poderia ser incorporado para pensar as classes sociais e a mobilidade social em uma cidade

do interior da Paraíba, por exemplo. Claro que existem padrões, não está sendo negado aqui os processos de dominação intrínsecos as relações de classe em qualquer lugar do mundo, mas o que é apontado é que estes processos de dominação, assim como qualquer outro mecanismo de comunicação de classe, por mais que tenham estruturas parecidas irão negociar com valores e moedas simbólicas extremamente diferentes. Esta reflexão permite pensar uma estrutura de investigação da mobilidade social que se baseia em múltiplas dimensões das experiências de vida das pessoas. Os marcadores continuam a desempenhar um papel fundamental nesta análise, mas o volume de influência que eles podem inferir à situações sociais é muito diverso, para que seja possível eleger apenas um deles como fronteira ou ponto que irá definir o que é ou não mobilidade social.

Assim, é preciso perceber nas situações de análise das experiências de mobilidade social, quais marcadores se mostram de forma mais efetiva, ou quais são os novos marcadores que podem surgir a partir de uma aproximação mais analítica com o nosso objeto de pesquisa.

Perceber a experiência das pessoas e as suas formas de comunicar a mobilidade social é uma tarefa que pode ser realizada sob diversos pontos de partida, como nos casos de Ana e Joana com relação a filiação religiosa, no caso de Hetiene com relação a sexualidade ou no caso de Alberto com relação ao trabalho.

É possível perceber que os marcadores que foram usados nesta pesquisa sempre estão em diálogo com outros dentro da experiência dos indivíduos. Estes não foram isolados para determinar a presença ou não da mobilidade social nos casos estudados. Partindo destes pressupostos, neste capítulo pretende-se captar alguns aspectos de nossa pesquisa para ampliar as possibilidades de se pensar a mobilidade social.

3.1 Sobre a compreensão das classes sociais a partir das experiências de mobilidade social

É eu acho que eu posso dizer que sou classe média, eu não sou pobre, quer dizer eu sou mas não como aquelas pessoas que pedem, que vivem de porta em porta, esses ai é que eu acho que são considerados como pobres de verdade, e eu também não sou rica, eu vivo bem da minha maneira. (Sandra, família 19, empregada doméstica, 58 anos, entrevista realizada em novembro de 2018)

Sandra (família 19) percebe a condição de pertencer ou não a classe média relacionando aspectos tangíveis da renda com as vivências das pessoas que estão ao seu redor. Em diversos momentos desta pesquisa a noção de classe social ou a ideia de que houve ou não mobilidade está associada a renda familiar, seja ela posta em termos de aumento em decorrência de melhores remunerações do trabalho ou como objetivo a ser alcançado para que se possa considerar ter uma vida melhor. Souza (2010) afirma enfaticamente que classe social não é renda, classe social é reprodução de privilégios. Esta fórmula pode fazer sentido em certos contextos sociais, mas, até que ponto ela expressa de fato a composição de classes sociais onde diversos aspectos da vida dos indivíduos se modificam com o aumento da renda? Neste ponto classe social pode de fato não ser renda, ou pelo menos não ser apresentada apenas por ela, neste sentido levaria a questionamentos: de que tipo de classe social estamos falando? Quando Souza faz essa afirmação, ele colabora para o enrijecimento das fronteiras de classe, estabelecendo o que ele chama de privilégios, que se expressa sobretudo com relação ao capital cultural, como marcador definidor de classe social. Nesta pesquisa a renda também mostra como as pessoas enquadravam-se em um dado aspecto de classe e como elas passaram a ter experiências sociais diferentes através do aumento da renda.

No entanto, é preciso prever para que não se passe a reduzir a realidade social, sobretudo a realidade social brasileira fortemente multifacetada, a todo e qualquer tipo de enrijecimento teórico. É possível dizer, como já foi discutindo nesta tese que não podemos falar no Brasil de uma única classe média, por exemplo, coexistimos em contextos distintos com relações sociais e negociações simbólicas igualmente distintas.

Esta é uma perspectiva, portanto, que está na contramão do que Souza (2018) estabelece como projeto de estabelecer parâmetros do que ele chama de “classe média real”.

Dada a dimensão de desejo evocada pela ascensão social, mesmo quando fantasiosa, a classe trabalhadora precária – os “batalhadores brasileiros”, na definição que utilizei em livro da época – adorou a ascensão imaginária tanto ou mais do que a ascensão real. Hoje em dia, o trabalhador precário não se considera pobre, mas de classe média. Os pobres são apenas os excluídos e marginalizados. A classe média real, por sua vez, se vê como ‘elite’, contribuindo para um autoengano fatal e de consequências terríveis para o destino da sociedade brasileira e da própria massa da classe média. Espero que este livro possa contribuir para a autocompreensão tanto dos indivíduos dessa classe social – da qual faço parte – quanto da sociedade brasileira como um todo. Nesta tarefa, é crucial o entendimento adequado da classe média real.(p.16)

Como é possível negar ou ignorar a forma pela qual uma grande massa de indivíduos de uma dada sociedade se reconhece? Ou até que ponto pode-se negar a auto compreensão que as pessoas fazem de sua realidade social? Há aí um problema epistemológico, pois os próprios indivíduos que vivem sua realidade prática e criam a partir de seus códigos de comunicação social percepções sobre si estariam errados? É preciso que se compreenda de maneira mais eficaz visões de mundo como as de Sandra (família 19) ou as de Heitor (família 21).

Heitor tem 30 anos de idade e é professor desde os 19, quando começou a dar aulas de reforço em sua cidade natal, Mossoró-RN. Quando se formou em história atuou como professor em algumas escolas da cidade de Campina Grande e em seguida recebeu o convite para ser professor de cursinho preparatório para concursos e ENEM. Em 2019 está abandonando a carreira de professor para ser representante comercial de produtos farmacêuticos, segundo ele esta é uma forma mais eficaz de aumentar sua renda.

Amo dar aula, eu adoro de coração, mas eu vou para o que me paga mais. Minhas perspectivas nesse ramo são muito melhores, então surgiu essa oportunidade eu vou abraçar. Eu sei que vou está meio que jogando fora aí um bom

tempo de experiência dando aula, mas vida que segue, é assim mesmo, eu quero é o meu. Para melhor de vida a gente tem que está buscando sempre ganhar mais por que é isso que vai proporcionar o acesso a coisas melhores na nossa sociedade. (Heitor, família 21, Professor, 30 anos, entrevista realizada em fevereiro de 2019)

Em meados do mês de março de 2019, Heitor inicia seu trabalho como representante comercial, sua renda e carga horária de trabalho aumentam, e este é um sinal para Heitor de mobilidade social. Aqui encontra-se um contraponto com relação a outras formas de perceber a mobilidade social com relação à aquilo que foi posto por Hetiene, por exemplo. Se é possível encontrar estes contrapontos com relação a percepção da mobilidade social é também possível encontrar pontos igualmente diferentes com relação a percepção das classes sociais.

Apenas analisando as experiências de vida podemos compreender porque estes que Souza indica como trabalhador precário, que não se considera pobre mas sim de classe média, estabelece em suas vivências e trajetórias como ser pobre ou pertencer a um estrato médio da população. Para além das nomenclaturas, a própria mudança de percepção deveria configurar em si um indicador de mobilidade social, pois quando um trabalhador precário, nos termos de Souza, deixa de se considerar pobre e passa a se pensar enquanto classe média, algo deve ter mudado em sua vida para que ele projetasse este discurso.

É preciso, portanto, perceber as formas e expressões dos interlocutores desta pesquisa com a finalidade de compreender quais eram os significados de suas ações sociais, expressões e visões de mundo dentro do contexto negociado simbolicamente por eles em seu mundo social. Dentro do léxico verbal destes interlocutores, a palavra status era constantemente usada para definir situações de prestígio, justificar escolhas ou até mesmo demonstrar uma certa interpretação sobre o mundo social. Outrossim, esta palavra estava fortemente associada aos sentidos do universo simbólico dos indivíduos, como forma de representação dos mesmos dentro dos grupos na qual estavam inseridos. É importante para esta pesquisa perceber como as pessoas compreendem o seu universo social e a partir desta observação estabelecer quais são os marcadores mais eficazes para a apuração dos processos de mobilidade social.

Existia, portanto, entre os presentes colaboradores uma forte associação entre renda e status, na contramão do que é posto por Souza (2018, p.11), quando o mesmo argumenta que falar em classes sociais baseada somente na renda “torna possível falar de classe social e manter completamente intocadas as mentiras sobre liberdade e autonomia.” Para as questões de pesquisa desta tese admite-se os pressupostos de dominação de classe ou da conjuntura de criação e reprodução de ideologias dominantes pelas elites, entretanto, não exclui-se o fator renda do debate, pois dentro do que foi posto por este material empírico a renda é um ponto gerador de outras condições e percepções sociais.

A gente precisa sim mostrar que tem né? Você pode até ser é uma pessoa boa, ter estudo e tudo o mais, mas quando você chega em um restaurante ou em um shopping, por exemplo, as pessoas vão lhe tratar melhor pelo que você mostra. Por exemplo quando você chega em um lugar em um carro desse seu todo mundo já olha você diferente, a nossa sociedade é assim mesmo não tem para onde correr, é aquela coisa que o povo diz ‘a gente vale para os outros o que tem. (Heitor, família 14, dona de casa, 36 anos, entrevista realizada em 23 de abril, 2018)

O que de fato está em jogo não é o reconhecimento qualitativo destes capitais, e sim o aspecto visual e tangível deles enquanto expressão estética no contexto em que os indivíduos desta pesquisa estão inseridos. Assim, o status nestes casos, passa por um filtro onde a primeira etapa do seu reconhecimento é visual e estética. É, por conseguinte, neste sentido um aspecto que caminha em paralelo com o reconhecimento da mobilidade social, traduzida no léxico dos indivíduos desta pesquisa como melhorias de vida. Expressos sobretudo na modificação das fachadas das casas dos bairros do Cruzeiro e Presidente Médici, como uma forma de expressar modificação nos padrões de vida.

Regina (família 20), quando questionada sobre quais são as formas pelas quais ela reconhece as melhorias de vida durante sua trajetória de mobilidade social responde que tais aspectos só podem ser percebidos, em um primeiro momento, por questões materiais tangíveis que são resultado de um aumento na renda familiar dos seus filhos.

Eu acho sim que as coisas melhoraram. A gente vive esse aperto agora né? Que é geral todo mundo está passando

por isso, mas eu sei que as coisas melhoraram, mas foi mais por esforço mesmo, na minha família as pessoas sempre se esforçaram muito. O que meus filhos têm hoje em dia foi por que eles estudaram e trabalharam bastante (...)

A gente sabe que as coisas melhoraram quando ver que as pessoas hoje têm coisas melhores né? Eu mesmo no meu tempo não tinha condições de ter um carro, hoje todos os meus filhos têm seu carro. Eu consegui essa casa com muito esforço em um tempo onde as coisas eram mais fáceis, hoje é muito difícil, mas meus filhos têm suas casas, um comprou uma casa e o outro um apartamento, mas antes moravam de aluguel, ai aos poucos foram conseguindo as coisas dele, é assim que a pessoa ver as coisas melhorando, por mais que o que eles estão fazendo agora é lutando para se manter por que não está fácil. (Regina, família 11, artesã, 56 anos, entrevista realizada em 08 de junho, 2018)

Neste sentido, é possível pensar a educação formal em duas vias enquanto estratégia de mobilidade social. A primeira delas em forma de mobilidade social intergeracional, ou seja, quando a mobilidade se dá de uma geração para outra, que também pode ser dividida em duas: a) quando os pais compreendem que a educação formal é sinal de melhoria de vida para o futuro dos filhos, mesmo que eles não tenham tido acesso a mesma; b) a segunda é quando os filhos já tendo passado por um processo de educação formal de aquisição de títulos e diplomas reproduzem para os seus filhos este habitus.

Eu não pude estudar, por vários motivos, tinha que cuidar dos meus filhos, as coisas não eram fáceis. Mas, eu sempre vi nos estudos uma possibilidade de mudança para eles, por isso que sempre incentivei todos eles para estudarem, por mais que eu não pudesse pagar boas escolas, eu sempre fazia tudo que podia. Pedia ajuda para o dinheiro do transporte deles, do lanche, do material escolar, não era por que eu não podia que eles não iriam estudar. Hoje graças a deus estão todos formados, são todos concursados e valorizam muito os estudos, ainda continuam estudando para passar em outros concursos e ensinam a mesmas coisas para os filhos deles. Só que é diferente né? Hoje os filhos deles têm condições de fazerem coisas que eu não pude dar a eles, então o que eles fazem, muitas vezes deixam de comprar um supérfluo para os meninos para poder colocar eles em boas escolas, no inglês, fazer natação, essas coisas. (Regina, família 11, artesã, 56 anos, entrevista realizada em 08 de junho, 2018)

É possível perceber um contraponto com a literatura tradicional sobre mobilidade social no Brasil que afirma que a reprodução do capital cultural, de forma intergeracional, só acontece em um âmbito muito específico, o âmbito das elites que tem condições de comprar o tempo para investimento em estudos. Em uma situação de pesquisa empírica como esta, é possível compreender a importância da renda em termos de expressão material e como ela se relaciona ao capital cultural nos processos de mobilidade. Essa relação quebra argumentações da literatura clássica sobre o tema, de modo que na ausência da posse da educação formal a importância pode ser atribuída a sua associação à renda, ou seja, com maior qualificação, expressa pelo maior volume de educação formal, existem maiores possibilidades de aquisição de renda. Este é um modelo que pode ser reconhecido nos termos da mobilidade e não apenas em termos de reprodução, como afirma Souza:

O acesso privilegiado ao conhecimento valorizado pressupõe uma renda comparativamente maior da família, de modo a comprar o tempo livre dos filhos para que eles se dediquem apenas aos estudos. Reservado às elites e à classe média, este já é um privilégio que invalida qualquer pretensão tola de merecimento e esforço próprio, dado que, no Brasil, os filhos das classes populares são obrigados desde a adolescência a estudar e trabalhar para ajudar em casa – obviamente, na imensa maioria dos casos, acabam não fazendo bem nem uma coisa nem outra. A compra do tempo livre dos filhos está longe de ser o único privilégio positivo da classe média a ser contraposto aos privilégios negativos das classes populares. Tão ou até mais importantes são as heranças invisíveis e não monetárias. A capacidade de concentração, a percepção da leitura como atividade a ser estimulada, a autodisciplina e o autocontrole, a possibilidade de incorporação dos pensamentos abstrato e prospectivo – tudo isso é repassado aos filhos da classe média de forma imperceptível, como produto da mera socialização familiar. O filho das classes populares é condenado a reproduzir a falta de aptidão dos pais, reproduzida secularmente por práticas ativas de exclusão, exploração, humilhação e abandono. Por conta disso, muitos dos filhos dessas classes, aos 5 anos de idade, já entram na escola como perdedores, condenados ao analfabetismo funcional e, depois, ao trabalho semiqualficado e desqualificado. (2018, p.121)

Regina afirma que não possuiu condições necessárias para empreender um percurso com vistas na educação formal, mas, compreende mesmo assim que

este é um elemento necessário para que exista uma mobilidade social a longo prazo, por este motivo empenhou-se para criar as condições necessárias para que seus filhos pudessem estudar.

Esta evidência pode ser encontrada em outras falas durante a pesquisa que fundamentou esta tese. Diana, outra colaborada de nossa pesquisa faz uma afirmação muito semelhante à Regina quando refere-se aos seus filhos:

Eu tive que parar de estudar por que precisei trabalhar, fui mãe muito cedo, e mãe solteira viu? O pai do meu filho nunca ajudou em nada. Eu sempre quis que meu filho estudasse eu sei que isso é muito importante na vida de uma pessoa. Por mais que eu não tivesse condições de pagar uma escola para ele, eu fui atrás da avó dele para pagar que com muita luta sempre pagou os estudos dele. Depois que eu me casei de novo e tive meus filhos foi do mesmo jeito, sempre coloquei todos para estudar pois a vida da pessoa é melhor quando você estuda. Hoje em dia é muito difícil conseguir um bom emprego, tem que estudar mesmo, por que só tem as coisas assim, estudando para ter um bom emprego para poder ganhar o seu dinheiro. (Entrevista realizada no dia 16 de junho, 2018)

A fala de Diana expressa um esforço de mobilidade social intergeracional nos mesmo moldes daquele empenhado por Regina, a conexão entre a posse de capital cultural e renda são claras. Assim, neste percurso é possível posicionar certas questões de pesquisa: a) a noção preliminar de status elaborada pelos indivíduos da pesquisa associada a aspectos materiais tangíveis; b) A renda como ponte para expressão material de status, apresentando novamente este marcador para as análises com relação a mobilidade social; c) O aumento da renda como aspecto tangível de apreensão da mobilidade social; d) a associação entre a posse e manutenção do capital cultural com o aumento da renda. Todos estes pontos debatem com os pressupostos elaborados por Souza em seus últimos trabalhos que podem ser resumidos na orientação dada pelo autor em *A classe média no espelho* (2018). Estas evidências empíricas mostram como os marcadores de mobilidade podem ser repensados em termos de uma nova ampliação às condições de pesquisa, com um enfoque multidimensional.

3.2 Estratégias de mobilidade social

A compreensão que conecta as percepções de status e classe social não são novas na sociologia. Desde os clássicos, como Weber até a nova sociologia das classes de Bourdieu, a literatura que versa sobre o conceito de status compreende uma equação entre elementos materiais e imateriais que geram sentidos sobre o mundo social e que são protagonizadas por agentes sociais em suas vidas cotidianas. A questão com relação a isso é que estes elementos dentro dos estudos tradicionais sobre o status, constituem marcadores fixos, que são questionados nesta tese em termos de funcionalidade em situações diversas de análises da mobilidade social. Faz-se necessário pensar a partir deste raciocínio quais são os elementos materiais e imateriais que equacionados expressam aquilo que os indivíduos desta pesquisa demonstram em termos de status social, dentro dos seus próprios mecanismos e códigos de linguagem.

Weber resume a diferença estrutural básica entre classe e status definindo que as classes sociais devem pertencer a ordem econômica e que os grupos de status estão dentro da ordem social, ou seja, partem de um mecanismo de negociação da honra da esfera pública. Assim, classe social para Weber pode ser definido como o lugar econômico dentro da estratificação, ou seja o posicionamento real dentro do mercado, enquanto status se refere à estratificação social, ou seja, a distribuição da honra.

A questão é que ao fazer esta distinção conceitual com relação ao status, Weber fornece uma visão mais flexível dos detalhes das diferenças sociais e suas implicações para a experiência de vida dos atores sociais. Esta concepção de status está fortemente conectada a economia que os agentes fazem com as instâncias do poder, ou seja, a ampliação do status significa uma certa redistribuição do poder dentro de um determinado grupo. Empiricamente os indivíduos envolvidos nesta pesquisa compreendem estas expressões weberianas na sua vida cotidiana, Ana Maria, moradora do bairro do Cruzeiro, pontua, em seus termos, que para ela significa status, o que não se distancia do que foi pontuado aqui com relação as implicações weberianas deste conceito.

Status é como as pessoas lhe percebem, é algo que não se tem muito como explicar. Por exemplo, às vezes você pode não ser

muita coisa, não ter um bom emprego ou algo assim, mas aí você faz algo para ganhar status, tipo, você vai a um show com ingresso caro por que as pessoas vão estar lá e vão perceber que você pode estar lá também. Então se você pode compartilhar aquilo com elas você vai se igualando a elas.

Você tem status quando você pode mais, que pode mais tem mais status, na verdade as coisas são assim, as pessoas meio que disputam tudo e você querendo ou não está no meio disso. Você dizer que é uma pessoa mais desapegada e tal, mas em todo lugar é assim. (Entrevista realizada no dia 24 de junho, 2018)

Nesta experiência de pesquisa é possível perceber que o conjunto de sentidos atribuídos a ação dos sujeitos tem características específicas do seu grupo de ação e fazem sentido dentro daquele grupo, reforçando a ideia desta tese de defender uma flexibilização das condições de análise da mobilidade social. Em um ambiente onde os interesses e formas de expressão são compartilhados os sentidos estão expressos pelos próprios agentes, então como reduzi-los à uma proposição teórica que foi criada fora do seu campo de ação? Como não compreender a mobilidade social a partir de suas próprias experiências?

Esta orientação com relação ao compartilhamento dos sentidos pelos agentes filia-se as formas pelas quais Weber pensou a ação comunitária e social, onde uma ação comunitária é orientada com base em uma crença compartilhada de afiliação, em outras palavras, os atores acreditam que eles estão juntos de alguma forma. Sua ação deriva e é coordenada por este sentimento, em contraste, a ação social é orientada para um ajuste racional dos interesses.

Uma das formas mais comuns dos indivíduos desta pesquisa compartilharem sentidos é por meio da expressão do consumo. Este consumo expressa sentido, não é apenas o consumo pelo consumo, impensado e impulsivo, ele medido, calculado em termos simbólicos.

Eu compro mesmo, às vezes a *mulher chia* comigo por que esses perfumes são caros eu compro mesmo. A pessoa tem que andar cheiroso não é por que a pessoa trabalha de pedreiro que vai deixar de ter suas vaidades entende? Eu fico vendo os caras lá na obra eles nem ligavam para nada, mas eu só vou trabalhar com o meu perfume aí eles chegam e falam 'eita João tá cheiroso' 'que perfume é esse?'. Já é outra coisa, aí aqui e ali começa a aparecer um com um perfume também. A gente trabalha é pra ter

as coisas mesmo, é pra comprar. (Entrevista realizada no dia 30 de junho, 2018)

O status é definido como a probabilidade de que as chances de vida sejam determinadas pela honra social ou pelo prestígio. Os grupos de status são vinculados por um estilo de vida comum e pelas restrições sociais correspondentes.

O dinheiro não é necessariamente a causa primária do status, embora seja geralmente associada a ela. Algumas formas de propriedade são conectadas com prestígio, outras não, e a riqueza é um fator determinante das diferenças de estilo de vida das quais depende o status. Weber observa que os monopólios materiais são os motivos mais eficazes para a exclusividade de um grupo de status. Restrições sociais, como padrões de casamento, residência e assim por diante, decorrem de diferenças de riqueza refletidas no prestígio.

Segundo Weber, a dignidade de grupos de alto status é sempre mundana. Envolve seu estilo de vida distinto, como manifesto nos padrões de associação e consumo. As divisões de status tendem a ser codificadas com base na distribuição estável do poder econômico, assim, quando a estratificação econômica é relativamente invariante, as diferenças de status tendem a aumentar.

A concepção de status dos participantes desta pesquisa, expressas em suas falas, podem nos comunicar como estes tem pensado e negociado seu lugar social na vida cotidiana. Isto está condicionado a ideia de mobilidade, pois, para os indivíduos desta pesquisa as melhorias de vida devem ser visíveis, e ao conjunto de efeitos destas melhorias, como condições materiais e reconhecimento simbólico, constitui-se a ideia de status que foi situada empiricamente nesta tese.

3.3 Educação formal e reprodução das estratégias de mobilidade social

Uma das flexibilizações, ou readaptações, que foram abordadas nesta pesquisa com relação aos marcadores tradicionais da mobilidade, referem-se aos processos de apreensão e compreensão da educação formal.

A relação que os participantes têm com a posse e a reprodução da educação formal é extremamente heterogênea. Pontualmente se define duas posturas razoavelmente antagônicas com relação a este marcador: a) não é percebido como necessário, pois não iria impactar o universo social dos indivíduos em termos de suas ambições e objetivos de vida, estes expressos por meio do aumento da renda; b) é valorizado, porém com a mesma finalidade da condição anterior como estratégia para o aumento da renda ou para manutenção desta condição.

Em ambos os casos o marcador da renda reforça a sua posição dentro do universo social dos indivíduos. Esta relação ambígua apontada no parágrafo anterior, pode ser captada por meio das falas dos indivíduos dessa pesquisa. Um caso que pode dialogar com o primeiro ponto com relação ao marcador em questão são as falas de Alberto. Ele não concluiu o ensino médio, trabalhou desde os 14 anos com o seu pai em diversos serviços que se relacionavam com a mecânica de automóveis. O motivo pelo qual não deu seguimento aos estudos na educação formal, segundo ele próprio, foi por escolha:

Meu pai nunca impediu que a gente estudasse nem nunca nos obrigou a trabalhar, tanto que minha irmã quis fazer isso e se formou e tudo, tá até fazendo uma pós agora. No meu caso eu queria ganhar o meu dinheiro, desde moleque eu queria ter as minhas coisas e não me arrependo não, foi por conta disso que eu pude ter o negócio que eu tenho hoje que dá para eu viver tranquilo, tranquilo. Enquanto isso eu vejo muito *neguinho* por ai que estuda e estuda só para ter um diploma embaixo do braço e não arruma emprego nem nada. Não estou dizendo que estudar não é importante, é, mas assim, a pessoa quer é estabilidade né? Eu tenho a minha. (Entrevista realizada no dia 20 de janeiro, 2019)

A fala de Alberto prioriza o aspecto da renda e da estabilidade financeira como prioridade. Os aspectos relativos à mobilidade social do nosso interlocutor não estão condicionados a aquisição do capital cultural, mesmo que esse reconheça a importância deste em outras situações ou para outras pessoas. Quando questionado sobre como ele percebe a reprodução da educação formal para seus filhos Alberto responde:

Assim, a minha filha vai ter a opção dela, ela que sabe se quiser estudar tem meu apoio, mas se quiser as coisas via ter que ser com o dinheiro dela vai ter que ralar igual eu ralei. Se quiser estudar não tem problema, eu dou tudo que ela precisar para isso, só não vou ficar bancando os luxos. Ela vai ver o exemplo dentro de casa, a mãe dela estudou, se formou, trabalha tudo certinho, mas é mais sofrido, tem que viajar daqui pra Natal direto, as vezes não pode nem ver ela e tal. Já eu não estudei o que a mãe dela estudou mas quem mantém elas de tudo dentro de casa sou eu. (Entrevista realizada no dia 20 de janeiro, 2019)

A valorização da renda, e dos aspectos relativos a mesma são recorrentes na fala dos entrevistados. O diálogo com a educação formal legítima sempre é posto em questão, ou seja, a presença desta é constantemente percebida e negociada no universo simbólico desta pesquisa.

Passa-se para uma segunda chave de interpretação da relação entre o capital econômico e simbólico nesta pesquisa, também muito recorrente durante os diálogos com os participantes, que é a educação formal como ponte para o capital econômico. Este é um ponto relevante por que é um meio de compreensão de mobilidade social que inclui o fator renda novamente no debate, e o coloca em relação com outra forma de capital que tem figurado nas pesquisas recentes sobre o tema como antagônico, a educação formal.

Marcos (família 02), um dos entrevistados, relata que para ele estudar é importante quando tem uma funcionalidade prática, tangível, e quando isso é equacionado em um aumento efetivo da renda do trabalho.

Essa coisa de estudar é bom pra ganhar dinheiro, quando a pessoa escolhe uma coisa que preste é bom, mas se for para a pessoa não fazer nada então a gente vai estudar para que? Mas, tem os casos, eu trabalhei minha vida toda como mestre de obras, sei fazer tudo, tanto que você sabe até essa minha casa aqui quem construiu fui eu, não gastei um centavo com mão de obra, mas ai seu Almir, aquele galego que que mora ali por traz da Santiago, me indicou para uma obra ai de uma construtora, um trabalho bom lá para ir fiscalizando *os pião* e tudo, nem ia pegar no pesado nem nada, mas ai deu problema por que eu não tinha o curso de pedreiro do Senai. Ai no final das contas eu disse “eu vou” ai fui fazer esse curso, uma demora danada só para ver as mesmas coisas que eu sabia, eu até ensinava lá a mulher que estava dando aula, bem novinha toda desorientada a pobre, ai agora estou com o certificado esperando ser chamado, por que aquela vaga que tinha

me oferecido já foi. (Entrevista realizada no dia 24 de janeiro, 2019)

Pensar a renda nestes termos não é dizer que renda é sinônimo de classe social, mas sim apontar que o fator renda está presente no debate e que para além de sua função direta e objetiva na vida social a renda do trabalho também impulsiona uma série de outros fatores simbólicos, como o poder de escolha relacionada ao consumo, nos termos que já foram postos neste trabalho, e um maior acesso a lugares e experiências.

3.4 Historiando o processo de formação urbana e social dos bairros da “nova classe média” de Campina Grande

Esta pesquisa, em termos empíricos, é uma ampliação continua do que eu já havia iniciado ainda no momento de iniciação científica, ou seja, como já posto anteriormente nesta tese, dois dos bairros em que trabalhei já vinham sendo visitados desde o ano de 2011, assim, é preciso compreender os motivos pelas quais os bairros em questão foram escolhidos para o desenvolvimento de minhas investigações.

Para facilitar a compreensão do quadro geral dos bairros em questão os coloco em dois grupos: a) Bairros do Cruzeiro e Presidente Médici; b) Bairros do Novo Cruzeiro, Liberdade, Malvinas, Palmeira Imperial e Dinamerica. Esta divisão é necessária pois demarca diferentes níveis de volume de pesquisa, sabendo que o primeiro grupo em questão está sendo acompanhado por mim desde o ano de 2011 com continuas pesquisas sobre este tema e o segundo grupo foi incorporado à pesquisa a partir do ano de 2015.

No ano de 2013 realizei minha pesquisa de mestrado que envolvia aspectos das trajetórias de mobilidade social associadas às modificações no espaço urbano, ficou evidente a interconexão entre a história produzida nos bairros, expressas através da modificação de sua feição urbana, e a modificação nos modos vida e visões de mundo dos seus moradores em processo de mobilidade, que naquele momento destaquei como uma *mobilidade social sem mobilidade social espacial*. Por este motivo é preciso conhecer a história dos bairros em

questão, compreender também que estes se expressam de formas diferentes tanto termos de suas origens quanto com relação ao seu desenvolvimento.

Os bairros do Cruzeiro e Presidente Médici, primeiros bairros a integrarem esta pesquisa, estão locados em um mesmo grupo sobretudo por que, mesmo tendo pontos de partidas distintos, se desenvolveram de forma muito semelhante dentro da malha urbana da cidade de Campina Grande.

Construído pela CEHAP (Companhia Estadual de Habitação Popular), com as obras da primeira fase de consolidação das casas finalizadas no ano de 1988, o bairro do Presidente Médici foi pensado para abrigar famílias com baixa renda para os padrões da época. A estrutura física das casas era relativamente simples, um banheiro social, uma sala e uma cozinha (sem quartos). O modelo era conhecido pelos moradores como “embrião”, que ficava em um terreno que era dividido entre quatro casas e a cada quatro se construía um muro que as mantinham em um pequeno bloco.

No ano seguinte, em 1989, a segunda fase do projeto do bairro foi finalizada, versava sobre a parte sul, que fazia fronteira com o bairro do Cruzeiro, um segundo lote de casas foi entregue com o mesmo formato que o lote anterior.

O bairro do Cruzeiro por sua vez constituiu-se a partir da urbanização de uma grande propriedade privada de terra, que pertencia a um fazendeiro da região chamado Felizardo Ribeiro. Nos arredores de suas posses, pessoas começaram a construir suas casas, negociando lotes de terra com o mesmo e logo após a sua morte a parte conhecida hoje como bairro do Cruzeiro foi herdada por seu filho, Manuel Ribeiro da Silva, que a partir de 1960 deu início a venda fracionada de lotes de terras.

É preciso perceber para quem e por quem foram constituídos estes bairros, para que possamos compreender as relações entre suas modificações físicas e as necessidades simbólicas de seus habitantes. Segundo Cabral (2007, p. 145):

[...] o espaço (e sua vivência) é uma equação dada pela morfologia e pelos diferentes sentidos que ela é capaz de veicular e condicionar. Construídos socialmente, os sentidos e significações da organização do espaço são sempre tributários de um universo relacional: da relação entre coisas espacialmente distribuídas, da relação entre os objetos e suas funções, da relação entre esses objetos

e as práticas que aí tem lugar, dos lugares com as coisas e aí sucessivamente.

Neste escopo, SECCHI (2005, p. 181), em sua obra *A cidade do século vinte*, mostra o lugar na pesquisa da estrutura da casa:

O principal terreno da experimentação é o da moradia: seja da versão rica ou opulenta, da casa urbana individual, ou da moradia e edifícios destinados a muitas famílias pertencentes a grupos sociais mais favorecidos, seja na sua versão de habitação popular, que com a política de redistribuição de riqueza, se propõe a dar uma resposta as exigências fundamentais das famílias e grupos sociais menos favorecidos pela história.

Desde então, diferentes investimentos públicos e privados têm promovido alterações significativas na feição urbana dos bairros Presidente Médici e Cruzeiro. A reforma da Avenida Juscelino Kubitschek, concluída no ano de 2009, é um dos principais emblemas dessas alterações. A avenida foi pavimentada, um canteiro central com pista para caminhada também foi construído, iluminação e a instalação de um pequeno centro comercial que antes funcionavam em condições precárias em frente à Escola Estadual Raul Córdula, foi instalado no entorno da pista. Esta ação pública custou mais de R\$ 6 milhões, nas três etapas de revitalização e urbanização, além da construção de uma academia popular inaugurada em 2011 na mesma avenida. Nos últimos anos, muitos empreendimentos comerciais foram instalados na avenida, como panificadoras, restaurantes, bares e lojas de roupa entre outros; e na Rua João Cavalcante, no bairro do Presidente Médici, mais de 10 residências deram lugar a estabelecimentos comerciais, incorporando uma gama de elementos próprios àquele espaço construído de modo que organizam, hierarquizam social e economicamente e, sobretudo, configuram o caráter primordial da sua funcionalidade.

O espaço urbano supõe redes, malhas que determinam a composição física e política do território, são eixos político-sociais em relação estrutural e funcional (FERRARA,2010, p.169). Na análise das transformações sofridas pelos bairros do Cruzeiro e Presidente Médici, principalmente na última década, percebe-se que as demandas da população vêm criando efeitos diretos na

paisagem urbana local, além dos empreendimentos comerciais, dezenas de empreendimentos imobiliários foram concluídos ou se encontram em fase de construção ou planejamento. Nos últimos 10 anos, foram construídos 08 residenciais, em que cada apartamento se encontra avaliado entre R\$ 110 mil e R\$ 135 mil e 36 novas casas, com valores entre R\$ 120 mil e R\$ 160 mil. Esses empreendimentos foram viabilizados pelos subsídios concedidos pelo governo federal através do programa Minha Casa Minha Vida. Um novo conjunto habitacional se estende do Bairro do Cruzeiro para fora dele, dando origem a um novo bairro chamado de Novo Cruzeiro, cujas residências já começaram a ser distribuídas pela CEHAP a partir de setembro de 2013. Lidou-se, portanto, com uma situação que tem como alvo famílias com perfis específicos, no caso das casas financiadas pelo programa Minha Casa Minha Vida, o fator renda vem acompanhado da idade média (que nos moldes ideais para o financiamento gira em torno de 22 a 42 anos) e composição familiar, este conjunto define a viabilidade ou não da aprovação do financiamento. No entanto, deixa-se de lado estes dados de modo a organizar o quadro situacional em relação ao objeto de pesquisa, e não como demarcação teórica que pressupõe definições sociais por renda. A partir da compreensão de uma nova sociologia das classes, o escopo da análise tem sido ampliado de forma a incorporar efeitos diferenciados de padrões educacionais, gostos e estilos de vida, relações de vizinhança, dimensões emocionais e afetivas da vida social, entre outros aspectos, nas vivências de classe (HEBSON, 2009). Compreender como o processo de mobilidade social sem correspondência com mobilidade espacial urbana desta parcela da população, a chamada “nova classe média”, colabora para a constituição do espaço urbano ao qual está conectada, possibilita, segundo GOTTDIENER (1985), compreender as dinâmicas sociais que envolvem os indivíduos de forma mais ampla:

A perspectiva proposta entende a organização sócio-espacial não como uma estrutura conceitual ultrapassada das formas espaciais baseadas na cidade, mas como uma consequência direta das relações entre processos econômicos, políticos e culturais. (GOTTDIENER, 1985, p. 196)

Ao entrevistar 20 famílias do bairro do Presidente Médici, em pesquisa de iniciação científica junto ao curso de Ciências Sociais da UFCG, no ano de 2012, descobriu-se que nos últimos dez anos as residências subiram de preço de forma relevante, chegando algumas vezes ao dobro do seu antigo valor, igualando-se ao preço de casas de bairros já estabelecidos no âmbito simbólico da cidade como de classe média. Com uma especulação imobiliária que explora o imaginário do usuário criando padrões de vida diferenciados (FERRARA, 2010), compondo um autorretrato (O'DOUGHERTY, 1998) daqueles que ascendem na hierarquização social da cidade, sendo definido por uma série de efeitos não mais apenas norteados pelo viés econômico. Em uma nova incursão a campo no ano de 2014, foi possível perceber que existe uma naturalização do custo de vida nestes locais. Os moradores, recentes ou não, quando questionados, percebem o bairro em que vivem como de classe média. O público alvo de novas habitações construídas nos bairros do Cruzeiro e Presidente Médici é a Classe C. Para financiamento destas residências, é necessário que o comprador tenha uma renda mínima de pouco mais de dois salários mínimos, o que lhes enquadram categoricamente na Classe C, além de uma entrada de pelo menos 15 mil reais a ser paga à construtora. No entanto, estas condições, mesmo que relevantes, constituem um dado no cenário necessário ao investimento metodológico que pretende analisar trajetórias das famílias, de modo a acoplar às narrativas dos indivíduos a respeito das posições por eles ocupadas ao longo do tempo nas histórias das coisas (casas, móveis, etc.) que simbolizam/refletem as mudanças em suas subjetividades. Ao adotar um enfoque sobre as trajetórias de mobilidade social que não prioriza apenas o fator renda como determinante, enfrenta-se um severo desvio metodológico, que tem como foco observar e compreender as vivências dos indivíduos em sua condição social. Figueiredo (2004) atesta a importância do estudo das trajetórias de mobilidade social e o significado de características particulares na vivência desse processo. Para Bourdieu (2007, p. 104):

(...) a posição e a trajetória individual não são, do ponto de vista estatístico, independentes na medida em que nem todas as posições de chegada são igualmente prováveis para todos os pontos de partida: eis o que implica a existência de uma correlação bastante forte entre as posições sociais e as disposições dos agentes que as

ocupam ou, o que vem a dar no mesmo, as trajetórias que levaram a ocupá-las e que, por conseguinte, a trajetória modal faz parte integrante do sistema dos fatores constitutivos da classe (...).

Ao focar as trajetórias de mobilidade social, mapeando a diversidade de trajetórias possíveis num determinado espaço social, filia-se ao que Boltanski e Chiapello (2009) chamam de “estudo das variações observadas”. É preciso atenção também às narrativas das pessoas sobre suas vivências. Como elucida Becker (1998, p. 84), este seria um instrumento indispensável para compreender as suas visões de mundo: Estilos de análise narrativos concentram-se em encontrar histórias que expliquem o que Isso é, e como se deu dessa maneira. Quando um analista causal trabalha bem, o resultado é uma grande proporção de variância explicada. Quando um analista narrativo trabalha bem, o resultado é uma história que mostra como esse processo tinha de levar a esse resultado. Nesta dissertação, buscou-se aprofundar os investimentos sobre o tema proposto, de modo a elaborar uma perspectiva sociológica mais sensível aos “aspectos da vida cotidiana das pessoas, que por motivações pessoais ergueram um novo quadro socioeconômico no Brasil” (SOUZA, 2010, p. 32), contribuindo para a análise de suas trajetórias de mobilidade social ascendente relacionando-as com as novas configurações do espaço urbano.

Os bairros do Cruzeiro e Presidente Médici surgem na cidade de Campina Grande como bairros destinados às classes populares; carentes, em sua fundação, de infraestrutura urbana e de serviços públicos como saúde e transporte e sem acesso regular a saneamento básico.

As transformações urbanas vivenciadas nestas áreas mudaram o status destes bairros, que apresentam ruas pavimentadas e maior acesso ao consumo de bens e serviços. Os novos investimentos imobiliários realizados nos últimos anos, com a construção de condomínios residenciais e de novas moradias, completam o feixe de intervenções que têm modificado a feição urbana local. Neste capítulo, busca-se responder duas questões principais: quais trajetórias de mobilidade social foram encontradas na pesquisa de campo? E como estas trajetórias conectam vivências individuais e experiências coletivas num dado espaço urbano? E, assim, avançar numa perspectiva de análise da mobilidade social que considere não apenas a mudança de posição numa certa estrutura de

estratificação social, mas que procure apreender – a partir da pesquisa sobre as diferentes trajetórias de mobilidade – as maneiras pelas quais essa mobilidade se realiza.

Se a mobilidade social se define a princípio em termos econômicos, uma perspectiva sociológica não pode se fundamentar unicamente em aspectos como renda ou consumo, nem se esgota em considerações sobre diferenças da educação formal realizadas numa perspectiva não processual. Em “A distinção” (2007), Bourdieu enfatiza a importância de se considerar a trajetória dos indivíduos num determinado espaço social, trajetória que é um elemento importante na compreensão das variações entre membros de uma mesma fração de classe.

A incorporação de uma perspectiva que leve em conta a trajetória de mobilidade social nesta dissertação busca conectar presente e passado, permitir uma apreciação do tema da mobilidade e das classes a partir das vivências individuais em um campo que expressa os constrangimentos sociais que operam num determinado tempo e espaço.

Mas há ainda um outro motivo para a ênfase nas trajetórias de mobilidade social. O debate sobre o tema da emergência da chamada “nova classe média” no Brasil tem girado, como já dito anteriormente, em torno de dois tópicos recorrentes: o problema da classificação e o problema do consumo. Ou seja, traz à tona um questionamento: trata-se mesmo de uma nova classe média? Esta nova classe média se define fundamentalmente pelo consumo? Ao se debruçar sobre trajetórias de mobilidade social, busca-se escapar a estas questões. Ou, dito de maneira mais precisa, contorná-las, para que sejam retomadas a seguir numa perspectiva renovada. Qualquer classificação que não considere aspectos processuais da vida social e os novos significados que são dados a diferentes aspectos de nossas vivências coletivas é sempre problemática. No limite, porém, novos contingentes de pessoas não precisam experimentar certos eventos (e muitas vezes não têm como fazê-lo) da mesma maneira que foram experimentados no passado, e, assim, não é incorreto, a princípio, falar da emergência de uma nova classe média no Brasil, querendo dizer que estes indivíduos que experimentam mobilidade social não possuem as mesmas experiências de mobilidade vivenciadas no passado.

Talvez seja menos arbitrário chamar este grupo social de nova classe média (considerando a diversidade de ocupações a que se dedicam seus membros) do que de nova classe trabalhadora. Mas se alguém deseja recorrer a ideia de nova classe média para indicar mudança no quadro de desigualdade no Brasil, seria um uso inadequado e politicamente perigoso, pois as distâncias sociais no Brasil persistem e se renovam. Por outro lado, são claramente preconceituosas as tentativas de definir a chamada “nova classe média” por algum tipo de consumo distintivo ou por uma certa fixação no consumo. Como ensinam Mary Douglas e Baron Isherwood (2004), todos os indivíduos se definem e definem aos outros pelo consumo. É pelo consumo de bens (e não na sua produção) que efetivamente operamos classificações. Toma-se “consciência” de quem é na relação com os bens consumidos. O consumo é o meio principal de integração social, nesta perspectiva. Pobreza é justamente a imposição de fortes limitações ao consumo, que é o mesmo que a imposição de fortes limitações à troca de informações entre indivíduos que enfrentam pesados constrangimentos ao consumo de bens. Nas vivências de mobilidade social, porém, o consumo só ganha significado sociológico quando considerado nas trajetórias vividas.

Já o bairro Palmeira Imperial é o único bairro desta pesquisa que foi construído de forma planejada pela iniciativa privada. Com obras finalizadas no ano de 2012 o Palmeira Imperial teve o início de sua construção em meados do ano de 2010, em um momento de grande ebulição da iniciativa privada com relação ao investimento em construção de casas. Este bairro não pode ser acompanhado em termos de trajetória, como pontuado em um trabalho anterior com relação a uma mobilidade social sem mobilidade espacial. Por outro lado, ele representa a forma urbana de um resultado de mobilidade em termos materiais.

Kleber, morador do bairro Palmeira Imperial, pontua a mudança para o bairro como um aspecto material de sua mobilidade social.

Aqui foi minha vitória, morei de aluguel muito tempo, mas logo no começo quando eu me casei eu morava com meu sogro, comprei essa casa aqui com meu dinheiro, na época eu juntei para poder dar a entrada e agora valeu a pena, por que o que eu pago de parcela hoje é quase nada em relação ao que era antes por que as parcelas são fixas e o dinheiro foi desvalorizando né? Pra mim vim morar aqui

foi um salto muito grande, você pode ver que aqui é tudo um pessoal mais ou menos, no começo tinha uns assaltos mas não tem a ver com o pessoal daqui não por que aqui é tudo gente de bem, tem a ver com esses bairros vizinhos ai. (Entrevista realizada no dia 20 de agosto, 2018)

O caso em questão mostra o bairro como forma material da elaboração de em torno do status, nesta situação estão envolvidos capitais distintos, como o capital econômico e o capital simbólico do bairro, ambos em como forma de expressão de mobilidade social. Este ponto específico mostra como a renda pode ser inserida no debate quando está em diálogo com outros capitais relevantes para a percepção de mobilidade social dos indivíduos de uma forma ampla, ressaltando a importância da pesquisa empírica para compreensão dos elementos que envolvem as múltiplas dimensões da mobilidade.

3.5A análise da mobilidade social com foco nas experiências

Compreende-se neste momento que as experiências são uma expressão do acúmulo de significados sociais ao longo de uma trajetória, no caso em questão interessa a ênfase nas experiências de mobilidade social, que estão postas em diversos aspectos da constituição do indivíduo, tanto em modos de comunicação social como um todo, e por comunicação neste caso abarcamos diversos significantes, como o consumo por exemplo, como em termos das expressões simbólicas de maneira mais ampla.

A noção de trajetória que foi usada nesta pesquisa com a finalidade de captar experiências de mobilidade social ao longo de um certo recorte histórico tem a ver com as relações entre as subjetividades individuais e o universo material relações humanas, em um processo dialético de transformação que estão expressos sobretudo em forma e biografias (MONTAGNER, 2007). Por este motivo foi importante para esta pesquisa a incursão empírica às unidades familiares.

Assim, ao analisar aspectos relativos a mobilidade social, e sobretudo com a intenção de incorporar o aspecto multidimensional desta mobilidade, objetivo central desta tese, é preciso compreender como as pessoas que compõe o universo desta pesquisa chegaram ao ponto que chegaram, tanto em termos

materiais quando em termos simbólicos, pois os significados específicos das frações sociais são geridos dentro do processo de mobilidade cujas as trajetórias e experiências podem ser distintas e captadas por meio da análise de suas bibliografias. Para Mills (apud Montagner, 2007, p. 247-248):

A ciência social trata de problemas de biografia, de história e de seus contatos dentro das estruturas sociais. São estes os três – biografia, história e sociedade – pontos coordenados do estudo adequado do homem (...). Os problemas de nosso tempo – que incluem o problema da natureza mesma do homem – não podem ser formulados adequadamente sem aceitarmos na prática a opinião de que a história é a medula do estudo social, e reconhecermos a necessidade de desenvolver mais uma psicologia do homem que seja sociologicamente fundamentada e historicamente relevante. Sem o uso da história e sem o sentido histórico das questões psicológicas, o cientista social não pode, adequadamente, formular os tipos de problemas que devem ser, agora, os pontos cardeais de seus estudos.

Assim, quando se fala em classe social, por exemplo, existe a necessidade intrínseca dos estudos relativos a mobilidade social, pois enquanto a classe social é o resultado relativo estático da estratificação social a mobilidade social é o movimento que dá origem a esta estrutura. Nestes termos pensamos nas formulações do que se convencionou chamar de a nova sociologia das classes, inaugurada por Bourdieu e destacada por Montagner, com relação a observância dos processos sociais que ao longo da vida das pessoas constituem formas de ser e estar nas sociedades.

(...) o resultado construído de um sistema dos traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias. Precisando mais o conceito, Bourdieu aponta que uma trajetória é a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo. Essa objetivação resulta em uma trajetória, que diferentemente das biografias comuns, descreve a série de posições sucessivamente (...) em estados sucessivos do campo (MONTAGNER, 2007, p. 254).

Montagner (2007) destaca que a trajetória social é o movimento dentro de um campo de posições definido estruturalmente, com fronteiras materiais e simbólicos que estão sendo constantemente sendo negociadas, e que toda

trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social. Nas negociações simbólicas das fronteiras de classe, ou nas estruturas sociais, pode-se articular um argumento em torno do fato de que estas negociações são fluídas, ou seja, as demarcações de fronteiras das estruturas sociais irão várias em termos de volume e valor socialmente atribuído aos seus marcadores, assim, perceber as trajetórias de mobilidade nos conduz a compreender que as dimensões que são cercadas por fronteiras de classe podem várias, e que certas delimitações, ou estabelecimento de marcadores fixos podem não ser eficientes em todos os casos de análise. Daí a necessidade de se expandir a compreensão com relação a estes marcadores, onde, partindo das experiências dos indivíduos podemos identificar em suas biografias, tanto individuais como compartilhadas, quais são ou foram os marcadores que em suas experiências se tornaram de fato determinantes para composição de suas visões de mundo e noções do universo social que os cercam, sem que para isso os reduzimos aos esquemas teóricos pré-estabelecidos.

O uso da noção de trajetória aqui, porém, não tem como objetivo produzir uma reconstrução sistemática de padrões ou regularidades sociais. Optou-se por privilegiar recortes significativos das vivências de mobilidade, apresentadas com a preocupação de demarcar experiências ou percepções que informam a mobilidade social nas famílias incluídas nesta pesquisa.

As análises das experiências de mobilidade social foram reconstituídas através de entrevistas realizadas com pelo menos dois membros de cada família, para que fosse possível perceber o que não era dito nas pesquisas estatísticas. Este contraponto é apontado por Giddens (2014) com relação a ênfase que deve ser empenhada nas experiências de vida nas análises de mobilidade social:

Os estudos foram dominados por pesquisas em larga escala destinadas a avaliar a medida da mobilidade social. No entanto, alguns estudos tentaram retificar o usando métodos qualitativos a fim de obter um conhecimento mais detalhado da experiência das pessoas ligada às oportunidades de mobilidade ao longo do curso de vida. Em *Path ways to social class* [Caminhos para classe social], Bertaux e Thompson (2007) utilizaram histórias de vida e estudos de caso de famílias e comunidades para aprofundar alguns aspectos qualitativos da mobilidade social, como dinâmica familiar, ‘sonhos com carreiras que nunca se concretizaram’ e todas essas interações são

captadas em pesquisas. Dessa forma a pesquisa qualitativa oferece a possibilidade de cobrir as dimensões subjetivas da mobilidade social (ou a ausência dela) e, por tanto, ajuda a aproximar os níveis micro e macro. (p.162)

Este é justamente o ponto central de nossa pesquisa com relação a absorção qualitativa das experiências de mobilidade social, buscar ir além do que se alcançou com relação ao que foi captado por dados estatísticos. Não que já não tenham sido feitas tentativas de um trabalho mais qualitativo com relação aos processos de mobilidade social no Brasil, em *Os batalhadores* (2012) Sousa assume esse desafio de, através da ótica do indivíduo, perceber quais as mudanças com relação as estruturas de classe no Brasil pós anos 2000.

“(...) é sempre difícil definir um fenômeno social que está se constituindo ‘em ato’ defronte de nossos olhos. Esse foi, inclusive, o maior desafio tanto teórico quanto empírico do livro que fizemos. No decorrer do trabalho com as entrevistas, percebemos se tratar de fenômeno distinto do que o anunciado com certo triunfalismo nos jornais. Procuramos primeiro separar este estrato da classe média estabelecida. Não se consegue fazer isso apenas com a variável renda, que é, no entanto, infelizmente, o que se faz sempre. (p.39)

A análise das ocupações dos membros das famílias incluídas na pesquisa de Souza mostra que a chamada “nova classe média” não se constitui como um grupo homogêneo, passível de ser enquadrada em terminologias como as propostas pelo autor, como “batalhadores” e “nova classe trabalhadora”.

Kapp (2012, p.32) argumenta que *“em suma, o simples aumento da renda não deveria ser chamado de mobilidade social porque não move o indivíduo de sua posição de dominado”*, porém é preciso perceber que existe uma mobilização de modos de vida, uma transformação de perspectivas e planos para o futuro, focados no investimento de maior bem-estar. Empiricamente essa mobilidade social acontece quando os indivíduos analisados historicam modificações estruturais nos seus modos de vida e enxergam a possibilidade da ampliação com relação à qualidade de suas condições atuais existência. Não há o que se argumentar com relação à heterogeneidade do fenômeno de mobilidade social no Brasil, e em igual medida como ele foi experimentado pelos brasileiros de formas diferentes e em condições diferentes.

Para GOTTDIENER (2010, p.196), é preciso verificar as relações que são socialmente produzidas dentro da cidade para além de sua composição física e estrutural, percebendo a produção do espaço urbano de forma mais ampla, de modo a incorporar diversos fatores das relações sociais em sua análise.

A perspectiva proposta entende a organização sócio-espacial não como uma estrutural conceitual ultrapassadas das formas espaciais baseadas na cidade, mas como uma consequência direta das relações entre processos econômicos, políticos e culturais, na medida em que se vinculam a geografia regional de áreas metropolitanas. (...) Consequentemente a visão sintética da produção do espaço urbano requer um entendimento integrado tanto da natureza tridimensional da organização sócio espacial na medida em que desenvolve ligações hierárquicas com lugares, quanto das relações contextuais ou interativas, como as que promovem a aglomeração. Além disso, esse arranjo tridimensional, a matriz spatiotemporal de atividades sociais que circunda os lugares, implica um entrosamento inter-relacionado de forças culturais, políticas e econômicas.

O'Dougherty (1998) com relação ao que seria a classe média no Brasil esse quadro seria completamente inviável.

Pesquisas históricas chegaram perto de concluir que a classe média no Brasil tem sido modelada e definida pelo consumo. Em seu estudo sobre as classes médias no Rio de Janeiro e em São Paulo, antes de 1950, Owensby (1994) ressalta que as identidades de classe média se forjavam principalmente em oposição à classe operária, e que as distinções de classe se baseavam não apenas no exercício do trabalho não manual, mas também na educação e nas práticas de consumo (inclusive diferenças no tamanho das residências, no número de empregados domésticos e no modo de vestir. (p.122)

Nesta pesquisa evidenciou-se a constituição de formas de se relacionar com o espaço social comuns, aspecto este que para Pereira e Catani (2002) são condicionantes importantes para que se possa definir, com foco em uma nova sociologia das classes, o que seria classe social.

Todos os agentes ocupando posições próximas no espaço social são proprietários de volumes iguais de capital (ou apresentam entre si diferenciais de capitais relativamente

pequenos), estão propensos às mesmas práticas, têm elevada probabilidade de encontros físicos e afinidades simbólicas. Esses agentes, apresentando a mesma classe de habitus, constituem recortes sociais que se pode chamar de classes. Proximidade no espaço social significa o intercâmbio das mesmas práticas (escolha das mesmas escolas, gosto pelas mesmas bebidas, mesmos esportes) e afastamento significa práticas distintas (escola pública ou privada, aguardente ou whisky, truco ou bridge, entre outros). Ou seja, verifica-se uma rigorosa homologia entre o espaço social, conjunto de posições mutuamente exteriores, e o espaço simbólico, conjunto de práticas e preferências constituidoras dos “signos distintivos” por meio dos quais os agentes sociais se reconhecem. (Pereira & Catani, 2002, p.112)

A relação com o espaço social pode ser mais um dos novos marcadores compreendidos dentro de uma análise multidimensional da mobilidade. Como ficou evidente em meu trabalho anterior sobre mobilidade social sem mobilidade espacial, o espaço da cidade dialoga com as trajetórias de mobilidade e se relacionam com as mesmas em diferentes aspectos, sejam eles como uma forma de expressão da mobilidade ou como objeto em si da mobilidade social, que seria o caso de pessoas que se mudam de um bairro periférico para um bairro de classe média por exemplo.

O primeiro passo para o mapeamento das famílias que encontram-se nesta pesquisa foi a aplicação de um questionário¹² que tinha como objetivo verificar o número de pessoas por residência, compreendo nesta tese que quando nos referimos a família não estamos falando de toda a teia familiar dos indivíduos desta pesquisa, mas sim aqueles que convivem em uma mesma residência, tendo ou não laços consanguíneos. Este questionário foi a nossa porta de entrada, e foi seguido da aplicação de um *survey* que tinha por finalidade verificar de forma detalhada questões individuais de cada membro, como escolaridade, posição política, renda etc.

Assim, buscou-se conhecer de perto o cotidiano das famílias envolvidas nesta pesquisa, quando, em um momento posterior a aplicação do *survey*, me empenhei em outras visitas as residências para aplicação de entrevistas semiestruturadas que tinham a finalidade de captar, através das falas dos indivíduos, aspectos relativos as suas experiências de mobilidade.

¹² Tanto o questionário quanto o Survey foram colocados em Anexo nesta Tese

Não havia de fato outro modo de captar as experiências das pessoas que não fosse ouvindo o que elas tinham a me falar sobre isso, para que com este material eu tivesse condições de me empenhar em uma compreensão mais ampla do que seriam estes aspectos em termos de uma teorização mais geral. Foi desta forma que surgiram os pontos e as falas que foram colocados em debate nesta tese, dando voz aos indivíduos e buscando, por meio destas falas captar as múltiplas dimensões da mobilidade social no Brasil do ano de 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir um argumento em torno da ampliação das possibilidades de investigação da mobilidade social é um esforço teórico que acaba por deslocar uma empreitada intelectual que se relaciona com outros aspectos da teoria sociológica.

É possível afirmar que as conclusões a que este trabalho chegou só foram possíveis por esta tese ser uma continuidade, em termos de pesquisa de campo, de trabalhos anteriores. Este percurso, que teve início ainda no ano 2012, com uma pesquisa de iniciação científica, sendo melhor elaborado e moldado quando no momento de execução do curso de mestrado e posteriormente de doutorado, acompanhou os desdobramentos deste tema desde o início das discussões no Brasil que versam sobre esta mobilidade social em termos do conceito de “nova classe média”.

Neste momento o tema da mobilidade social também estava posto em debate, por mais que não estivesse figurado de maneira explícita, falava-se de dinâmicas de movimentação entre as classes sociais. Porém, quando as atenções sobre o tema se voltaram para o debate sobre as questões conceituais das classes médias o que era exposto sobre mobilidade social no final dos anos 1990 com Pastore deixou de ser o foco das análises.

Em termos históricos, este trabalho não teve a oportunidade de acompanhar simultaneamente a discussão do final dos anos 1990 com relação a mobilidade social, mas pôde desde o início, do que se chamou de a segunda fase dos debates sobre mobilidade no Brasil, temporalmente demarcados no que fora denominado nesta tese como período pós anos 2000, acompanhar, verificar a literatura e sobretudo realizar pesquisas de campo com relação ao tema. Assim, houveram discussões em diversos aspectos deste fenômeno, quando no ano de 2014 trabalhou-se com o que fora intitulado como mobilidade social sem mobilidade espacial. Houveram posicionamentos com relação ao tema da até então chamada “nova classe média”, retirando as aspas e admitindo, a partir da pesquisa realizada que de fato havia uma classe média com status de nova na cidade de Campina Grande, e partindo deste pressuposto concebi a ideia de que sim, no Brasil, naquele momento, haviam surgido novas classes médias. A

espinha dorsal do argumento com relação a existência destas novas formas de classe, era que elas poderiam não ser ou ter a estrutura de classe ou os mecanismos de interação social idealizados pela literatura sobre o tema, mas que isso não poderia dizer que elas não eram o que expressavam em seus cotidianos. Assim surge a necessidade de encontrar um novo lugar na teoria para compreender estas novas dinâmicas, e não trazer velhos conceitos que adequam ou anulam os fenômenos sociais que não estão previstos dentro de suas dinâmicas conceituais.

A questão retorna, portanto, ao debate que se acredita ser central com relação as classes sociais no Brasil, no recorte histórico escolhido, que é a mobilidade social. Desta forma, analisando a argumentação anterior, foi possível reparar que o problema está inserido naquilo que os estudos sociológicos haviam estabelecido enquanto fronteiras de análise para constatação ou não do fenômeno da mobilidade. Estas fronteiras eram figuradas por marcadores, estes por sua vez eram herdeiros de outros marcadores da literatura clássica com relação ao tema que versa sobre dinâmicas e realidades sociais do mundo europeu e norte-americano. Estes marcadores são transportados para o Brasil, sem que exista uma adequação precisa em relação a sua eficácia dentro de uma realidade social tão particular.

O protagonista deste *modus operandi* da teoria com relação as análises da mobilidade social no Brasil, sem dúvidas é o autor Jessé Souza, que se coloca no debate com relação a este fenômeno, desde o início, quando se versava sobre a nomenclatura da nova classe média. Com Souza, o debate sobre o tema sai da academia, ganha prateleiras em livrarias com obras direcionadas ao público não especializado sobre o tema, assim como o debate em diversos programas da TV e internet. Por mais que estes trabalhos tenham sido concebidos para um público não especializado, eles carregam as argumentações sociológicas do autor com relação ao tema da composição das classes sociais no Brasil, e por uma questão de volume, pode-se dizer, sem dúvidas, que Souza é o mais atuante sobre o tema no Brasil. Então não houve uma forma de debater, em termos teóricos sobre o tema sem a presença deste autor, assim também como, com relação ao debate sobre as nomenclaturas,

retirar do diálogo as proposições realizadas por Neri, que o próprio Souza ainda cita em pleno 2018 em seus textos e entrevistas.

A tarefa que esta tese se propôs pode ser resumida de maneira sucinta no empenho em ampliar as possibilidades de investigação com relação a mobilidade social incorporando ao debate novos marcadores e tratando de forma mais flexível os antigos já existentes. Incluindo assim outros aspectos de diversas dimensões sociais das relações dos indivíduos, culminando na elaboração conceitual de uma mobilidade social multidimensional. Para enfrentar e concluir esta proposta a pesquisa de campo foi fundamental. Em um primeiro momento, na pesquisa anterior ao nível de mestrado que serviu de subsídio para esta, foi utilizado o termo “trajetórias de mobilidade social” para investigar os caminhos que as pessoas percorreram em seu curso de mobilidade, com a finalidade de compreender quais eram as modificações e permanências em seus modos de vida e quais foram as condições que criaram as visões de mundo que eles tinham naquele momento. Já na construção desta tese, passou-se a usar o que fora intitulado de “análise das experiências de mobilidade”, agora não mais focando em uma trajetória, de certa forma, histórica da vida dos indivíduos, que versava sobre suas biografias, mas com interesse em como eles percebiam, no momento atual, suas possíveis melhorias de vida.

Foram percorridos um curso de 62 entrevistas, algumas delas com famílias que já vinham sendo acompanhadas no decorrer da pesquisa a 8 anos. E mesmo com este esforço não é simples deixar de ver o mundo com determinadas formas de pensar o mundo social e passar a compreender os signos expressos pelos participantes dessa entrevista. No esforço de dar voz as suas interpretações e de fato pôr em prática o que havia sido pensado enquanto uma análise multidimensional da mobilidade, houve a necessidade de trazer de volta ao debate aspectos da literatura que já haviam sido retirados dos estudos sobre o tema. Marcadores como renda e consumo, tiveram que mais uma vez ser incorporados à pesquisa por que não havia a possibilidade de inviabilizá-los nas falas das pessoas.

Mas, para que isto fosse feito, por exemplo, era preciso que as negociações conceituais sobre estes e outros marcadores fossem revisitadas, era preciso encontrar uma nova forma destas condições, e além da literatura os únicos que

eram capazes de falar sobre estes pressupostos eram de fato as pessoas que vivam no seu dia-a-dia os processos estudados.

O que procurou-se definir enquanto mobilidade social multidimensional se conecta inexoravelmente com outros temas. É preciso acionar o debate com relação às classes sociais, aspectos definidores de classe para ser mais preciso, e sobre isso filiou-se desde o início das proposições ao que Bourdieu (2001) chama de a nova sociologia das classes sociais. Com isso não obscurecer a questão clássica das ideologias das classes dominantes e as suas formas de dominação, mas este não é o foco da pesquisa. Dizer isto é importante por que a literatura pós anos 2000 caminha de forma muito confusa sobre o tema, onde alguns momentos o foco das análises encontra-se no debate das estruturas materiais, como formas de trabalho, distribuição de renda e estratificação social, ora sobre como isto é percebido em termos de dominação social de classe. Por este motivo este trabalho corre o risco de ser mal interpretado se visto sobre este segundo aspecto, assim, é relevante pontuar que a finalidade desta pesquisa é perceber e estabelecer uma interpretação sobre as vivências das pessoas em processos de mobilidade, em várias dimensões sociais, que podem se modificar a partir do lugar social da pesquisa, em suas formas reais e não nos moldes de tipos ideias.

Quando se fala de classe social e na possibilidade de movimentação entre elas aciona-se outro tema capital das ciências sociais que é a desigualdade social. Assumir um discurso que as pessoas passaram por processos de mobilidade social automaticamente já o posiciona com relação a este tema, em uma perspectiva de diminuição das desigualdades sociais. Esse não é exatamente o caso e esta tese buscou romper com esta perspectiva, onde se pode passar a admitir que as pessoas são capazes sim de ter um processo de mobilidade social sem que isso de fato diminua significativamente a desigualdade social, mas, como isso é possível? Para ajudar a pensar sobre isso o tema da nova classe média nos é muito útil, todo o embate se deu resumidamente em pôr a questão de que esta nova classe média não poderia ser classe média pois não tinha os mesmos padrões deste estrato nos seus moldes tradicionais, elas apenas se igualavam com relação a renda, mas não compartilhavam absolutamente mais nada. Também se argumentou que não

haveria uma nova classe média por que a antiga não havia deixado de existir, de fato ela existia sim e inclusive negava compartilhar os mesmos espaços materiais e simbólicos com a então classe de emergentes, e é possível verificar isso com o recente ódio ao pobre, denunciado por Souza (2018), nas últimas eleições a presidência.

Entretanto, olhando mais de perto se pode perceber que o estrato de pessoas que convencionou-se chamar nova classe média tinha saído de um outro grupo, que em termos de renda estava locado entre as classes E e D, ou seja tinha ascendido, isso pode ser constatado por meio de diversas modificações nos modos de vida e padrões sociais que foram influenciados, sobretudo em um primeiro momento, pelo aumento da renda. No entanto, isso não implica dizer que o grupo de origem, as classes E e D, haviam desaparecido, ou que essa nova classe média teria sido incorporada a classe média tradicional. O argumento com relação a isso é que houve uma modificação da classe como um todo, aqueles que eram considerados pobres dentro do seu escopo social, passaram a se ver de outra maneira, e por mais que esta nova forma de viver e estar no mundo social não seja exatamente a mesma da classe média tradicional, não significa dizer que estes não estavam também no estrato médio da população, a diferença era que naquele momento a teoria deveria encontrar um novo lugar de compreensão para locar estes indivíduos.

Com isto, chega-se a duas importantes conclusões, as desigualdades sociais permanecem, acima de tudo, expressas em suas diferenças entre as classes, mas isso não significa dizer que as pessoas não têm passado por processos de mobilidade social, na medida que estas se movimentam entre os estratos da sociedade, por mais que o local de chegada desta movimentação seja, sobretudo com relação a nova classe média, novo e por tanto ainda não estabelecido conceitualmente pela teoria.

Após lidar com estes desafios, a proposta passa a se consolidar de maneira mais firme. É preciso, portanto, definir o que fora compreendido como multidimensional, palavra esta acoplada ao conceito de mobilidade. Para isto, foi preciso uma revisão da literatura, que colocasse em debate as várias formas de análise da mobilidade social, desde a literatura clássica sobre o tema até a

contemporânea. Com isto foi possível verificar os marcadores que eram utilizados para analisar as possibilidades de reconhecimento da mobilidade.

Aqui depara-se em uma outra questão, que era o embate entre teorias com a finalidade de definir quais marcadores eram mais legítimos ou mais abrangentes para lidar com os aspectos da mobilidade. Percebeu-se, portanto, que a mecanização destes marcadores enquanto importantes elementos de pesquisa se relacionavam sobretudo com o seu lugar social. Quando se trata, por exemplo, de medir a mobilidade a partir dos postos de trabalho na Inglaterra, fala-se em uma sociedade onde estas formas se relacionavam fortemente com os modos de vida das pessoas, ou seja, era visível a diferença social em termos de visões de mundo e modos de vida de pessoas com formações profissionais diferentes. Estes trabalhos buscavam ir mais fundo, e perceber, por exemplo, quais as possibilidades de reprodução das condições de classe como um todo, o que influenciou várias formas de pensar a mobilidade social e reprodução de classe no Brasil.

A forma de argumentar com relação a isso era muito simples, e não conhecida ou explícita apenas pela teoria sociológica, pois, estas formas estavam no cotidiano das pessoas, estavam expressas no “filho de pedreiro que também será pedreiro” ou na grande surpresa das matérias de jornal que noticiavam que o filho da empregada doméstica havia sido aprovado em um curso de direito. Notícias como estas são provas de que as pessoas estabelecem em suas vidas cotidianas interpretações sobre os acontecimentos sociais de toda a sorte, e infelizmente a sociologia só tem explorado aqueles argumentos que a convém com a finalidade de provar seus pressupostos.

A surpresa do filho da empregada doméstica, na maioria das vezes representada no imaginário popular como uma mulher negra, mãe solteira e moradora da periferia, que passou no vestibular para direito, mostra sobretudo uma percepção social do lugar das classes nas visões de mundo das pessoas. Temos o enfrentamento entre duas formas de trabalho que representam classes sociais distintas, onde de um lado a empregada doméstica representa o trabalho manual socialmente desprestigiado e o advogado representa o trabalho intelectual socialmente bem visto. Notícias como esta marcavam as pessoas pois

eram mostras, nas formas que os indivíduos poderiam facilmente reconhecer no seu cotidiano de mobilidade social.

Esta mesma notícia no ano de 2019 não causaria o mesmo efeito, no máximo o que as pessoas perguntaram era para qual universidade o indivíduo teria entrado. A minimização dos efeitos desta notícia pode ser justificada pelo alargamento do acesso às universidades que deixaram, em grande medida, de ser um marcador de mudança de vida na sociedade brasileira.

Este exemplo fictício que comumente pode ser encontrado na realidade é um exemplo de como os marcadores de mobilidade social não devem ser fixos, ou importados de uma outra estrutura para esta, pois eles podem sofrer diversas modificações ao longo da história ou em um mesmo recorte histórico passar por variações a depender do lugar social da pesquisa.

O multidimensional que se incorporou aos estudos da mobilidade social não se relaciona apenas como novas dimensões da vida social a serem assimiladas na pesquisa, mas a revisão e flexibilização de marcadores já existentes. Por este motivo que não houve o descarte do uso das formas tradicionais de mobilidade social, apenas não se reputou que elas possam ser eficazes em todas as experiências de análise e pesquisa.

De modo geral este esforço aponta para outra questão igualmente importante com relação aos estudos sociológicos, a necessidade de uma constante revisão da metodologia de pesquisa. Quando se articula mobilidade social multidimensional, não se lida apenas com um marco em termos conceituais e teóricos, há, como já posto nesta tese, uma questão de desafio metodológico. Lida-se, sobretudo com relação às pesquisas que versam sobre mobilidade social, com certos vícios de pesquisa. Estes vícios se expressam sobretudo com relação ao fato das pesquisas serem realizadas sob o pressuposto de marcadores previamente estabelecidos, marcadores que de imediato já emprestam para as pesquisas um status de legitimidade no âmbito acadêmico. Lidar com novos marcadores ou com aqueles que já foram excluídos do debate, como a renda e o consumo, muitas vezes por um uso ou análise equivocados, é um risco com relação a postura que o debate assume ante a academia.

É impreterível compreender que os fenômenos sociais são dinâmicos e diversos, isso não é um fato novo, assim como a prática de se usar insistentemente velhos modelos e mecanismos de análise para a interpretação do mundo social. A chave desta pesquisa foi sem dúvidas o contato direto com as famílias, a visita as casas, os anos em contato. Quando se passou a frequentar os estabelecimentos daqueles que tinham pontos comerciais, ir aos lugares que eles e elas indicavam como interessante, e assim buscar compreender como as dinâmicas das suas vidas cotidianas funcionavam. Apenas desta forma foi possível perceber, por exemplo, qual era de fato as impressões que as pessoas tinham com relação ao aumento da renda e a sua real relação com o consumo.

Em diversos momentos o que havia como resultado da pesquisa de campo divergia fortemente dos dados, ou da interpretação que era feita sobre eles na literatura tradicional sobre a mobilidade. Em alguns momentos cogitou-se, portanto, que a interpretação que estava sendo elaborada poderia ser equivocada, por não estar de acordo com os dados que encontrava na bibliografia. Os casos de Regina e Diana, por exemplo, são sem dúvidas exemplares com relação a esta inquietação.

Considera-se, portanto, que a sociologia deve lidar com os desafios de analisar uma realidade social em constante estado de difusão, assim seu ofício sempre se tornará cada vez mais complexo. Bourdieu (2001) denuncia “a sociologia é um esporte de combate”, em um campo de conflito constante, de busca por legitimação e credibilidade. Isto é dito por acreditar que a relevância e a compreensão de um tema como mobilidade social ultrapassa os muros da academia. No cotidiano as pessoas criam expectativas e interpretações sobre este tema a partir de suas vivências, elas projetam por meio de um certo senso prático a observação das causas e dos efeitos e da eficácia ou não de certos marcadores em seu cotidiano.

O que esta tese coloca para a sociologia é a urgência da constante adaptação de fórmulas para compreensão de experiências sociais em difusão, com a finalidade de perceber como os conceitos que foram elaborados em forma de substratos teóricos baseados em situações e formas da realidade devem se modificar tendo em vista que a realidade social também se modifica.

Esta tese não pretende esgotar o debate sobre o tema da mobilidade social, pelo contrário, propende trazer novamente este conceito para o amplo debate da sociologia no Brasil, mas não em termos de repetição e reprodução do que já tem sido feito, mas, acima de tudo com a intenção de inaugurar uma nova forma de pensar os estudos sobre mobilidade social.

Este é um conceito que deve pensar realidade distintas a partir de suas atribuições empíricas e um convite para que seja capaz de compreender melhor a realidade social que rodeia a sociedade brasileira, ou que gera os efeitos sentidos cotidianamente. O objeto de pesquisa utilizado, assim como os diversos aspectos analisados pela sociologia ao longo de sua trajetória são de fato fluídos, pois a própria consciência e modos de vida que geram os interesses e ambições dos pesquisadores da área são igualmente mutáveis. Assim sendo, considera-se que abrir a possibilidade de pensar uma mobilidade social multidimensional significa borrar fronteiras da teoria, recriar, investigar e compreender o novo sem que esta tarefa implique em negação ou adequação dos fatos da sociedade com relação aos pressupostos teóricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. Sketch for a self analysis (R. Nice, Trans.). Cambridge: Polity. (2007)
- BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, R. (Org.). Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994.
- BOURDIEU, P. *An Invitation to Reflexive Sociology*. With Loic J.D. Wacquant. Chicago. 1992.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- DOUGLAS, M. Pureza e perigo. Lisboa: Ed. 70, 1966.
- DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2005
- DER, Klaus (2001) A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média. RBCS VOL.16 N°46
- FITZGERALD, Scott T. Middle class meltdown in America: Causes, consequences and Remedies. Routledge. 2014
- FRIENDMAN, Sam. Habitus clivé and the emotional imprint of social mobility. LSE Research Online. Março. 2016.
- FLISBACK, Marita. Making Play or Playing the Game? On the Question of a “Cleft Habitus” at the Doorway to the Art Field. Qualitative Sociology Review. Maio, 2014.
- GALBRAITH, J.K. The Affluent Society. Pelican Pequim. 1967
- GRUSKY, David B.ed.Social stratification: Class, race, and gender in sociological perspective. 3d ed. Boulder, CO: Westview. 2008
- GOLDTHORPE, John H. Social Mobility and Class Structure in Modern Britain.Oxford. 1987
- GALBRAITH, J.K. The Affluent Society. Pelican Pequim. 1967
- HALLER, O. Archibald; BILLS, David B; KELLEY, Jonathan; OLSON, Mary; PASTORE, José. Classes, origens de classes, desenvolvimento socioeconômico regional e a obtenção de status social de homens brasileiros. IN: O sistema de estratificação social brasileiro: Pensando sistematicamente como a desigualdade funciona. 2014
- KERSTENETZKY, Celia Lessa; UCHÔA, Christiane; SILVA, Nelson do Valle. Padrões de consumo e estilos de vida da “nova classe média”. CEDE - Centro de Estudos Sobre A Desigualdade E Desenvolvimento. Setembro, 2013.
- KUN, Bela. Marx e as classes médias. Pravda. Londres. Maio, 1918.

LA CALLE, Luís & RUBIO, Luís. Mexico: a middle class society/ Poor no more, developed not yet. Setembro, 2012.

LEICHT, Kevin T & FITZGERALD, Scott T. Postindustrial peasants: The illusion of middle-class prosperity. Contemporary Social Issues. New York: Worth. 2007

NERI, M. C. O Imposto Inflacionário e o Poder de Compra das Unidades Familiares: Um Modelo Aplicado Aos Planos Cruzado e Verão. Revista Brasileira de Economia, v. 44, n.4, 1990.

NERI, M. C. Sobre a Mensuração do Poder Aquisitivo dos salários em Alta Inflação.. Pesquisa e Planejamento Econômico (Rio de Janeiro), v. 25, p. 497-525, 1995.

NERI, M. C. A Pobreza das Famílias da Construção Civil Brasileira. Estudos Econômicos da Construção (São Paulo), São Paulo, v. 3, n.1, p. 63-82, 1998.

NERI, M. C. A Evolução da Pobreza e da Desigualdade Brasileiras ao Longo da Década de 90. Revista Economia Aplicada, v.3, n.3, p. 384-406, 1999

NERI, M. C. Pobreza e Políticas Sociais na década da redução da desigualdade In: Brasil: a caminho da equidade. Nueva Sociedad, v. 1, p. 53-75, 2007.

NERI, M. C. Miséria e a nova classe média na década da igualdade. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008

NERI, M. C. (2010) A nova classe média: O lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS.

NERI, M. C.. A Nova Classe Média: O lado brilhante da base da pirâmide. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Saraiva. v. 1. 311p. 2011

NERI, M. C.; MELO, L. C. C. de ; MONTE, S. dos R. M. . Superação da Pobreza e a Nova Classe Média no Campo. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 500. 312p . 8. 2012

NERI, M. C. Consumo, Pobreza e Bem Viver. Ciência Hoje, v. 332, p. 1415, 2015.

NERI, M. C.. The New Brazilian Middle Class and the Bright Side of the Poor. Poverty in Focus, v. 26, p. 17, 2014

PASTORE, José & VALLE SILVA, Nelson. Análise dos Processos de Mobilidade Social no Brasil no Último Século. ANPOCS. 2001

POCHMANN, M. (Org.) ; GUERRA, Alexandre (Org.) ; AMORIM, Ricardo (Org.) ; SILVA, Ronnie (Org.). Atlas da Nova Estratificação Social no Brasil: Classe Média, Desenvolvimento e Crise. São Paulo: Cortez Editor. v. 1. P.143. 2006

POCHMANN, Marcio. Estrutura social no Brasil: mudanças recentes. In: Serv. Soc. no.104 São Paulo Oct./Dec, 2010

POCHMANN, M. Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. Editora Boitempo. São Paulo. 2012

POCHMANN, M. O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social. Editora Boitempo. São Paulo. 2013

SOROKIN, A. PITIRIM. Social Mobility. In: Social and Cultural Mobility. New York: Free Press, 1959

SCALON, Celi. Mobilidade Social no Brasil: Padrões e tendências. Tese de Doutorado IUPERJ. 1997

SCALON, Celi & SALATA André. Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. In: Sociedade e Estado. vol.27 no.2 Brasília Maio/Agosto. 2012

SCALON, Celi & SALATA André. Uma Nova Classe Médiano Brasil da Última Década? O debate a partir da perspectiva sociológica. 2012

SOUZA, J. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. Rev. bras. Ci. Soc. vol. 13 n. 38 São Paulo Oct. 1998

SOUZA, J A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009

SOUZA, J. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2010

SOUZA, J. A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo, Leya, 2015.

SOUZA, J. A elite do atraso: Da escravidão à lava jato. Editora Laya. 2017.

YACCOUB, Hilaine. A chamada “nova classe média”. Cultura material, inclusão e distinção social. 2011

ANEXOS

ANEXO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE HUMANIDADE – CH PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

QUESTIONÁRIO DE MAPEAMENTO FAMILIAR

Data de preenchimento do questionário: ___/___/___

Família Nº _____

1. IDENTIFICAÇÃO

- Bairro: _____
- Rua: _____ Nº _____

2. COMPOSIÇÃO FAMILIAR DA RESIDÊNCIA

• Membro 01:

Posição na família: _____
Idade: _____ Sexo: _____ Orientação Sexual: _____
Ocupação: _____

• Membro 02:

Posição na família: _____
Idade: _____ Sexo: _____ Orientação Sexual: _____
Ocupação: _____

• Membro 03:

Posição na família: _____
Idade: _____ Sexo: _____ Orientação Sexual: _____
Ocupação: _____

• Membro 04:

Posição na família: _____
Idade: _____ Sexo: _____ Orientação Sexual: _____
Ocupação: _____

• **Membro 05:**

Posição na família: _____
Idade: _____ Sexo: _____ Orientação Sexual: _____
Ocupação: _____

• **Membro 06:**

Posição na família: _____
Idade: _____ Sexo: _____ Orientação Sexual: _____
Ocupação: _____

• **Membro 07:**

Posição na família: _____
Idade: _____ Sexo: _____ Orientação Sexual: _____
Ocupação: _____

3. Tempo que reside no atual endereço: _____
4. Endereço anterior: _____
5. Renda familiar total: _____ 6. Renda per capita: _____

Observações

ANEXO II
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADE – CH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS -
PPGCS

QUESTIONÁRIO INDIVIDUAL

Data de preenchimento do questionário: ___/___/___

Família Nº: _____ Membro Nº: _____

A – IDENTIDADE

01 – Estado civil:

Solteiro/a () Casado/a () União estável () Divorciado/a () Viúvo/a ()

02 – Com relação a cor da sua pele, você se considera:

Indígena () Negro/a () Pardo/a () Amarelo/a () Mulato/a () Branco/a ()

B – Escolaridade

01 – Grau de escolaridade: _____ Detalhamento: _____

02 – Sobre o seu percurso escolar:

- Educação Infantil: Rede Pública () Rede Privada () / Bolsista ()
- Ensino Fundamental I: Rede Pública () Rede Privada () / Bolsista ()
- Ensino Fundamental II: Rede Pública () Rede Privada () / Bolsista ()
- Ensino Médio: Rede Pública () Rede Privada () / Bolsista ()
- Escola Técnica: Rede Pública () Rede Privada () / Bolsista ()
- Ensino Superior: Rede Pública () Rede Privada () / Bolsista ()

C – SOCIAL

01 – Em quem você votou na última eleição:

- Prefeito (a): _____
- Vereador (a): _____
- Governador (a): _____
- Deputado Federal (a): _____
- Deputado Estadual (a): _____

- Senador (a): _____

02 – Fonte de renda: _____

03 - Você passou por alguma ascensão funcional nos últimos: Sim () Não ()

04 - Faz parte de alguma associação: Sim () Não ()

Detalhamento: _____

05 – Quais são suas opções para lazer:

1º: _____

2º: _____

3º: _____

4º: _____

06 – Você pratica alguma atividade profissional não-remunerada:

Sim () Não ()

D – OPINIÃO

16-Em um referendo sobre a legalização do Aborto qual seria sua escolha no momento da votação?

A favor da Legalização do Aborto () Contra a Legalização do Aborto ()

17-Enumere de 1 à 5, quais investimentos você faria para o seu filho (a):

a)Habilitação de Motorista ()

b)Curso de Idiomas ()

c)Vestuário ()

d)Curso de Música ()

e)Curso Profissionalizante ()

18-Qual sua disposição à leitura:

a)Revistas ()

b)Um Livros por ano ()

c)Mais de um livro por ano ()

d)Não costumo ler ()

e)Jornais ()

Detalhamento:

19-Observando sua trajetória de vida desde que você veio morar neste bairro, como você se percebe hoje com relação a sua posição social?

a) Suas condições de vida não melhoraram ()

b) Suas condições de vida melhoraram, mas você não se percebe como de outro classe social ()

c) Suas condições de vida melhoraram, e você se percebe como de outro classe social ()

d) Nenhuma das alternativas

() Detalhamento:

20 - Para você qual o nível de credibilidade das informações que você recebe pelas redes sociais?

- a)Alto, confio nestas como fontes de informação confiáveis
- b)Médio, boa parte destas informações como confiáveis
- c)Baixo, poucas informações dessa fonte são confiáveis
- d)Nenhuma, não acredito em nada que vejo nas redes sociais

21 - Em qual ambiente social você conversa mais sobre questões relacionadas à política e economia de forma geral?

- a)Família
- b)Trabalho
- c)Escola ou Universidade
- d)Amigos
- e)Não converso sobre estes assuntos

22 - Qual a sua avaliação do governo petista representado pelo ex-presidente Lula com relação a modificação do quadro econômico no Brasil?

- a)Ótima
- b)Boa
- c)Regular
- d)Ruim
- e)Explique sua resposta

23 - Qual a sua avaliação do governo petista representado pela ex-presidente Dilma com relação a modificação do quadro econômico no Brasil?

- a)Ótima
- b)Boa
- c)Regular
- d)Ruim
- e)Explique sua resposta

22 – Quais foram as modificações que em termos qualitativos que você poderia mapear ocorridas na sua vida durante os governos petistas